



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 048 TERÇA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2015

## MESA DO SENADO FEDERAL \*

**PRESIDENTE**  
Renan Calheiros - (PMDB-AL)  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
Jorge Viana - (PT-AC)  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Romero Jucá - (PMDB-RR)  
**1º SECRETÁRIO**  
Vicentinho Alves - (PR-TO)  
**2º SECRETÁRIO**  
Zeze Perrella - (PDT-MG)

**3º SECRETÁRIO**  
Gladson Cameli - (PP-AC)  
**4º SECRETÁRIA**  
Angela Portela - (PT-RR)  
**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**  
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)  
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)  
3º Elmano Férrer (PTB-PI)  
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

\* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco da Maioria</b> <b>(PMDB/PSD) - 22</b></p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 18</b></p> <p><b>Líder do PSD - 4</b> <b>Omar Aziz</b> <sup>(13)</sup> Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão <sup>(12)</sup></p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PDT/PP) - 25</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Humberto Costa - PT</b> <sup>(22,28)</sup> Vice-Líderes Acir Gurgacz <sup>(3,37)</sup> Benedito de Lira <sup>(16,18,44)</sup> Walter Pinheiro <sup>(31,36,45)</sup> Telmário Mota <sup>(4,38,43)</sup> Regina Sousa <sup>(42)</sup> .....</p> <p><b>Líder do PT - 14</b> <b>Humberto Costa</b> <sup>(22,28)</sup> Vice-Líderes do PT Paulo Rocha <sup>(32)</sup> Walter Pinheiro <sup>(31,36,45)</sup> Lindbergh Farias <sup>(30)</sup> Fátima Bezerra <sup>(34)</sup></p> <p><b>Líder do PDT - 6</b> <b>Acir Gurgacz</b> <sup>(3,37)</sup> Vice-Líder do PDT Telmário Mota <sup>(4,38,43)</sup></p> <p><b>Líder do PP - 5</b> <b>Benedito de Lira</b> <sup>(16,18,44)</sup></p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Oposição</b> <b>(PSDB/DEM) - 16</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Alvaro Dias - PSDB</b> <sup>(20)</sup> Vice-Líderes Ataídes Oliveira <sup>(33)</sup> Wilder Moraes <sup>(47)</sup> Antonio Anastasia <sup>(48)</sup> .....</p> <p><b>Líder do PSDB - 11</b> <b>Cássio Cunha Lima</b> <sup>(17)</sup> Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer <sup>(23,40)</sup> Aloysio Nunes Ferreira <sup>(41)</sup></p> <p><b>Líder do DEM - 5</b> <b>Ronaldo Caiado</b> <sup>(6)</sup> Vice-Líder do DEM José Agripino <sup>(39)</sup></p>
<p><b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia</b> <b>(PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Lídice da Mata - PSB</b> <sup>(11,25)</sup> Vice-Líderes José Medeiros <sup>(15,19,29)</sup> Vanessa Grazziotin <sup>(21,26)</sup> Randolfe Rodrigues <sup>(24,27)</sup> .....</p> <p><b>Líder do PSB - 6</b> <b>João Capiberibe</b> <sup>(1,14)</sup> Vice-Líder do PSB Roberto Rocha <sup>(46)</sup></p> <p><b>Líder do PPS - 1</b> <b>José Medeiros</b> <sup>(15,19,29)</sup></p> <p><b>Líder do PSOL - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> <sup>(24,27)</sup></p> <p><b>Líder do PCdoB - 1</b> <b>Vanessa Grazziotin</b> <sup>(21,26)</sup></p>	<p><b>Bloco Parlamentar União e Força</b> <b>(PTB/PR/PSC/PRB) - 9</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Fernando Collor - PTB</b> <sup>(5,10)</sup> Vice-Líderes Blairo Maggi <sup>(9)</sup> Eduardo Amorim <sup>(8)</sup> Marcelo Crivella <sup>(2,7)</sup> .....</p> <p><b>Líder do PTB - 3</b> <b>Fernando Collor</b> <sup>(5,10)</sup></p> <p><b>Líder do PR - 4</b> <b>Blairo Maggi</b> <sup>(9)</sup></p> <p><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> <sup>(8)</sup></p> <p><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b> <sup>(2,7)</sup></p>	

## EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;"><b>Ilana Trombka</b> Diretora-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;"><b>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Atas e Diários <b>Quésia de Farias Cunha</b> Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – ATA DA 48ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE ABRIL DE 2015 .....</b>	<b>6</b>
1.1 – ABERTURA.....	6
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	6
<b>1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação .....</b>	<b>6</b>
<b>1.2.1.1 – Requerimentos</b>	
Nº 349/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Moacir Roberto Abreu .....	6
Nº 350/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Ministro Paulo Brossard .....	7
Nº 351/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Srª Maria Augusta Tibiriçá Miranda.....	7
Nº 352/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Ministro Paulo Brossard .....	8
Nº 353/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Ministro Paulo Brossard .....	8
<b>1.2.1.2 – Projetos de Lei do Senado</b>	
Nº 213/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar. ....	9
Nº 214/2015, de autoria do Senador Alvaro Dias, que modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. ....	10
<b>1.2.1.3 – Comunicações</b>	
Da Liderança do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida provisória nº 671/2015 ( <b>Ofício nº 46/2015</b> ). Será feita a substituição solicitada .....	13
Da Liderança do Solidariedade na Câmara do Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida provisória nº 671/2015 ( <b>Ofício nº 116/2015</b> ). Será feita a substituição solicitada .....	13
<b>1.2.1.4 – Mensagem da Presidente da República</b>	
Nº 93/2015, na origem, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 9/2014, sancionado e convertido na Lei nº 13.113/2015.....	13
<b>1.2.1.5 – Ofício do Superior Tribunal de Justiça</b>	
Nº 344/2015, na origem, encaminhando Prestação de Contas referente ao exercício financeiro de 2014.....	13
<b>1.2.1.6 – Término de prazo</b>	
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 78/2013 e 14/2014 .....	14
<b>1.2.2 – Oradores</b>	
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Comentários sobre a 7ª Cúpula das Américas; e outros assuntos. ....	16
SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO, como Líder – Satisfação com a edição do Decreto nº 8.428, que trata do Procedimento de Manifestação de Interesse, em 2 de abril último; e outro assunto.....	20
SENADOR PAULO PAIM – Pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Brossard, ocorrido no último domingo; e outros assuntos.....	22
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Defesa da ampla publicidade dos gastos públicos como meio de controle da corrupção. ....	31
SENADORA ANA AMÉLIA – Homenagem ao ex-Senador Paulo Brossard; e outros assuntos. ....	33

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Comentários sobre propostas de S. Exª para o desenvolvimento do País. ....	36
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Considerações acerca das manifestações ocorridas ontem em diversas cidades brasileiras.....	40
SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder – Defesa da aprovação do ajuste fiscal; e outros assuntos.....	42
SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Considerações sobre projetos de autoria de S. Exª voltados para a valorização da juventude e para o amparo a iniciativas empreendedoras; e outro assunto.....	43
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder – Defesa de uma maior participação da mulher no parlamento brasileiro; e outro assunto.....	46
<b>1.2.3 – Discurso encaminhado à publicação</b>	
SENADORA ÂNGELA PORTELA – Registro do lançamento, pelo Ministério da Saúde, do livro “Alimentos Regionais Brasileiros”, edição 2015. ....	48
1.3 – ENCERRAMENTO.....	48
<b>2 – ATAS</b>	
2.1 – CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS	
Ata da 126ª Reunião Ordinária, realizada em 3 de dezembro de 2014.....	49
Ata da 127ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de fevereiro de 2015.....	53
Ata da 128ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de março de 2015.....	55

### **SENADO FEDERAL**

#### **3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação .....	56
Bancadas dos Partidos .....	57
Por ordem alfabética .....	58

#### **4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL .....**

#### **5 – LIDERANÇAS .....**

#### **6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS .....**

#### **7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....**

#### **8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos .....	68
CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	71
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania .....	73
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte .....	75
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	77
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa .....	79
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional .....	81
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	82
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	85
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária .....	87
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática .....	89
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	90

#### **9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	91
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993).....	92
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	93
Conselho de Estudos Políticos (Ato da Comissão Diretora nº 21/2006; e Portaria do Presidente nº 8/2015)...	94
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	95
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010).....	96
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	97
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013).....	98
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013).....	99
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995).....	100
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	100
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	100
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010).....	101



**CONGRESSO NACIONAL****10 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006).....	102
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	104
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	105
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	106
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014).....	106
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	107
CMCFL – Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal (Ato Conjunto dos Presidentes do Senado e da Câmara nº 1/2015).....	109

**11 – CONSELHOS E ÓRGÃO**

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011-CN) .....	109
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) .....	111
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) .....	112

---

# Ata da 48ª Sessão, Não Deliberativa, em 13 de abril de 2015

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência da Srª Ana Amélia, dos Srs. Roberto Requião, Acir Gurgacz e Alvaro Dias*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 17 horas e 21 minutos.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

### REQUERIMENTOS

#### REQUERIMENTO Nº 349, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 218 e do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar à família enlutada representada por Fabiana Abreu, pelo falecimento de Moacir Roberto Abreu, Sociólogo, militante e Presidente Estadual do PCdoB/MS, que ocorreu no último dia 8, na cidade de Campo Grande, bem como seja encaminhado o referido voto ao endereço localizado na Rua Pedro Celestino, nº 678, bairro Centro – Campo Grande/MS, CEP: 79002-370.

#### Justificação

Moacir Roberto Abreu era sociólogo formado pela UFMS, pós-graduado com especialização em gestão pública municipal e professor da Escola Nacional do PCdoB, militante do PCdoB desde 1988, quando se filiou ao partido em meio ao período de redemocratização do país após o fim do período da ditadura militar, acumulando mais de 30 anos de lutas pela defesa não somente do trabalhador, mas também pela defesa de todo aquele cidadão brasileiro oprimido e sem voz para buscar os seus direitos.

Sua história de vida serve de exemplo e inspiração para tantos outros jovens que sonham em contribuir na construção de um mundo melhor e mais justo, ainda que tenha que enfrentar as adversidades e os obstáculos impostos para lograr êxito na defesa dos seus ideais e direitos do cidadão brasileiro.

É assim que se pode resumir a história de jovem operário, movido por um sentimento de indignação diante das desigualdades e injustiças que acabavam por oprimir trabalhadores e operários que enxergou na defesa dos mais oprimidos por meio da luta de classes o caminho para a construção de um país melhor.

Agindo assim se destacou como liderança dos trabalhadores, atuando na fundação e na direção de vários sindicatos operários e de servidores públicos. E ao se filiar ao PCdoB, ainda nos idos de 1988, logo se tornou uma liderança interna, logrando rapidamente projeção regional devida à sua capacidade de fazer da luta política um instrumento para a conquista de direitos para o povo, sempre junto das comunidades carentes, dos trabalhadores e dos intelectuais comprometidos com os anseios populares.

Camarada formado nas bases operárias de Mato Grosso do Sul, tornou-se professor, profissão esta que abraçou de forma exemplar, demonstrando notável saber. Como poucos valorizava a união da luta diária com o conhecimento como instrumento de transformação social, Moacir construiu uma história de luta.

Dirigiu o PCdoB/MS com coerência, clareza tática e inarredável defesa de seus ideais e princípios. Sempre ativo nos movimentos sociais, no debate de ideias e nas lutas eleitorais, foi candidato a primeiro suplente de senador em 2006, a vice-prefeito de Campo Grande em 2008, a deputado federal em 2010 e a vereador em 2012.

Desta forma, deixou para todos um grande exemplo e legado, sendo com pesar, sentimento este a ser estendido não somente à família enlutada, mas também a todo amigo e companheiro de luta que a admirava, que oferecemos este Voto de Pesar.

Sala das Sessões, em de abril de 2015. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

*(À publicação.)*

### REQUERIMENTO Nº 350, DE 2015

Nos termos do Art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, **REQUEIRO** voto de pesar pelo falecimento do advogado, político e ex-ministro da Justiça e do Supremo Tribunal Federal PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO.

Faleceu no dia de ontem (12 de abril), na cidade de Porto Alegre, aos 90 anos de idade, esse grande homem.

Brossard foi um homem dos três poderes, nascido na fronteira Bagé, terra de homens e mulheres guerreiras.

Acumulou quase sete décadas de vida pública, atuou no Legislativo, onde foi uma das vozes mais fervorosas na luta pela democracia e na defesa do parlamentarismo. Em suas conversas com Raul Pilla, nas tardes primaveris em Porto Alegre, teorizavam a implementação do sistema parlamentarista no Brasil.

No Executivo, comandou a pasta do Ministério da Justiça e no Poder Judiciário foi presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro da Suprema Corte (STF).

O jornalista Luiz Fernando Walls, em seu livro ***Brossard - 80 anos na História Política do Brasil*** lembra muito bem: “Brossard era firme como agulha magnética da bússola, atravessou décadas da política nacional com discurso louvável e sempre atual. Dizia Brossard: Boa ou Má a Lei deve ser cumprida. Se a lei for má, a sociedade deve ter meios para a sua correção. A Lei é o que garante a todos, governantes e governados. Lei que deixa de proteger meu inimigo, não me protege também”.

Homem público, sereno, calmo, firme em suas convicções, gostava de um bom mate e uma boa prosa.

Velado no Palácio Piratini, no salão Negrinho do Pastoreio, o maragato e libertador encerra sua página na história do Brasil.

Deixamos registrado aqui nossa mais profunda tristeza.

Gostaria que o presente voto fosse enviado para Sra. Lúcia Alves Brossard de Sousa Pinto, esposa, e aos filhos, no seguinte endereço: Rua Dário Pederneiras, 347, Bairro Petrópolis, Porto Alegre/RS, CEP 90630-090.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

*(Encaminhe-se.)*

### REQUERIMENTO Nº 351, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 218 e do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar à família enlutada representada por Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, pelo falecimento de sua mãe, Maria Augusta Tibiriçá Miranda, que ocorreu no último dia 7, na cidade do Rio de Janeiro, bem como seja encaminhado o referido voto ao endereço localizadona Rua: Paissandu, nº 283, bloco A, apto. 102, bairro Flamengo – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22210-080.

#### Justificação

Maria Augusta Tibiriçá Miranda, médica, desenvolveu ao longo da sua vida, intenso e produtivo engajamento nas causas médicas, sociais e políticas. Maria Augusta, através da sua atuação pela democratização do país, pelas causas feministas e pela Campanha o Petróleo É Nosso nas décadas 40-50, que resultou na formação da Petrobrás, tornou-se um ícone da luta pela soberania nacional e pelos interesses mais nobres do nosso povo. Um dos livros de sua autoria, “O Petróleo É Nosso”! – A luta contra o Entreguismo, pelo Monopólio Estatal (1983), é referência histórica para todos os brasileiros (as).

Personagem emblemática do campo progressista, a idade avançada não a impedia de continuar a militância e exercia, até o seu falecimento, de forma ativa e independente a presidência do Movimento em Defesa da Economia (Modecom).

O Brasil agradece! Obrigado Maria Augusta Tibiriçá!

Desta forma, é com pesar, sentimento este a ser estendido não somente à família enlutada, mas também a todo amigo e companheiro de luta que a admirava, que oferecemos este Voto de Pesar.

Sala das Sessões, em de abril de 2015. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

*(Encaminhe-se.)*



## PROJETOS DE LEI DO SENADO

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2015

**Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - *Lei do Serviço Militar* - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O §2º do artigo 2º da Lei 4.375, de 17 de agosto de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....

.....

§ 1º .....

.....

§ 2º As mulheres ficam isentas do Serviço Militar em tempo de paz, garantindo-se a elas a prestação voluntária desse serviço, de acordo com suas aptidões, desde que manifestem essa opção no período de apresentação previsto no art. 13 desta Lei.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O projeto ora apresentado tem o caráter de ação afirmativa e destina-se a assegurar às mulheres a prestação do serviço militar, desde que por ele optem no mesmo prazo legal previsto para a apresentação dos demais brasileiros.

Com isso, pretendemos dar às mulheres a oportunidade de participarem da realização desse serviço, que tantas lições de cidadania têm prestado aos brasileiros, com acesso igual para todos os gêneros.

As Forças Singulares vem incorporando mulheres em suas fileiras sem nenhuma restrição, excetuando-se a área combatente: não foram criados quadros femininos; a mulher ocupa cargo e concorre às promoções nas mesmas condições de igualdade que os militares de sexo masculino; os critérios de avaliação de desempenho profissional não discriminam o sexo; as mulheres recebem a mesma instrução militar básica ministrada aos homens, participando de marchas (a pé e motorizadas), acampamentos, tiro real com armas curtas, jogos de guerra e manobras logísticas; a maioria das oficiais e sargentos encontra-se lotadas nos quartéis-generais, nas organizações militares de saúde, nos estabelecimentos de ensino e nos órgãos de assessoramento.

Às mulheres, dentre outros, são garantidos pela legislação os seguintes direitos: licença maternidade; dispensa de uma hora, durante o expediente, para militar lactante, até o filho completar seis meses de idade; dispensa de atividade que envolvam esforços físicos ou exercícios de campanha para a militar gestante.

Entretanto, a despeito desse aumento significativo da presença feminina nas Forças Armadas, ainda não há a efetiva participação feminina em todos os cargos e funções existentes nas Forças Singulares, o que certamente conforme a Carta constitucional deveria ser a realidade.

Portanto, entendemos que essa possibilidade legal vai ao encontro de tornar mais efetivo o mandamento inscrito no art. 5º da Constituição Federal, que iguala homens e mulheres em direitos e obrigações.

Sala das Sessões, – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.375, DE 17 DE AGOSTO DE 1964

### Lei do Serviço Militar.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 2º Todos os brasileiros são obrigados ao Serviço Militar, na forma da presente Lei e sua regulamentação.

§ 1º A obrigatoriedade do Serviço Militar dos brasileiros naturalizados ou por opção será definida na regulamentação da presente Lei.

§ 2º As mulheres ficam isentas do Serviço Militar em tempo de paz e, de acordo com suas aptidões, sujeitas aos encargos do interesse da mobilização.

Art. 13. A seleção, quer da classe a ser convocada, quer dos voluntários, será realizada dentro dos seguintes aspectos:

- a) físico;
- b) cultural;
- c) psicológico;
- d) moral.

Parágrafo único. Para fins de seleção ou regularização de sua situação militar, todos os brasileiros deverão apresentar-se, no ano em que completarem 18 (dezoito) anos de idade, independentemente de Editais, Avisos ou Notificações, em local e época que forem fixados, na regulamentação da presente lei, quando serão alistados.

Brasília, em 17 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República. – **H. CASTELLO BRANCO**  
– **Ernesto de Mello Baptista** – **Arthur da Costa e Silva** – **Nelson Lavenère Wanderley** – **Milton Campos**.

*(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cabendo à última decisão terminativa.)*

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, DE 2015

**Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A descrição do Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “ANEXO VIII

Código	Categoria	Descrição	Pp/gu
20	Uso de Recursos Naturais	Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais nativos; importação ou exportação da fauna e flora nativas brasileiras; atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre; utilização do patrimônio genético natural; exploração de recursos aquáticos vivos; introdução de espécies exóticas, exceto para melhoramento genético vegetal e uso na agricultura; introdução de espécies geneticamente modificadas previamente identificadas pela CTNBio como potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente; uso da diversidade biológica pela biotecnologia em atividades previamente identificadas pela CTNBio como potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente.	Médio

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



### Justificação

A Lei 10.165, de 27 de dezembro de 2000, que alterou a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, com o objetivo de instituir a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais, lançou mão do anexo 1 da Resolução Conama nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que contem a lista de atividades ou empreendimentos que Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA entendeu serem sujeitos ao licenciamento ambiental.

O Código 21 do anexo VIII da Lei 10.165/2000 incluía atividades Agropecuárias como projeto agrícola e criação intensiva de animais, no universo das atividades passíveis de exigência de licenciamento ambiental. O referido Código 21 foi integralmente vetado. Nas razões do veto, o Presidente da república argumentou que além do texto abarcar universo vasto e indeterminado, atividades que apenas em tese poderiam ser poluidoras não poderia ensejar a cobrança da taxa e que, criadores de espécies em nada ofensivas ao meio ambiente poderiam ser surpreendidos por exaço em face de – efetiva ou potencial – poluição ambiental.

A Constituição Federal, no § 1º do artigo 187, ao dispor sobre a política agrícola inclui as atividades florestais no planejamento agrícola. Entretanto, no anexo 1 da Resolução Conama nº 237/1997, a atividade de silvicultura foi incluída no código 20 e não no código 21 que foi vetado. Dessa forma, a silvicultura, que é uma atividade agrícola, não foi contemplada com o veto e permaneceu no rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.

Recentemente, o Poder Executivo, por meio do Decreto nº 8.375/2014, definiu a política agrícola para florestas plantadas. De acordo com o referido decreto, florestas plantadas são aquelas compostas predominantemente por árvores que resultam de semeadura ou plantio, cultivado com enfoque econômico e com fins comerciais. Além da definição da atividade, o decreto atribui competências ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA para coordenar o planejamento e a implementação da política. Reconhece formalmente, portanto, o Poder Executivo, que a silvicultura é uma atividade agrícola tal como a Constituição Federal já estabelecia.

A atividade de plantio florestal cada vez mais é reconhecida por sua capacidade de proporcionar benefícios ambientais e sociais, como a proteção de mananciais, a conservação da biodiversidade e diminuição da pressão sobre florestas nativas, mitigação dos efeitos do aquecimento global, geração empregos e inclusão de produtores na cadeia da economia. Entretanto, a legislação brasileira equipara a silvicultura com as atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais, o que torna exigível o licenciamento ambiental.

De acordo com a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas – ABRAF, um dos fatores que inibe o crescimento do setor de florestas plantadas é a excessiva burocratização e os longos prazos requeridos pelos órgãos ambientais nos processos de licenciamento ambiental de novos projetos florestais. Segundo a Associação, é mais caro produzir madeira para a indústria de celulose no Brasil do que na Rússia, Indonésia e Estados Unidos.

Com valor bruto da produção – VBP que ultrapassa a soma de R\$ 55 bilhões com geração de aproximadamente 4,5 milhões de empregos, o país precisa aproveitar e incentivar de maneira eficaz o potencial do setor de florestas plantadas, eliminando as principais barreiras que atrapalham o avanço do setor cuja cadeia produtiva compreende uma diversidade de produtos como madeira para construção civil, papel e celulose, painéis de madeira, Carvão Vegetal e Biomassa, entre outros. Especificamente no caso de papel e celulose, 100% da produção nacional

Os estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Bahia, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul se destacam no cenário nacional como detentores de 87,1% da área total de plantios florestais. O Estado do Paraná lidera o ranking de área plantada de Pinus com 39,7% da área total, seguido por Santa Catarina, que possui 34,5%. De um total de 1.562.782 hectares de plantios florestais com Pinus no Brasil em 2012, o Paraná detinha 619.731 ha. Já com relação ao plantio florestal com Eucalyptus, a liderança é do Estado de Minas Gerais, que contribui com 1.438.971 ha do total de 5.102.030 ha plantados. No total, o Brasil conta com 7.6 milhões de hectares de florestas plantadas, o que permite sequestrar 1,67 bilhão de CO<sup>2</sup> da atmosfera.

Trata-se, portanto, de um setor pujante da agricultura brasileira, que contribui com geração de emprego e renda, produção de diversos benefícios ambientais, que não deveria ser mantida como com o rótulo de atividade poluidora e submetida a licenciamento ambiental burocrático e dispendioso.

Com o objetivo de corrigir o equívoco de se ter mantido a silvicultura, que é uma atividade agrícola sustentável e benéfica ao meio ambiente, no rol de atividades potencialmente poluidoras e, também, de

reconhecer a evolução da silvicultura brasileira, proponho o presente projeto de lei para que o Senado Federal promova o debate do tema e, ao final, melhore o ambiente de negócios para o setor de florestas plantadas.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

#### Regulamento

#### Texto compilado

#### Mensagem de veto

**(Vide Decreto de 15 de setembro de 2010)**

**Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### ANEXO VIII

(Incluído pela Lei nº 10.165, de 27.12.2000)

atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais

20	Uso de Recursos Naturais	silvicultura; exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais; importação ou exportação da fauna e flora nativas brasileiras; atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre; utilização do patrimônio genético natural; exploração de recursos aquáticos vivos; introdução de espécies exóticas ou geneticamente modificadas; uso da diversidade biológica pela biotecnologia.	Médio
20	Uso de Recursos Naturais	Silvicultura; exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais; importação ou exportação da fauna e flora nativas brasileiras; atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre; utilização do patrimônio genético natural; exploração de recursos aquáticos vivos; introdução de espécies exóticas, exceto para melhoramento genético vegetal e uso na agricultura; introdução de espécies geneticamente modificadas previamente identificadas pela CTNBio como potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente; uso da diversidade biológica pela biotecnologia em atividades previamente identificadas pela CTNBio como potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente.	Médio

(Redação dada pela Lei nº 11.105, de 2005)

## LEI Nº 10.165, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000

**Mensagem de Veto**

**Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....  
.....

*(Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa.)*

**COMUNICAÇÕES**

GLBSD-OF. 46/2015

Brasília, 7 de abril de 2015

**Assunto:** Substituição de membro para Comissão Mista

Senhora Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência a substituição do Senador José Medeiros, membro suplente da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 671, de 2015, pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Respeitosamente, – Senadora **Lídice da Mata**, Líder do Bloco Socialismo e Democraciaa.

*(Será feita a substituição solicitada.)*

Of. 116/Solidariedade\2015-Lid

Brasília, de abril de 2015

**Assunto:** Substituição de membro em Comissão Mista – MPV 671/2015

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência a indicação do Deputado Zé Silva, como membro suplente, em substituição ao Dep. Lucas Vergílio, na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 671/2015, que "*Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências*".

Atenciosamente, – Deputado **Arthur Oliveira Maia**, Líder do Solidariedade.

*(Será feita a substituição solicitada.)*

**MENSAGEM DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

– **Nº 93, de 2015**, na origem, que restitui os autógrafos do **Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2014**, sancionado e convertido na Lei nº 13.113, de 2015.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo.

**OFÍCIO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Ofício nº 344/GP de 2015**, na origem, do Superior Tribunal de Justiça, que encaminha Prestação de Contas referente ao exercício financeiro de 2014.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 344/GP

Brasília, 31 de março de 2015

**Assunto:** Prestação de Contas – LRF, art. 56

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao que dispõe o art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, encaminho a Vossa Excelência a prestação de contas e o relatório de gestão desta Cor-

te referentes ao exercício financeiro de 2014, elaborados de acordo com as orientações do Tribunal de Contas da União.

Respeitosamente, – Ministra **Laurita Vaz**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

A matéria será encaminhada ao Tribunal de Contas da União, conforme inciso II do art. 71 da Constituição Federal.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

### **TÉRMINO DE PRAZO**

Encerrou-se em 10 de abril o prazo para apresentação de emendas aos **Projetos de Resolução nºs 78, de 2013; e 14, de 2014.**

Não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Tomo a liberdade, na presidência dos trabalhos do início desta tarde, de fazer a leitura, pelo senso de oportunidade, por ter o autor sido Presidente desta Casa e Presidente da República e por referir-se à morte de um ex-colega do meu Estado do Rio Grande do Sul, o ex-Senador Paulo Brossard.

Então, com a licença dos Srs. Senadores – e, tenho certeza, com o apoio deles –, faço a leitura do texto do Senador José Sarney sobre Brossard.

O artigo foi publicado no jornal *Folha de S.Paulo* de hoje, cujo título é: “Brossard, herói da resistência”:

Paulo Brossard deixa o exemplo do político íntegro, do cidadão exemplar. Perde o Rio Grande, perde o Brasil e perdemos nós

Desaparece a mais brilhante e preparada legenda dos homens públicos rio-grandenses que sucedeu à geração gaúcha de 1930, que trouxe Getúlio Vargas ao poder.

Não era um gaúcho dos gestos largos, da retórica dos guerreiros da fronteira, das vestes pampeiras da bombacha e do chimarrão. Mais para um lorde inglês a falar no Parlamento ou um professor da Sorbonne falando do positivismo. A linguagem de Paulo Brossard era erudita, pausada, elegante. Em vez do chapéu pampeiro e do lenço no pescoço, era um chapéu de feltro e uma gravata larga, num nó grande tipo plastrão. Elegante e muito influenciado por Raul Pilla, que também foi meu colega no Palácio Tiradentes. Paulo Brossard [Senadora Vanessa Grazziotin] teve oportunidade de servir ao Brasil nos três Poderes da República: Executivo, Judiciário e Legislativo. Foi, quando eu Presidente [referindo-se ao autor, Senador José Sarney], Procurador-Geral da República, Ministro da Justiça e Ministro do Supremo Tribunal Federal. Neles deixou a marca do jurista de grande conhecimento, guardada na jurisprudência do STF e no Ministério da Justiça, o notável político que foi a ponte a tecer as soluções controversas. Mas foi no Congresso que deixou sua marca do grande parlamentar, do grande orador a figurar entre os maiores, ao lado de Joaquim Nabuco, Gaspar Silveira Martins, Ruy Barbosa, Visconde do Rio Branco, Carlos Lacerda, Afonso Arinos. Sua causa, a redemocratização. Era duro sem ser descortês, temerário às vezes, mas ouvi-lo era ouvir um Wagner adocicado em seus momentos altos de Tristão e Isolda. Começou como deputado estadual, discípulo de Pilla, combatendo Henrique Lott na “novembrada”, como chamou o 11 de novembro de 1955. Foi um liberal que ninguém conseguiu aprisionar. Nem na disciplina partidária, nem na negação dos seus princípios. Apoiou a saída de Jango, engajado na luta do Rio Grande contra o PTB, Getúlio, Brizola e o populismo.

Mas, logo que o golpe de 1964 descamba contra o direito, ei-lo rompendo e se filiando às hostes da oposição. Pela sua bravura foi afastado de sua cátedra na universidade. No Congresso, foi uma das maiores e mais permanentes vozes contra os governos militares. É ele o grito que é ouvido, o líder que é seguido e o soldado que fica na linha de tiro. Foi um dos maiores amigos que tive na vida. Sempre estávamos juntos, pessoalmente, por telefone ou por pensamento. Não cumpri a última promessa que fiz há dez dias: visitá-lo em Porto Alegre.

Não resisto a transcrever as palavras que proferi no Senado quando ele saía do Congresso: “Passada a tempestade, quantas vezes nos sentávamos neste plenário, Brossard largava a adaga e a baladeira, sentava-se junto à fogueira da convivência, pegava a chávena e a cuia do chimarrão da conversa amiga e começávamos grandes e inesquecíveis colóquios literários. Grande cultura, grande inteligência. Íamos e vínhamos na lembrança de livros e autores. Mas sempre aportávamos na história parlamentar, na evocação das grandes figuras e dos grandes momentos do parlamento”.

Brossard deixa o exemplo do político íntegro, do cidadão exemplar, do grande patriota.

Perde o Rio Grande, perde o Brasil, perdemos nós.

O texto é do ex-Presidente desta Casa e Presidente da República José Sarney, 84 anos, membro da Academia Brasileira de Letras, que foi presidente da República de 1985 a 1990.

Feito esse registro pela Mesa, Senadora Vanessa, caros colegas Senadores Roberto Requião, Alvaro Dias, Senador Fernando Bezerra, Senador Capiberibe, eu imagino que esteja a Mesa fazendo uma homenagem inicial ao falecimento de Paulo Brossard e também ao autor desse artigo, que expressa, com precisão, com muita fidalguia e com muita lealdade, a homenagem a um amigo que se foi. Então, é assim que começamos.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PSDB - PR. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Ana Amélia, eu gostaria de subscrever as palavras por V. Exª lidas neste momento, como também subscrever o voto de pesar pelo falecimento de Paulo Brossard.

Eu cheguei a Brasília ainda jovem e o encontrei aqui. O Congresso Nacional parava para ouvi-lo. Nós sabemos o quanto é difícil o silêncio quando o orador se pronuncia. Brossard não viveu esse drama jamais.

Sua voz sinalizava para a necessidade do silêncio absoluto.

O Congresso, repito, parava para ouvi-lo, em nome do povo brasileiro. Somava conhecimento jurídico à sensibilidade política, e interpretava, com autenticidade, as aspirações do nosso povo.

Sem dúvida, fica nos registros dos Anais da história como um dos grandes tribunos brasileiros, como um dos grandes parlamentares, um dos grandes líderes em momentos cruciais da vida nacional, mas sempre a figura do gaúcho simpático, capaz de conviver simplesmente, na simplicidade dos gestos mais comuns.

Eu tive a oportunidade de acompanhá-lo em caminhada pela Rua das Flores, em Curitiba, e pude sentir com que simpatia ele acolhia os cumprimentos dos paranaenses. Era então Ministro da Justiça e ia ao Paraná exatamente no cumprimento da sua missão de Ministro de Estado. Fazia questão de caminhar pelas ruas, a fim de sentir as aspirações das pessoas de Estados diferentes do seu Estado, o Rio Grande do Sul.

Creio, Srª Presidente, que as palavras do artigo lido por V. Exª refletem bem a personalidade de Paulo Brossard e os nossos sentimentos em relação a essa perda enorme, uma lacuna que não se preenche facilmente.

Repito: Paulo Brossard passa para a história como um dos grandes parlamentares brasileiros, um dos grandes tribunos que passaram por esta Casa.

Os nossos pêsames, a nossa solidariedade à família, aos seus amigos e aos seus admiradores.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Alvaro Dias.

Penso que a Mesa determinará a transcrição do artigo do Senador José Sarney, como uma homenagem da Casa.

Além disso, a minha proposição é que todos os Líderes da Bancadas assinem o voto de pesar para que, coletivamente, a Casa manifeste à família, na pessoa da viúva, Lúcia Brossard de Sousa Pinto, a homenagem do Senado Federal a esse nosso colega, a esse líder político que honrou a tradição do País, em defesa do Estado de direito, da liberdade de expressão e da democracia.

Com a palavra, o Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentá-la, Senadora, pela transcrição do artigo do Presidente Sarney sobre Paulo Brossard.

Quando o silêncio da covardia calava a mídia e as vozes durante o período autoritário do militarismo no Brasil, a voz de Brossard, libertária, extasiava plateias. Poucos parlamentares como Brossard existiram antes dele; poucos existem hoje; e poucos existirão marcando a sua passagem na história do nosso País como ele marcou.

Todos sentimos a morte do Senador Paulo Brossard, do Ministro do Supremo Tribunal Federal Paulo Brossard, mas, acima de tudo, do grande amigo Paulo Brossard.

Parabéns, Senadora.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Roberto Requião.

De fato, como disse V. Exª e o Senador Alvaro Dias, o Presidente José Sarney foi muito feliz num texto que era, ao mesmo tempo, falando de um amigo, mas também, institucionalmente, reconhecendo todas as virtudes, os valores e a relevância que teve Paulo Brossard no cenário político brasileiro, neste século que estamos enfrentando.

Feita essa homenagem inicial, na tarde desta segunda-feira, convindo, para fazer uso da palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin, comunicando antes que o Senador Fernando Bezerra já veio à Mesa para se inscrever pela Liderança do PSB.

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Peço a V. Exª, com a licença, para me inscrever como Líder da oposição.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – V. Exª está inscrito, Senador Alvaro Dias.



**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Srª Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, companheiros e companheiras, eu quero, da mesma forma como vi meus companheiros, cumprimentá-la pela forma como abriu a sessão. Não haveria forma mais correta e justa de homenagear Paulo Brossard que lendo esse belo escrito do nosso querido Presidente Sarney. Se me permite V. Exª, quero não só cumprimentá-la pelo gesto, mas assinar embaixo também.

Paulo Brossard é daquelas figuras que passam, mas, sem dúvida alguma, ficam eternamente pelos serviços prestados ao País, à democracia brasileira. Paulo Brossard deixou sua força quando ocupou posição aqui no Congresso Nacional.

Mas, Srª Presidente, além do passamento de Paulo Brossard, penso que não tivemos um bom final de semana.

Eu aqui quero registrar o falecimento, no dia de hoje, de Eduardo Galeano, escritor conhecido, respeitado no mundo, sobretudo em nosso continente. Talvez, de suas obras, a mais famosa de todas seja *As Veias Abertas da América Latina*. Então, registro com pesar também esse falecimento.

E há algo que me toca muito, Srª Presidente, e não me refiro agora a nenhuma pessoa famosa que tenha deixado nome, mas a uma pessoa muito jovem, muito querida de todos nós do Estado do Amazonas. Refiro-me à morte trágica, brutal da jovem Amanda Cristina Cavalcante Bezerra. Ela é filha de uma companheira nossa de Partido, uma colaboradora; neta de Maria, filha de Cristina, uma mãe muito jovem. Morreu aos 17 anos de idade – foi estuprada e assassinada, Senadora Ana Amélia – uma menina que tinha a vida toda pela frente. Infelizmente é apenas o exemplo de tantas meninas que se vão.

Ontem, uma reportagem muito comovente no Fantástico mostrou as crianças que vão muito cedo, muitas delas vítimas de bala perdida. Amanda, uma menina linda; a cara da mãe, Cristina. Eu conheço a avó, os tios, a família inteira. Aliás, crescemos juntas, militando no Partido. E saber que a mais jovem de todas se foi de uma forma tão drástica é algo que machuca muito.

Então, eu quero aqui registrar não só esse fato, mas exprimir minha solidariedade à família, meus sentimentos. São pessoas corretas, sérias, humildes, que vivem em um bairro da periferia da cidade de Manaus, um bairro que tem muito problema, mas nunca saíram daquele bairro, porque têm toda uma história de vida, de família construída no Bairro Colônia Oliveira Machado. É um bairro vizinho do Bairro Educandos, um dos mais antigos da nossa cidade.

Quando eu externo aqui os sentimentos, apresento a minha solidariedade à família, fica, sobretudo, a mensagem à Justiça do Estado do Amazonas para que não deixe mais um crime impune. Quantas amandas foram; quantos maurícios, josés, meninos jovens, com toda uma vida pela frente? Espero que esse caso seja elucidado e que o autor do crime seja punido exemplarmente.

A vida ninguém traz de volta. O conforto à mãe, à família, só o tempo trará – se trouxer. Só o tempo cura a ferida, mas a cicatriz fica para sempre.

Então, uma forma de amenizar esse sofrimento, sem dúvida nenhuma, é com a punição de quem fez isso contra uma menina que tinha todo um sonho de uma vida pela frente.

Mas Srª Presidenta, venho à tribuna neste momento para... São muitos os assuntos: tivemos manifestações no Brasil inteiro, a divulgação de pesquisa – e eu voltarei, ainda, para tratar do assunto –, mas neste momento quero falar de um assunto importante, porque diz respeito também à unidade, à ação política, sobretudo do nosso continente, das Américas. Neste último final de semana, assistimos a um momento histórico para as Américas. Refiro-me aqui ao Fórum das Américas realizado durante a 7ª Cúpula das Américas na Cidade do Panamá, no país Panamá.

O mundo pôde celebrar a iniciativa corajosa do Presidente Raúl Castro e do Presidente Barack Obama de restabelecer relações entre Cuba e Estados Unidos, pondo fim a este último vestígio da Guerra Fria na região que tantos prejuízos nos trouxe – não apenas a Cuba, mas ao conjunto dos países do mundo, em decorrência de uma série de leis que havia nos Estados Unidos que penalizavam empresas, penalizavam países que ousassem manter relações comerciais com Cuba. Então, assistir ao fim desse longo período de 50 anos de embargo econômico contra um pequenino país, uma ilha, é algo, sem dúvida alguma, merecedor de registro histórico, Srª Presidente, Srs. Senadores. Esse gesto, assim como os próximos que serão dados, como o fim do embargo que, repito, há mais de cinco décadas vitima o povo cubano e enfraquece o sistema interamericano, são alvissareiros para os que desejam e lutam pela paz entre os povos, sobretudo os povos do continente americano e caribenho.

Como destacou a Presidente Dilma em seu discurso na Cúpula, abre aspas:



A prosperidade, a equidade e a cooperação são valores muito caros a todos nós. Juntos com a inclusão social e a democracia são caros a todos nós e representam tudo pelo que nós lutamos nos últimos anos e décadas. Refletem o espírito que deve presidir essa nova etapa das relações hemisféricas.

O sepultamento deste vestígio da Guerra Fria permitirá que todos os países americanos possam construir um novo padrão de relações. Afinal de contas, todos temos desafios a enfrentar na saúde, na educação, na geração de emprego e em diversos temas fundamentais para o nosso desenvolvimento. É certo que, depois de um ciclo em que vários países abandonaram o rumo neoliberal e construíram políticas votadas ao desenvolvimento, a América Latina e o Caribe têm, agora, menos pobreza, menos fome, menos mortalidade infantil e materna, menos analfabetismo. Aumentamos a expectativa de vida, aumentamos o Índice de Desenvolvimento Humano e o PIB *per capita* em nossos países, mas é preciso muito mais, é preciso avançar ainda mais.

E um exemplo, Sr<sup>a</sup> Presidente, que eu gostaria de dar aqui e que foi debatido e muito registrado e relatado, durante a Cúpula das Américas, é o da educação. O único país da América Latina e do Caribe a cumprir os seis objetivos de educação da Unesco, no período compreendido do ano de 2000 a 2015, foi justamente Cuba. Apenas um, em cada três países do mundo, atingiu a totalidade dos objetivos mensuráveis da Educação para Todos (EPT), estabelecidos no ano 2000.

Destaco o relatório de acompanhamento do programa, assinalando que, na América Latina e no Caribe, Cuba foi a única nação a cumprir esses objetivos. Eu aqui quero repetir: Cuba foi a única nação entre a América Latina e o Caribe a cumprir todos os seis objetivos estabelecidos pela Unesco para o avanço na educação! As metas foram estabelecidas na Cúpula Mundial de Educação, em Dakar, no Senegal, com 164 países, ocorrida no ano de 2000.

Apesar dos esforços do MEC, dos Estados e Municípios, ainda nós, no Brasil, não alcançamos todas as metas, mas superamos desafios importantes como: alcançar a educação primária universal, particularmente para meninas, minorias étnicas e crianças marginalizadas – o objetivo foi alcançado por 42% dos países, entre esses, o Brasil –; alcançar a paridade e a igualdade de gênero. A Unesco diz que 69% dos países atingiram a meta da educação primária e 48% no ensino médio. O Brasil foi um dos países a atingir essa meta.

Temos visto importantes conquistas como o número de creches públicas, que eram cerca de 3 mil, em 2002, e, hoje, temos um número que supera os 35 mil em todo o Brasil. Sobre o acesso de jovens e adultos ao ensino, o Brasil dobrou o número de matrículas em cursos profissionalizantes, de 2 milhões para 4 milhões. Pois bem, tenho certeza de que a integração resultante desse passo histórico nos permitirá avançar ainda mais na superação da defasagem que temos na educação de nossas crianças e de nossos jovens.

Outro tema que quero comentar são as manifestações, Sr<sup>a</sup> Presidente, a que nós assistimos na última semana. Mas antes de iniciar, quero destacar que esse dado divulgado pela Unesco, acerca do cumprimento das metas de 2000 a 2015, pelos países do mundo, pelas mais de 164 nações do mundo, metas estabelecidas no ano de 2000, é um fato importante. Nós, no Brasil, não atingimos todas as metas, foram duas as metas atingidas, mas creio que estamos buscando o caminho para alcançar uma a uma de todas essas metas.

É um fato muito importante, e não é do acaso, nem vem do acaso, Cuba ter sido o único país, no nosso continente caribenho, a atingir essas metas. Em que pese todas as críticas que fazem à Cuba, chamando-a de ditadura, de país extremamente fechado, o que vimos é que é um país que detém inúmeros problemas, como todos os países do mundo, mas, inegavelmente, é um país que tem procurado praticar os direitos humanos, e não apenas defender, como alguns outros fazem. Na prática, atua dentro dos princípios de direitos humanos, para universalizar e garantir assistência à educação, assistência à saúde; enfim, aquilo que dê uma melhor qualidade de vida ao povo.

Não é à toa que, no que diz respeito aos índices sociais, Cuba tem sido um dos países líderes do mundo – e o é também no quesito participação de gênero. Cuba faz um grande esforço, e nós somos testemunhas, para garantir uma participação equânime entre homens e mulheres na sociedade, em todos os níveis e em todos os aspectos. No mercado de trabalho, nos espaços de poder e no Parlamento, Cuba está entre os países que detêm o melhor índice de participação feminina no Parlamento; está entre os países que detêm o melhor índice de participação das mulheres na direção de grandes empresas ou de órgãos do próprio Poder Executivo ou órgãos estatais.

E não poderíamos ter tido um exemplo melhor, um registro melhor, a respeito deste assunto, do que no dia em estivemos na cidade de São Paulo, porque lá estivemos, recentemente, lançando a campanha Mais Mulheres na Política. E o nosso evento foi realizado na Fiesp. E o Presidente da Fiesp, ao dar boas-vindas às mulheres presentes, às parlamentares presentes, citou o fato de que havia recebido, minutos antes, uma Ministra de Cuba, mulher, ele fez questão de registrar, com sua assessoria composta por mulheres; Embaixador de Cuba no Brasil, no caso uma Embaixadora, uma mulher também, segundo ele; enfim, recebeu uma delegação feminina.

Disse ele que era uma mera coincidência, porque saiu de uma reunião, um almoço que teve, com a delegação feminina de Cuba, e não para tratar de assuntos de gênero, mas para tratar de assuntos gerais, já que dizem respeito ao fim do embargo econômico, com as novas relações estabelecidas entre Cuba e Estados Unidos. Ele fez questão de registrar o fato de como as mulheres se empoderaram em Cuba, e isso é muito importante.

Mas, repito, Cuba, como o nosso Brasil, como tantos países do mundo, não está imune a críticas, nem é um país que deixa de ter problemas; pelo contrário, ele tem muitos problemas. Agora, negar que Cuba tem sido uma nação que procura o seu próprio caminho, o caminho da independência, fazer o seu próprio destino, construir o seu próprio destino, tendo como foco a inclusão e a participação das pessoas é impossível. E o fato de terem sido divulgados esses dados, durante a Cúpula das Américas, foi muito importante, pois creio que isso deva favorecer ainda mais esse novo relacionamento que passa a existir no nosso continente.

E outro aspecto que considero importante, antes de entrar aqui nas manifestações, Srª Presidente, é o fato do pronunciamento do Presidente da Venezuela. A Venezuela é um país, que todos sabemos, passa por um grave problema. Aqui mesmo, contra meu voto, contra a minha opinião, o Senado Federal aprovou a formação de uma Comissão para ir à Venezuela: serão três parlamentares que deverão ir, não sei mesmo qual o objetivo, porque não compreendo, não consigo compreender, eu aqui nos meus poucos conhecimentos, mas creio que suficientes para chegar à conclusão de que não considero correto uma delegação de parlamentares de um país visitar, e decidir pela visita a outro país, sem que tenha recebido convite, absolutamente; enfim, aprovou-se a Comissão para ver os problemas, possíveis problemas, de democracia pelos quais atravessa a nossa vizinha Venezuela.

Mas ambos, o Presidente dos Estados Unidos e o da Venezuela, na mesma cúpula, discursaram. E o Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, apesar das críticas, e críticas duríssimas – não só dele; críticas feitas pela Argentina, críticas feitas pela Bolívia, críticas feitas pelo Presidente do Equador e por tantos outros –, a mensagem que Nicolás Maduro fez aos Estados Unidos foi a mensagem do diálogo, “vamos conversar”, assim como a mensagem de Barack Obama é a de que não tem interesse nenhum em interferir em assuntos internos dos países.

Então, eu creio que essa cúpula foi muito importante, marcante, para que possamos superar as diferenças que acontecem entre os países do nosso continente. E isso é muito importante.

Eu quero aqui repetir o que disse Rafael Correa, Presidente do Equador. Ele disse que a aproximação dos Estados Unidos e de Cuba era boa notícia, mas que continuaria existindo uma América do Norte e uma América do Sul; que o diálogo só será possível se as diferenças forem respeitadas. Eu acho que essa foi a grande mensagem. Precisamos manter-nos unidos, de forma respeitosa, e reconhecermos que há profundas diferenças entre as nossas nações, entre os nossos países, não só quanto ao estágio de desenvolvimento, mas quanto à própria orientação ideológica de cada uma das nações.

Então, eu quero aqui dizer que, assim como Cuba e os Estados Unidos estão conseguindo sentar e dialogar, espero que também Estados Unidos e Venezuela se sentem a uma mesma mesa para tratar esse fato, porque, se existem críticas em relação à condição política, democrática desenvolvida pelo Presidente Nicolás Maduro, por outro lado não podemos deixar de destacar o quão injusto, o quão incorreto é e o quanto fere as relações internacionais o decreto norte-americano que pune, que prevê a sanção a sete funcionários da Venezuela. Ou seja, houve um pedido enfático, não só do Presidente Maduro, mas também de presidentes de vários outros países para que os Estados Unidos, como um bom gesto a favor do diálogo, revogue esse decreto, que não prejudica só a Venezuela, mas prejudica o povo venezuelano, assim como esse embargo de 50 anos sofrido por Cuba tem feito com que a gente mais humilde, mais pobre, mais simples é que sofra com as consequências.

Aliás, Estados Unidos também, por muitos anos, mantiveram ou mantêm ainda – mas deverá revogar – leis que puniam não só Cuba, mas todo e qualquer país que mantivesse relações com Cuba, toda e qualquer empresa que mantivesse relações com Cuba.

Enfim, quero tratar rapidamente desse 7º Fórum das Américas, Srª Presidente, como um fato importante e histórico, porque, depois de décadas, “unos minutitos más”, como disse o Presidente Raúl Castro, o levaram a falar em torno de 50 minutos, com toda a plenária repleta de presidentes de países, que prestavam muita atenção. Mas acho que ele foi extremamente merecedor do espaço para falar, pelo período tão longo em que ali esteve ausente.

Aliás, estive algumas vezes em Cuba e vi o quanto eles imaginavam e sonhavam com o momento de voltar ao Fórum das Américas. Esse era um dos grandes sonhos que tinha aquele país, não só o seu governo, mas o seu povo, afinal de contas, é um fórum onde todos se sentam à mesa para debater, em condições iguais, seus problemas.

Por fim, Srª Presidente, quero me referir agora à questão das manifestações. Não quero entrar aqui no fato de que houve um menor ou maior número de pessoas. Pelo que diz a imprensa, reduziu muito o número

de pessoas. Na minha cidade, falam em 900 pessoas, ou seja, não se chegou a mil. Creio que, por tudo que vi, assisti, era um número bem menor, mas acho que esse é um dado de menor importância.

O dado que precisamos ler e compreender também não se refere ao fato de que mais de 80% dos manifestantes eram pessoas que votaram, durante as últimas eleições, as recentes eleições, na candidatura oposicionista não vencedora, que foi a candidatura do Aécio. Também não considero esse como o fato principal a ser avaliado.

Considero alguns outros aspectos. Um deles, Srª Presidente, é o avanço em relação à participação daqueles que fazem apologia a regimes de exceção, apologia a regimes de ditadura. Acho que não podemos aceitar, nem permitir, nem fazer de conta que não vimos algo desse porte...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... porque isso pode, cada vez mais, tomar corpo e peso em nosso País, o que é extremamente ruim; danoso à democracia, danoso à liberdade, danoso à justiça social.

Então, esse é um aspecto que continuo aqui repudiando, porque não posso crer que, numa manifestação pacífica, com milhares de pessoas nas ruas, alguns, ou a maioria, se permitam sequer conviver com manifestações que eu considero inconstitucionais, anticonstitucionais, estas que defendem a apologia à ditadura e à falta de liberdade.

Mas creio que o aspecto principal ainda se deve ao fato de que nós precisamos promover as reformas e as mudanças que o povo requer. E, repito, não importa que seja da oposição, que seja da situação, que tenha votado ou não na Presidenta Dilma; o fato é que vivemos um novo estágio do nosso desenvolvimento...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Já concluo, Srª Presidente.

Vivemos um novo estágio do nosso processo de desenvolvimento econômico, social, político e da própria democracia. E temos que ter a leitura correta, pois os que estão insatisfeitos não são só aqueles que estão indo às ruas, mas também aqueles que ficam em casa e que exigem da gente, Senador Paim, muitas mudanças, e mudanças em todos aspectos, nos costumes, nas instituições. E são mudanças de choque.

Creio que estamos atravessando a fase aguda da crise, mas continuaremos vivendo a fase crônica da crise, que só cessará no dia em que tivermos a capacidade e a possibilidade de promover a mudança.

O Executivo tem a sua parte, as organizações sociais representativas da população têm a sua parte, mas nós do Parlamento brasileiro também temos a nossa parte. E dela não podemos abrir mão, de jeito nenhum, porque, do contrário, seremos nós os atropelados...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É este o pronunciamento que faço, a mensagem que deixo. Creio que, dentro de um momento de mais calma, sabendo que não estamos diante de nenhuma articulação a favor de qualquer tipo de golpismo, temos que seguir promovendo as mudanças que não só a população brasileira quer, mas que esse novo estágio da nossa democracia exige.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento-a, Senadora Vanessa Grazziotin.

A propósito do primeiro tema que V. Exª abordou, V. Exª trabalhou aqui como Procuradora da Mulher no Senado Federal, intensamente, junto à Bancada feminina da Câmara e do Senado, a fim de votar o crime de feminicídio. Agora, com o caso relatado por V. Exª, vemos a relevância do tema. Seria adequado, portanto, que a regulamentação já estivesse pronta para que o autor desse bárbaro crime – mais um contra a mulher e contra uma menina indefesa – venha a ser punido com base nessa nova lei, na qual V. Exª teve um papel muito relevante, Senadora.

Convido para fazer uso da palavra, pela Liderança do PSDB, o Senador Fernando Bezerra; em seguida, o Senador Paulo Paim, como orador inscrito; e, depois, o Senador Alvaro Dias, pela Liderança da Minoria, da oposição.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Srª Presidente, só para observar, eu me inscrevi também na lista de oradores.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – V. Exª está inscrito, é o sétimo orador. É um número cabalístico, mas é o sétimo orador da tarde de hoje, Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Os sétimos serão os primeiros, pelo menos hoje!

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É verdade, Senador.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Como Líder. Com revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento sobre o recente Decreto nº 8.428, que trata do procedimento de manifestação de interesse, é com muita alegria que eu queria agradecer à minha colega, que tem o privilégio de dirigir a sessão desta Casa na tarde de hoje, a Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária desta Casa; agradecer a ela em nome de todos os homens e mulheres do Submédio São Francisco.

Na última sexta-feira, a Senadora Ana Amélia conduziu de maneira brilhante a primeira audiência pública da história do Senado Federal naquela região, evento ainda mais especial para mim por ter sido realizado em Petrolina, minha cidade natal. Na agenda do debate, a tentativa de encontrar alternativas para a grave crise hídrica que afeta a fruticultura do São Francisco.

Peço licença para lembrar que, assim que solicitei à Senadora a realização dessa audiência pública, ela prontamente atendeu o pedido e ainda fez questão de que o evento fosse realizado lá na região. Demonstrou, assim, a minha colega uma enorme sensibilidade pública, por querer ouvir as pessoas da região, conhecer o problema de perto e abrir o diálogo com os mais variados atores. Senadora Ana Amélia, mais uma vez deixo aqui a nossa gratidão.

Também quero agradecer ao Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, que permitiu que uma equipe da TV Senado fosse a Petrolina para que a audiência pública pudesse ser transmitida para todo o Brasil. A audiência foi um momento extremamente rico. O auditório do Sest Senat, onde a realizamos, ficou lotado! Contamos com a presença importante do presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu, a quem quero fazer um agradecimento especial.

Agradeço, ainda, aos demais presentes, como o diretor presidente da Codevasf, Dr. Elmo Vaz, o diretor da Chesf, Dr. Mozart Arnaud, o representante do Ibama, dos bancos públicos federais, os deputados federais, deputados estaduais, prefeitos, vereadores, produtores rurais, trabalhadores do campo, lideranças sindicais e integrantes de organizações não governamentais, tanto de Pernambuco, quanto da Bahia.

De maneira transparente e democrática, todos puderam expor suas visões sobre o problema. Todos tiveram a oportunidade de contribuir para que possamos, juntos, apresentar as soluções necessárias à fronteira agrícola do Submédio do Vale do São Francisco.

Como venho afirmando em pronunciamentos nesta Casa e em entrevistas à imprensa, essa região do Brasil gera mais de 150 mil empregos na fruticultura, superando em número de vagas a indústria automotiva do ABC paulista. A produção de frutas responde por uma movimentação financeira de mais de R\$2 bilhões por ano, e mais de 90% das propriedades são ocupadas por pequenos e médios agricultores, com terras que variam entre 2 e 20 hectares. Estamos falando de um arranjo produtivo que não é importante apenas para uma parte do Nordeste, mas para todo o Brasil, pois gera milhares de empregos e gera renda.

Durante os debates, foi consensual a compreensão de que precisamos tomar medidas urgentes para evitar que toda essa cadeia produtiva entre em colapso após a mais severa seca já registrada nos últimos cem anos.

O lago de Sobradinho, principal fonte de abastecimento da irrigação, está com a capacidade abaixo dos 20%. Não vai faltar água. O problema não é de água. O problema é de nível, porque, quando a barragem atingir menos de 5% do seu volume – o que representa, ainda, mais de 4 bilhões de metros cúbicos –, o atual sistema de captação ficará impedido de fornecer água aos perímetros públicos da região.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tiramos alguns encaminhamentos importantes do evento realizado em Petrolina.

O primeiro deles é que há necessidade de reduzir a vazão da barragem de mil metros cúbicos por segundo para 900 metros cúbicos por segundo. Assim, vamos manter mais água no lago, sem prejudicar a produção de energia e garantindo uma sobrevida às áreas irrigadas.

A medida depende agora do Ibama, que, tenho certeza, será sensível ao apelo da região. O próprio Presidente da Agência Nacional de Águas, Dr. Vicente, afirmou que, assim que o Ibama autorizar a redução, a ANA irá executá-la em 24 horas.

Por outro lado, é fundamental que o Governo Federal possa realizar as obras necessárias para que a água seja assegurada, ampliando a capacidade de captação e bombeamento. O Governo do Estado de Pernambuco já



deu uma contribuição importante nesse sentido, quando decretou estado de emergência na região. Quero aqui, portanto, agradecer também ao Governador Paulo Câmara, pela sensibilidade e rápida determinação política.

É sabido que, pelos trâmites normais da contratação pública, não teremos tempo hábil de fazer nenhuma obra da importância que se faz necessária. As intervenções devem ser feitas até o mês de setembro, para que o setor não seja ainda mais penalizado.

Nossa sugestão, que será levada ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, é que os recursos necessários para as obras sejam oriundos da Defesa Civil, com o devido acompanhamento de todos os órgãos de controle necessários à operação. Dessa maneira, podemos ganhar tempo, fazer o que precisa ser feito com velocidade e garantir os empregos dos milhares de sertanejos que vivem na região, além de garantir a manutenção dos empreendimentos.

Tenho a convicção de que o Governo Federal estará aberto a essas reivindicações, que são legítimas e justas. O Vale do São Francisco e o Nordeste brasileiro precisam e esperam por essas respostas com urgência.

Srª Presidente, eu queria, antes de encerrar a minha participação, desta tribuna, também registrar, com satisfação, a publicação do Decreto 8.428, do último dia 02 de abril do corrente ano, que trata do procedimento de manifestação de interesse. Como todos nós sabemos, a infraestrutura precária é um dos maiores componentes do chamado custo Brasil, que torna o nosso País um dos menos competitivos no mundo. Em 2012, os custos logísticos brasileiros equivaliam a 12% do Produto Interno Bruto, enquanto nos Estados Unidos esses custos não ultrapassavam 8% – uma diferença significativa que nos arrasta para as últimas posições do *ranking* mundial de competitividade, prejudicando o desenvolvimento do País.

Pois bem, no último dia 6, com esse decreto, o Governo incorpora, dentro do PMI, uma prática já adotada em países como Inglaterra, Itália e África do Sul. Consiste em permitir que o empreendedor privado manifeste sua intenção perante a Administração Pública de realizar projetos, levantamentos, investigações ou estudos que poderão ser utilizados pelo Poder Público em futuras contratações.

Cumprir destacar que tal procedimento prima pelo uso de regras claras, buscando evitar relacionamentos espúrios entre os agentes públicos e o setor privado. Além disso, transparência e publicidade são princípios basilares do PMI, havendo oportunidade para que todos os interessados – pessoas físicas ou jurídicas – participem do empreendimento.

Uma vez estabelecida a realização de um PMI, os interessados apresentarão sua intenção de participar do procedimento. Em sendo autorizado o projeto, o levantamento, a investigação ou o estudo, os proponentes terão um prazo para apresentar seus trabalhos à Administração, que selecionará aquele mais adequado ao interesse público.

A seleção de um determinado trabalho não implica seu uso pela Administração. O Poder Público tampouco é obrigado a realizar a licitação para a qual o projeto foi apresentado. Além disso, cabe ao vencedor da licitação – jamais ao ente público – o ressarcimento aos elaboradores do trabalho.

Com o emprego do PMI, espera-se ampliar o número de projetos destinados à contratação pública em contraponto a uma realidade infeliz da Administração em todas as esferas, principalmente nos Estados e nos Municípios: a carência e a qualidade discutível dos projetos. Isso poderá ajudar a vencer os gargalos da infraestrutura no Brasil, um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento nacional.

E quero destacar, para encerrar, a ampliação do escopo da utilização do PMI. Na regra anterior, o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) só era aplicável às Parcerias Público-Privadas. Na normalização recente, o PMI pode ser utilizado não só em PPPs, mas, também, em concessões ou permissões de serviços públicos, em arrendamentos de bens públicos e em concessão de direito real de uso.

O decreto vem em um momento oportuno, ao passo que, em tempos de baixo crescimento econômico e redução dos investimentos públicos, faz-se necessário estimular a injeção de capital privado de longo prazo na economia, sobretudo nas concessões destinadas à ampliação e qualificação da infraestrutura de portos, aeroportos, hidrovias, ferrovias e rodovias, bem como para agilizar as concessões do direito real de uso para o Mais Irrigação, programa de fundamental importância para o desenvolvimento do semiárido brasileiro.

Srªs e Srs. Senadores, quero aqui manifestar que o Governo Federal agiu de forma acertada com a edição do Decreto nº 8.428. Se bem aceito pela iniciativa privada e bem executado pelo Poder Público, o Procedimento de Manifestação de Interesse terá o triplo mérito de acelerar a elaboração de projetos de infraestrutura no País, contribuir para desfazer o nó logístico brasileiro e estimular a atividade privada no setor de projetos, levantamentos, investigações e estudos. Três vitórias que, tenho esperança, celebraremos em breve.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Fernando Bezerra, pelas referências. Dessa forma estamos cumprindo com a nossa obrigação.

Quero dizer também que, quando V. Exª fez referência a esse Decreto nº 8.428, do Procedimento de Manifestação de Interesse, lembrei do que ouvi lá na sua Petrolina: o programa de melhoramento dos aeroportos brasileiros, por conta da Copa do Mundo, foi feito em tempo recorde, de maneira exemplar. O aeroporto de Brasília hoje, o aeroporto de São Paulo, o aeroporto do Rio de Janeiro e de várias outras cidades brasileiras mudaram totalmente a lógica e o desempenho, por conta exatamente de um programa de parcerias. Dessa forma, com a modernização dos procedimentos a que V. Exª acaba de se referir, também poderemos resolver graves problemas de logística.

Tive o privilégio de ver as frutas da sua Petrolina ou de Juazeiro saindo de lá já com embalagem para o Japão, um dos mercados mais exigentes do mundo quando se trata de produtos de origem animal ou vegetal, os Estados Unidos, igualmente um mercado altamente consumidor e exigente, e Europa.

Para uma cidadã, não uma Senadora, mas uma cidadã ver ali que milhares de mãos nordestinas tiveram participação nessa riqueza brasileira, porque aquele selo, a Bandeira brasileira, está indo para esses mercados para mostrar a nossa capacidade, da sua gente valorosa e corajosa.

Então, o que foi feito lá em Petrolina e Juazeiro, Senador Fernando Bezerra, foi aquilo que o Presidente desta Casa, Renan Calheiros, quer dar: visibilidade à capacidade que temos de promover iniciativas que resultarão em benefícios para aquela comunidade. Essa é a nossa missão e é o que desejo sinceramente. Conte comigo!

O Ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, lá enviou representantes para cuidar disso. Os recursos agora virão na forma de defesa civil, porque há a emergência. E é muito importante que V. Exª fale: não é um problema de água, é um problema de vazão e daquele recurso que vai garantir o emprego e a renda. É uma questão social relevante. Parabéns pela sua iniciativa!

Quero dizer também, Senador Fernando Bezerra, que a Comissão de Agricultura, na quinta-feira, vai receber, com muita honra, o Vice-Presidente de Agronegócio do Banco do Brasil, Osmar Dias, para tratar de todas as questões de interesse do agronegócio brasileiro, da produção agropecuária brasileira, para tratar especialmente do financiamento das safras. E, na sexta-feira, 17, estará em Ilhéus, Itabuna, da Senadora Lídice da Mata, para discutir, a pedido dela, por requerimento dela, os problemas e a problemática no cacau, que não é um problema localizado da Bahia. É um problema das fábricas de chocolate do meu Rio Grande do Sul, que dependem dessa matéria-prima produzida na Bahia.

Então, temos que entender o Brasil dessa forma, um Brasil integrado e unido.

Parabéns pela sua iniciativa e pela oportunidade que deu à Comissão de Agricultura de entender melhor o que está acontecendo naquela região. Parabéns!

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu agradeço à Srª Presidente, a nossa querida companheira Ana Amélia.

Apenas para encerrar, quero dizer que, durante a audiência pública, que teve uma enorme repercussão em todo o Estado de Pernambuco, até porque os grandes veículos de comunicação do Estado se transferiram para Petrolina para dar cobertura a essa importante iniciativa, foram coletadas manifestações de apoio de mais de dezoito instituições, prefeituras, órgãos não governamentais, associações de produtores, que estão sendo entregues, agora à tarde, ao Presidente do Ibama e à Ministra Izabella Teixeira, para que possamos alcançar os objetivos daquela audiência, que é a redução da vazão e a liberação dos recursos para a contratação, em caráter emergencial, dos flutuadores, que irão assegurar, em se confirmando o pior cenário, a não interrupção do fornecimento de água para esses importantes perímetros irrigados.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Confiamos todos na sensibilidade da Ministra Izabella Teixeira e do Presidente do Ibama.

Concedo a palavra, para manifestação como orador inscrito, ao Senador Paulo Paim; em seguida, ao Senador Alvaro Dias; pela ordem, ao Senador Telmário Mota e Senador João Capiberibe, esta Senadora, Senadora Lídice da Mata e Senador Roberto Requião.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Ana Amélia, Senadores e Senadoras, eu já fui informado, naturalmente – e trabalhei junto com V. Exª –, de que encaminhamos – de forma coletiva, eu diria, os três Senadores do Rio Grande – um voto de pesar, de solidariedade à família de um grande líder gaúcho, que faleceu, que é o nosso querido Paulo Brossard, mas eu não poderia deixar de vir à tribuna até pelo respeito e o carinho que eu sempre tive por ele, uma pessoa que era envolvida, inclusive, com direitos humanos. Sempre usou o seu conhecimento, o seu saber na defesa de toda a nossa gente, do povo brasileiro e da própria democracia, como ninguém.

Eu dizia para V. Exª que eu, ainda bem mais jovem, aqui nas galerias, em plena ditadura, estive aqui, diversas vezes, ouvindo-o falar, e o plenário ficava em silêncio absoluto. Era o momento dos grandes oradores.



É essa a imagem que ficou dele, e encontrei-o, claro, diversas vezes, no Rio Grande do Sul e, por isso, deixo registradas aqui algumas palavras a esse grande homem do País.

Brossard foi um homem dos três poderes. Nasceu na fronteira Bagé, terra de homens e mulheres guerreiras. Acumulou quase sete décadas de vida pública. Atuou no Legislativo, foi uma das vozes mais fervorosas na luta pela democracia e na defesa do parlamentarismo. Em suas conversas com Raul Pilla, nas tardes primaveris, em Porto Alegre, teorizavam a implementação do sistema parlamentarista no Brasil. No Executivo, comandou a pasta do Ministério da Justiça e, no Poder Judiciário, foi Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e Ministro da Suprema Corte.

O jornalista Luiz Fernando Valls, em seu livro *Brossard: 80 Anos na História Política do Brasil*, lembra bem: Brossard era firme como a agulha magnética da bússola.

Atravessou décadas da política nacional com um discurso louvável e sempre atual. Dizia Brossard, lembra o escritor: “Boa ou má, a lei deve ser cumprida. Se a lei for má, a sociedade deve ter meios para a sua correção”. Assim eu espero que se faça aqui no projeto de terceirização. “A lei é que garante a todos, governantes e governados; a lei que deixa de proteger meu inimigo não me protege também”.

Homem público, sereno, calmo, firme em suas convicções, gostava de um bom mate e uma boa prosa. Foi velado lá no Palácio Piratini, no Salão Negrinho do Pastoreio. Ele que era maragato e libertador, encerra a sua página na história do Brasil, mas, com certeza, os seus ideais estarão sempre vivos entre nós.

Além desse movimento de solidariedade que fizemos aqui, no plenário, encaminhei também, em nome da Comissão de Direitos Humanos, um requerimento para os familiares, aprovado por unanimidade, por tudo aquilo que ele fez em defesa do povo brasileiro.

Mas, Sr<sup>a</sup> Presidente, neste dia em que iniciei a Comissão da audiência pública sobre terceirização, com a presença de três mesas, foram lá em torno de 18 convidados, além do falecimento do grande Paulo Brossard, ficamos sabendo que hoje, pela manhã, perdemos também um grande homem dos direitos humanos, aquele que sempre defendeu que direitos humanos não têm fronteira. Perdemos hoje, pela manhã, Eduardo Galeano, jornalista, historiador, ficcionista uruguaio, escritor de grandes obras, como *As Veias Abertas da América Latina*.

Em *Memórias de Fogo*, Eduardo foi um pensador que deu voz, como ele mesmo afirmava, sobretudo, aos condenados ao esquecimento. Escreveu especialmente sobre sonhadores, lutadores e defensores do povo, construindo as memórias de lutas sobre a Guerra de Canudos e a resistência dos sertanejos, as revoltas populares brasileiras, a Revolta da Chibata. Lembrou ele, como ninguém, do grande almirante negro João Cândido, lá do meu Rio Grande. Falou sobre os mais diversos temas, com o radicalismo de quem crê que um mundo melhor é possível. Faleceu de câncer, aos 74 anos, nesta manhã de 13 de abril de 2015.

Lembro aqui suas palavras quando fala da utopia e sigo com sua memória, alçando nossa luta nesta Comissão e no Parlamento brasileiro.

Diz ele:

A utopia está no horizonte. Me aproximo dois passos, e ela se afasta dois passos. Caminho dez passos para frente, e ela corre dez passos mais para lá. Nunca a alcançarei. [Enfim, pergunta]. Para que serve a utopia? [E ele responde]. Para isso serve: para caminhar [caminhar e avançar].

Deixo registrada, Sr<sup>a</sup> Presidenta, a homenagem que faço a Eduardo Galeano, a quem eu diria “presente, presente”, e a Paulo Brossard, também “presente”.

Sr<sup>a</sup> Presidenta, eu quero também deixar registrado um artigo que recebi das mãos do Presidente da OAB de Brasília, Ibanez Rocha, quando estive como ele nesse fim de semana, numa atividade da OAB, onde eu falei das MPs, a 664, a 665, e da terceirização. Fiquei impressionado com o carinho com a coisa pública. Fiquei impressionado com o carinho com o direito dos trabalhadores que o Plenário da OAB Brasília, lotado, demonstrou. E deixaram claro que eles têm muito, muito, muito claro mesmo o que significam para nossa gente a 664 e a 665 e o que significa a terceirização da forma como está posta.

Na audiência pública que fizemos hoje, pela manhã, com três mesas, estiveram centrais, confederações, OAB, CNBB, Ministério Público, Ministério do Trabalho, o próprio Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, foram todos unânimes: a forma como a Câmara votou e discutiu o projeto da terceirização é um crime contra o povo brasileiro.

E digo mais, Sr<sup>a</sup> Presidenta: participaram dessa audiência pública, a maior de que participei até hoje em matéria de participação direta das redes sociais, em torno de 700 pessoas, que interagiram conosco hoje pela manhã. Não para surpresa minha, porque eu tinha claro. O povo brasileiro está entendendo o que é essa terceirização, para onde vai. Sabe quantos, de 700, se manifestaram a favor da terceirização da forma como foi aprovado na Câmara? Está lá escrito: nenhum. Houve um que ficou na dúvida, mas dizia que era favorável, porém não concordava que atividades-fins pudessem ser terceirizadas de forma totalmente desordenada.

Então, eu diria, de 700 participantes em média, nenhum conseguiu dizer que era a favor da terceirização.

Quero cumprimentar aqui o Senador Renan Calheiros, porque acho que a Câmara votou essa matéria sem aprofundar o debate, sem conhecer com profundidade o que vai significar. Eu voltarei aqui para falar especificamente sobre isso. Quando eu estava presidindo a reunião, recebi um telefonema do Presidente Renan Calheiros, que me disse que aceitava a proposta que eu havia colocado lá.

Nós vamos fazer uma comissão geral aqui, vamos debater o tema no Plenário, vamos ver quem é contra, quem é a favor, vamos chamar empresário, trabalhador, Governo. Vamos fazer um grande debate aqui. Eu quero só a verdade. Eu aprendi na vida que a verdade liberta e a mentira escraviza.

Eu não quero que ninguém vote porque o Paim disse, ou porque Pedro disse, ou porque Paulo disse, porque um é mais sabido que o outro. Não! Eu quero só que se faça o debate. Que venha aqui o Ministério Público do trabalho, que venham aqui os fiscais do trabalho, que venham as centrais, os empresários, a FIERGS, a CNI; que venha o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, por exemplo, que venha o Presidente do próprio Tribunal Superior, e vamos fazer aqui o debate, vamos aqui mostrar o que significa.

Por precaução, Sr<sup>a</sup> Presidenta, eu já aprovei outro requerimento, para que no dia 13 de maio – tivemos outra audiência pública lá, e vou convidar todos os setores – debatamos o seguinte título: terceirização, revogação da Lei Áurea. Esse é o título. Quem achar que está errado, vá lá e diga naquele espaço.

A terceirização, não respeitando nada, dizendo que pode terceirizar atividade-fim para tudo que bem entender, pode um banco dizer o seguinte: “Eu vou cuidar do dinheiro e tudo eu vou terceirizar”; uma metalúrgica vai dizer: “Eu vou cuidar só dos contratos e vou terceirizar tudo”; uma prefeitura poderá fazer isso.

Senador Requião, sempre é uma honra receber um aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Roberto Requião** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senador Paim, não tenha dúvida de que, se nós aprovarmos no Senado a Lei da Terceirização, o Joaquim Levy manda imediatamente a revogação da Lei Áurea. Não tenha nenhuma dúvida disso.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Amélia, quero me dirigir a V. Ex<sup>a</sup>. Quero elogiar o seu Partido. Sabe que lá na Câmara o seu Partido todo votou contra? É bom a gente poder dizer isso. Eu poderia dizer que o seu Partido estava a favor da terceirização? Não! A informação que tenho é a de que o PP votou todo contra, como o PT votou todo contra e que houve Senadores, Deputados dos mais variados partidos que votaram, mas perderam.

Eu acho que, no momento, Senador Requião, V. Ex<sup>a</sup> foi muito feliz aqui com o destaque que deu, para os Senadores perceberem o que aconteceu e eles não vão votar, ou então não há mais razão de ser desta Casa. Nós somos ou não somos a Casa revisora? Eu não estou dizendo que não tem que votar nada, mas como está não dá.

**O Sr. Roberto Requião** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Eu não posso acreditar, Senador Paim, que a Câmara tenha votado a favor dessa barbaridade. É só olhar o que acontece, por exemplo, com os terceirizados do Senado. Nós temos um quadro aqui estável, muito bem remunerado e temos verdadeiros mendigos terceirizados trabalhando no Senado da República, que não ganham um salário para usar uma vestimenta adequada ao trabalho que desempenham. A terceirização é a escravidão branca. E, pelo que sei, o Ministro da Fazenda pediu apenas que se acrescentasse a responsabilidade da empresa-mãe, concordando com toda a barbaridade proposta na legislação. Eu não acredito que os Deputados saibam exatamente o que votaram. Eu prefiro acreditar que, numa disputa interna de governo, de cargos, de irritação com o Executivo, votaram para agravar a Presidência da República e o Executivo. Eles não entenderam em profundidade a barbaridade que estavam cometendo ao votarem essa terceirização. A terceirização é a escravidão branca, é o desejo maior dos bancos e das montadoras de automóvel para não pagarem os salários, para criarem uma categoria de funcionários absolutamente inferiorizados diante dos funcionários sindicalizados nas empresas. A Força Sindical chegou a reivindicar que se estabelecesse, então, que todos os terceirizados seriam sindicalizados no sindicato da empresa-mãe. Isso também não foi concedido. É a tentativa de criação de uma subespécie de trabalhadores do Brasil. É uma indignidade. É um retrocesso e um absurdo para o País. O Senado vai oferecer a possibilidade de um diálogo mais profundo e eu acredito que o Senado da República não vota essa barbaridade.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senador Requião. Conhecendo V. Ex<sup>a</sup>, estava convicto que o aparte seria nesse sentido, até porque, Senador, eu, muitas vezes, fui convidado aqui a mediar conflito por terceirizados com a Casa, mas não era a Casa. É que o chamado gato, quando aqui havia empresa terceirizada, não estava dando o vale-refeição, o vale-transporte. E, se não vinha trabalhar, perdia o fim de semana, não ganhava sábado, nem domingo e, no fim do mês, descontavam tudo. Só que ele não dava o que tinha que dar.

E muitos simplesmente fecham o tal do escritório da terceirizada, mudam de Estado e até de país, e os trabalhadores, se não houver responsabilidade solidária... O Senado sempre pagou. Nós fomos falar com o Senado e o Senado acabou incorporando. Mas como está lá, não haverá responsabilidade solidária. Eles vão

legalizar o golpe, os maus-tratos. Esse pessoal, às vezes, não tem nem onde almoçar, nas empresas. São proibidos de almoçar no restaurante das empresas.

**O Sr. Roberto Requião** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Além do salário miserável, que é a parcela que os funcionários vinculados à empresa-mãe recebem, ainda não há responsabilidade da empresa em relação às dívidas trabalhistas.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente.

**O Sr. Roberto Requião** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Nem às dívidas fiscais. Perde o Estado, perde a União e perde o trabalhador, acima de tudo.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª tem toda a razão. Eles, em grande parte, não pagam a Previdência, não pagam o Fundo de Garantia. E agora, se generalizar essa terceirização, não haverá mais nenhum trabalhador com carteira assinada e não haverá nenhum mais – celetista, eu digo –, inclusive, com concurso. Dizem o seguinte: “Isso não pega o servidor.” Não pega o servidor? Se ele não fizer o concurso, o que as prefeituras vão fazer? “Olha, não vou fazer mais concurso. Aqui só entra terceirizado.” E daí? A que ponto nós chegamos!

Por isso, faço questão de dialogar com V. Exª e ouvir os apertes, que estão enriquecendo, para que quem está nos assistindo, neste momento, saiba o que está acontecendo no Congresso.

**O Sr. Roberto Requião** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Eu não tenho dúvida de que a Presidente veta esta lei. Mas eu quero confirmar que não acredito que Senadores da República aprovem essa lei da forma que veio da Câmara Federal.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu tenho a mesma posição de V. Exª. Eu quero também dar um voto – como V. Exª deu – de confiança a inúmeros Deputados. Eu acho que eles votaram sem saber. Fico com o seu argumento. Naquela confusão ali, meio descontentes com pedro, paulo e joão, votaram. Mas se eles tiverem oportunidade de votar outra vez, tenho certeza de que eles não votariam uma lei tão perversa, que vai tirar daqueles que não têm nada.

O que nós queremos é que todo terceirizado, embora não atividade-fim, tenha direito aos direitos trabalhistas. Que ele tenha direito à sua Previdência, à sua aposentadoria, ao seu Fundo de Garantia, ao seu aviso prévio. Não a atividade-fim. A nossa briga hoje é para legalizar a situação deles. O que eles querem agora? “Não, não vamos dar o direito mínimo para eles e vamos tirar do que têm.” Esse é o debate que está havendo.

**O Sr. Roberto Requião** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senador, uma ideia para nós aprofundarmos o debate no Senado da República: vamos comparar o salário dos terceirizados, nesta Casa, aos trabalhos equivalentes de funcionários estatutários. Eu acho que essa comparação é simplesmente arrasadora. Não o que custa para a Casa, com o lucro do gato, com o lucro do intermediário, mas o que ganha o trabalhador na ponta, comparando com o que ganha o trabalhador do Senado da República, regulado pela lei dos servidores.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só lá fora, eu já posso dar uns dados, é 30% a menos do que aquele que tem carteira formal assinada na chamada empresa-mãe. E claro que aqui é muito mais. Eu falei lá fora, na área privada.

**O Sr. Roberto Requião** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Aqui vai ficar ao redor de 1.000% a menos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais ou menos isso.

Então, a preocupação é grande. Eu fiquei convencido, por tudo que eu ouvi lá, de que, se tivermos só uma sessão aqui, que eu chamaria de sessão temática, como o Presidente Renan já concordou, esclarecem-se os fatos e encerramos o assunto. Porque é inadmissível que, em um momento de desemprego, de recessão, como o que nós estamos atravessando – a economia não está bem –, nós ainda tiremos direitos. Os bancários estão apavorados, os servidores estatais estão apavorados, os comerciantes estão apavorados. Estavam lá todos os setores apavorados, tanto que foi a primeira vez que eu vi unanimidade com cerca de 700 participantes. E não fui eu quem fez a pesquisa; foi o e-Cidadania, foi o Alô Senado, foi o sistema de informação aqui do Senado. Só um ficou na dúvida, mas, assim mesmo, dizia: “Não concordo que seja terceirizado tudo.” Ou seja, não pode a chamada categoria-fim ser também terceirizada de forma discriminada.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, era esse o meu pronunciamento. Eu quero só que V. Exª aceite como lidos um pronunciamento que faço sobre...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... o Dia Mundial da Saúde e outro que faço sobre o Dia Nacional do Sistema Braille, pela sua importância. Cumprimento o Luciano pela beleza do pronunciamento que ele escreveu sobre a importância do Sistema Braille.

O pronunciamento sobre o Dia Mundial da Saúde é naquela linha que todos nós vimos defendendo: é preciso cada vez mais investimento em saúde.

Por fim, deixo também registrado o meu ponto de vista – que é o mesmo, eu sei, de V. Exª – sobre a responsabilidade...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... que nós temos de aprovar o Projeto de Lei Complementar nº 37/15, que trata da regulamentação da dívida dos entes federados, proposta que já discutimos amplamente, já acertamos, ajustamos. Não há motivo nenhum para que agora não se faça a regulamentação.

Eu, que antes critiquei a votação da Câmara em relação à terceirização, porque foi um equívoco histórico, elogio o texto aprovado da Câmara dos Deputados que concede 30 dias para que a União, de uma vez por todas, resolva essa questão e ajuste a renegociação da dívida dos Estados, o novo indexador, que, no caso do Rio Grande do Sul, significa em torno de R\$15 bilhões a menos na nossa dívida.

Era isso o que eu tinha a dizer, Srª Presidenta.

Peço que considere na íntegra e agradeço a tolerância de V. Exª, como sempre.

### **SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no dia 7 de abril, celebramos o Dia Mundial da Saúde. É uma oportunidade que a Organização Mundial da Saúde nos dá para refletirmos sobre o tema.

Já estive aqui outras vezes, falando sobre esse Dia, e sinto-me na obrigação, mais uma vez, de reiterar sua importância.

Não podemos ignorar que a principal preocupação dos brasileiros — ontem, hoje e sempre — continua sendo esta: a saúde.

Em alguns países do mundo, essa data deve ser comemorada. No Canadá, por exemplo, eles devem comemorar seu sistema de saúde universal, gratuito e de alta qualidade.

Devem comemorar o fato de o poder público ser responsável por mais de 70% de todos os gastos em saúde. Devem comemorar a satisfação da população com o sistema e o fato de a saúde não ser, como no Brasil, a principal fonte de preocupação dos canadenses.

Lá, eles estão mais preocupados com as finanças pessoais e com o trabalho.

Lembro-me dos idos de 1988, quando, como Deputado Constituinte, batalhei — batalhamos! — para que a Constituição Cidadã incluísse o maior número possível, e necessário, de direitos sociais. Entre esses direitos, estava lá o direito à saúde. Artigo 196: “A saúde é direito de todos e dever do Estado”. Está lá, há mais de 25 anos! Que direito é esse, que todos têm? E que dever é esse, que tem o Estado?

Naquela época, Sr. Presidente, na época da reconstrução do Brasil democrático — uma época da qual não devemos nos esquecer, porque a democracia é frágil e necessita de atenção e cuidados contínuos naquela época nós semeamos e molhamos a terra.

E da terra semeada nasceu, entre outras instituições, o nosso Sistema Único de Saúde, o SUS.

Não nos enganemos: o SUS foi, e é, uma iniciativa extremamente audaciosa. Trata-se de um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, um sistema que se propõe a fornecer, para toda a população, de forma inteiramente gratuita, todos os serviços de saúde necessários, de consultas ambulatoriais a transplantes de órgãos. Um sistema integral, universal e gratuito!

Imaginem as dificuldades para financiar, gerir e fazer funcionar uma máquina desse tamanho, em um país com problemas e dificuldades continentais, como o Brasil.

A verdade é que, a despeito dos grandes e louváveis esforços que têm feito o governo federal e os governos estaduais e municipais, ainda não conseguimos atingir nosso objetivo, que é prestar um serviço de saúde de qualidade para todos os brasileiros, sem distinção de raça, gênero, idade, local de moradia ou classe social.

Não é necessário exemplificar as dificuldades por que passam aqueles que precisam cuidar da saúde em nosso País.

Os exemplos são tantos, e tão frequentes, que a tendência é que nos tornemos insensíveis.

Todos os dias, somos bombardeados por notícias de pessoas que não têm acesso a médicos, notícias de postos de saúde que não têm as medicações ou os equipamentos mais básicos, de pessoas tomando soro no chão das emergências ou morrendo sem conseguir atendimento.



A lista de problemas é longa, mas eu gostaria de chamar atenção para duas questões, críticas, que me preocupam: a precariedade da gestão dos hospitais públicos; e a situação dos usuários de planos de saúde.

Quando pensamos em saúde, pensamos em hospitais. Ignoramos, às vezes, a importância da atenção básica à saúde, da promoção, da prevenção e das campanhas de vacinação, e só nos lembramos dos hospitais.

Há motivos: o hospital é o teatro da vida e da morte, é lá que são travadas as maiores batalhas entre o desespero e a esperança, entre a saúde e a doença.

Segundo o Tribunal de Contas da União, os hospitais, e seus ambulatorios, são responsáveis pelos gastos de metade de todos os recursos públicos investidos em saúde.

Fiscalização recente em hospitais públicos de todo o Brasil, feita pelo mesmo TCU, mostrou um quadro desanimador. As emergências estão frequentemente superlotadas.

Em dois terços dos casos, os leitos estão sempre ocupados, 100% do tempo. Ou seja, 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, há sempre pessoas que não conseguem atendimento.

Além disso, 10% dos leitos, em média, estão bloqueados por motivos relacionados à gestão dos recursos: falta de profissionais (enfermeiros, médicos e outros profissionais indispensáveis ao funcionamento hospitalar); defeitos de equipamentos; e problemas de manutenção e estrutura predial.

Em mais de metade dos hospitais visitados — por falha em licitações, falta de gestão ou desperdício —, faltavam instrumentos ou mobiliário básicos para a prestação dos serviços.

E os contratos de manutenção de equipamentos não existiam ou não funcionavam. O dado mais perturbador é que mais da metade das pessoas que procuraram os hospitais poderiam ter resolvido seus problemas no nível de atenção básica à saúde.

Para escapar dessa situação lastimável, qualquer brasileiro que melhora de vida, que trabalha duro e se eleva acima do nível da miséria, pensa logo em contratar um plano de saúde.

É uma realidade. As estatísticas do financiamento da saúde no Brasil demonstram claramente isso: mais de metade de todo o dinheiro gasto em saúde, no Brasil, corresponde a gastos privados.

São pessoas que tiram dinheiro do próprio bolso para comprar remédios, pagar consultas, exames, cirurgias, internações, e planos de saúde.

E não estamos falando apenas daqueles 25% de brasileiros que conseguem pagar um plano de saúde. Estamos falando também daqueles que deixam de comprar comida, de comprar uma roupa para seus filhos, de pagar a conta de luz, para fazer uma ecografia urgente, uma consulta ou uma cirurgia. A própria Organização Mundial de Saúde considera esse tipo de despesa — o cidadão tirando dinheiro do próprio bolso para resolver uma questão urgente de saúde — o tipo de despesa mais injusto que existe.

Milhões de pessoas vão à miséria, em todo o mundo, por causa de despesas desse tipo. Visto por outro ângulo, o governo, em suas três esferas — municipal, estadual e federal —, tem sido responsável por menos de metade de todo o dinheiro gasto com saúde, no Brasil.

Como o Estado gasta menos do que o necessário, o cidadão é obrigado a reservar uma parte de seu orçamento para cuidar da saúde de sua família.

Ele pensa assim: agora que posso pagar um plano de saúde, não dependo mais do SUS! Ledo engano: 14% continuam voltando ao SUS, já que os planos se negam a cobrir procedimentos ou restringem o atendimento.

Além disso, a maioria dos usuários tem experiências negativas com seus planos: dificuldade para marcar consultas; filas de espera nas emergências; poucas opções de médicos, hospitais e laboratórios; negativa de cobertura de procedimentos; restrição no atendimento ao plano contratado; descredenciamento de profissionais; excesso de burocracia para liberação das guias de atendimento; reajuste exagerado das mensalidades; e por aí vai.

Do outro lado da linha, também sujeitos ao poder econômico dos planos, os profissionais de saúde sofrem com a recusa de pagamento por consultas ou procedimentos realizados; com a imposição de limites ao número de exames ou procedimentos que podem ser solicitados; com a interferência no tempo de internação dos pacientes.

As reclamações são tantas que eu não sei como a Agência Nacional de Saúde Suplementar consegue trabalhar. É um assunto que, sem dúvida, merece nossa atenção.

Acredito que podemos melhorar. O primeiro passo foi dado. Já reconhecemos que a saúde é um direito básico do cidadão.

Já demos outros passos, como a Emenda Constitucional número 29, de 2000, e a Lei Complementar número 141, de 2012.

Mas a caminhada não terminou. Resta fazer com que o Estado cumpra o seu dever. Temos discutido aqui, reiteradamente, a questão do financiamento da saúde.

Por mais que seja verdade que nenhum país consegue oferecer, a todos os cidadãos, todos os procedimentos necessários; verdade maior é que nenhum país, pobre ou rico, conseguiu se aproximar desse objetivo sem que os investimentos públicos superassem os investimentos privados em saúde, e sem que a gestão desses recursos fosse constantemente aperfeiçoada.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o dia 8 de abril é o Dia Nacional do Sistema Braille. A data foi escolhida por ser o dia em que nasceu José Álvares de Azevedo, responsável pela chegada do Sistema Braille ao Brasil. A oficialização da data se deu em 2010, por meio da publicação da lei nº 12.266.

A proposta desta data é promover uma reflexão sobre a inclusão. Espera-se, neste dia, que o direito seja colocado em discussão, direito à comunicação, direito de acesso à informação.

Espera-se que seja mostrada a importância desse sistema para a educação, habilitação, reabilitação e profissionalização da pessoa com deficiência visual.

Joana Berlamino, jornalista e cega, diz: *“a informação permeia a quase totalidade das ações dos indivíduos e grupos em interação. Para o cego, entretanto, ela é gênero de primeira necessidade (...)*

*(...) é a partir do acesso à informação, em todos os níveis, que ele constrói um modo de ser e estar no mundo que lhe permita independência e emancipação social.”*

Sr. Presidente, segundo a OMS, as pessoas com deficiência visual somam mais de 45 milhões em todo o mundo.

Isso equivale à população de alguns países, por exemplo, a população do Canadá, ou, duas vezes a população do Chile, ou, ainda, três vezes a população de Portugal, de acordo com dados do INDEX, 2009.

Em relação ao Brasil, de acordo com dados do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem cerca de 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual.

Esse número representa 3,5% da população brasileira, sendo 582 mil cegas e 6 milhões acometidas apenas por deficiência visual classificada como baixa visão.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para falar da importância do sistema Braille para os cegos, permitam que eu faça uma pequena viagem histórica.

A escrita surgiu há cerca de seis mil anos, e com ela a possibilidade do registro e da divulgação das informações e do conhecimento humano.

Entretanto, foi apenas há pouco mais de duzentos anos que os cegos puderam ter acesso autônomo ao texto escrito. Isso graças ao sistema desenvolvido por Louis Braille.

Mas, vamos continuar com nossa viagem, Sr. Presidente, esse homem fenomenal, Luis Braille, nasceu nos arredores de Paris, em 1805 e ficou cego aos 3 anos de idade.

Ele se feriu com uma ferramenta pontiaguda, chamada sovela, quando brincava na oficina de couros do pai.

Desde muito cedo era notável a inteligência de Luis, que conseguia reter na memória as lições escolares.

Na adolescência, Luis ingressou na Instituição Real dos Jovens Cegos de Paris, fundada por Valentin Haüy.

Valentin havia criado um método de leitura que consistia em ler de modo tátil as letras do alfabeto confeccionadas em alto relevo.

Esse método tornava a leitura complicada e cansativa, sendo também de difícil apreensão pelos cegos. Havia, ao mesmo tempo, um sistema desenvolvido por um oficial da marinha de Napoleão Bonaparte e que servia para a comunicação entre soldados, chamado escrita sonora ou escrita noturna. Luis Braille debruçou-se sobre esse método, simplificando-o e aprimorando-o, desenvolvendo, assim, seu próprio sistema.

E como foi isso?

Foi a partir das diferentes combinações de 6 pontos que, em duas colunas de três, formam 63 símbolos que representam letras, números, sinais de pontuação, símbolos matemáticos e notas musicais. Esses pontos são feitos em alto relevo, com o auxílio de uma ferramenta chamada punção.



A princípio, o sistema desenvolvido por Braille não teve aceitação oficial, chegando a ser utilizado secretamente pelos meninos cegos da Instituição.

Infelizmente, Braille morreu em 1852 e não assistiu a oficialização do uso de seu sistema pelo governo francês, o que veio a ocorrer apenas em 1854.

A partir daí, essa escrita difundiu-se rapidamente por toda a Europa e por todo o mundo, chegando ao Brasil na mesma data de sua oficialização na França.

O Sistema Braille foi adotado pelo Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje, Instituto Benjamin Constant, localizado na cidade do Rio de Janeiro.

Deste modo, essa foi a primeira instituição na América Latina e a terceira no mundo a utilizar esse magnífico sistema de leitura e de inclusão.

Sr. Presidente, em reconhecimento a importância do sistema Braille, apresentei, em 2011, o PLS nº 67. Essa proposta regulamenta as profissões de transcritor e revisor de textos em Braille.

O que queremos é valorizar a atividade que, no nosso entender, deve ser desempenhada com a devida qualificação, com a devida técnica.

Entendemos que esses profissionais devem ter certificação expedida por órgãos oficiais, ou que devem ser reconhecidos pelo Ministério da Educação ou por entidades representativas de deficientes visuais. O projeto foi aprovado no Senado Federal e encontra-se agora na Câmara dos deputados, tramitando como PL 5732/2013, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviços.

Meus caros, o mundo evoluiu e as ferramentas de leitura para os cegos, também.

Hoje, computadores já possibilitam a eles a leitura auditiva das informações.

No entanto, o contato com a ortografia das palavras e a pontuação, acontece apenas pelo tato.

Não se trata, aqui, de privilegiar esta ou aquela forma de escrita e leitura. Pelo contrário, os dois sistemas são complementares.

Pois foi assim que as pessoas com deficiência visual passaram a ter a possibilidade de ser incluídas numa sociedade em que, cada vez mais, a informação e a comunicação são sinônimos de democracia. O importante é que os cegos passaram a ler as palavras, o mundo e o próprio Homem, por meio de seus ouvidos e suas mãos, ou seja, por outros olhos.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, temos a responsabilidade de aprovar o Projeto de Lei Complementar nº 37/15, que trata da regulamentação da dívida dos Estados Federados.

A proposta permite a renegociação do índice de correção das dívidas estaduais e municipais com a União, independentemente de regulamentação por norma administrativa.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados concede prazo de 30 dias para a União assinar com os estados e municípios os aditivos contratuais, independentemente de edição de qualquer regulamentação.

A renegociação é da maior relevância, pois o novo índice diminuirá o saldo devedor, propiciando maior capacidade de investimentos dos entes federados.

Vale salientar que desde 1997, as dívidas estaduais estão sendo corrigidas mensalmente pelo IGP-DI acrescido de 6%, 7,5% ou 9%, conforme o contrato.

A aplicação da nova Lei tem com indexador das dívidas o IPCA, o índice oficial de inflação, mais 4% ao ano, ou, se esta for menor, a taxa básica de juros definida pelo Banco Central.

A proposta foi apresentada e aprovada no mesmo dia, com pareceres proferidos em Plenário.

A urgência justifica-se pela omissão do Executivo em regular as relações jurídicas advindas com a publicação da Lei Complementar 148/2014.

Apoio integralmente a aprovação do PLC 15/2015 e espero, sinceramente, que esta Casa faça de tudo para validar o texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Segundo informações divulgadas, a votação deve ser realizada na próxima semana.

Na última terça-feira, o projeto constava da pauta de plenário, porém a votação dependia da deliberação da convalidação dos incentivos fiscais concedidos por governos estaduais a empresas, já aprovada e o marco legal da biodiversidade, cujo parecer foi lido e deve ser votado na próxima sessão.

A proposta do Governo Federal de que a regulamentação ocorra somente em 2016, ao meu ver, fere o princípio da segurança jurídica e açoita a independência legislativa.

Leis aprovadas e sancionadas devem ser cumpridas!

Não podemos ficar adiando a aplicação da Lei Complementar 148/2014, sacrificando as finanças dos estados e municípios.

Uma norma jurídica sem aptidão para produzir efeitos concretos é letra morta!  
Lamento que a aplicação plena do direito tenha que ocorrer dessa forma, qual seja, com a aprovação de uma nova lei pelo Congresso Nacional.  
Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.**  
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– A terceirização e a realidade do mercado.

### **A TERCEIRIZAÇÃO E A REALIDADE DO MERCADO**

*Ibaneis Rocha*

Em que pesem as dificuldades econômicas, o fantasma do desemprego, a escalada da inflação, a urgente necessidade da retomada do desenvolvimento e tantas outras prioridades, a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto que regulamenta e amplia a terceirização no mercado do trabalho representa, ao contrário do que se imagina ser uma saída, mais uma encruzilhada preocupante.

O Brasil, ninguém contesta, precisa desesperadamente deixar a periferia do mundo para buscar um lugar ao lado das nações desenvolvidas. Sabe, porém, que ainda há muito a fazer para corrigir desigualdades construídas por séculos de atraso — atraso de mentalidade, atraso de política, atraso de humanidade, atraso de vontade.

A Consolidação das Leis do Trabalho, desde 1943, vem se adaptando a um novo ambiente de crescimento por intermédio de leis esparsas, e o próprio Tribunal Superior do Trabalho, com suas decisões e súmulas, tem proporcionado repetidos exemplos de inovações criativas no sentido de compatibilizar emprego com as necessidades mais prementes da atividade empresarial. A flexibilização da terceirização para as atividades-meio é um exemplo.

O projeto aprovado na Câmara deu um passo além, e ao ampliar e englobar as atividades-fim, trouxe de volta algumas preocupações relativas à necessidade de se definir uma rede de proteção aos trabalhadores. Deve ser lembrada, a título de exemplo, uma decisão do Supremo Tribunal Federal definindo que o Estado não pode ser responsável pelas obrigações trabalhistas das empresas terceirizadas que contrata.

Note bem: somente a “falta de zelo” por parte da administração pública poderá fazer com que o Estado responda solidariamente pelas empresas contratadas, conforme concluiu o plenário daquela Corte ao analisar a Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16 interposta pelo Governo do Distrito Federal em 2011. O termo “falta de zelo por parte da administração pública”, infelizmente, enseja procedimentos e apurações que muitas vezes são levados ao sabor das correntes políticas mais interessadas em livrar-se de problemas do que em resolvê-los.

E é curioso observar como, no caso do julgamento da ADC nº 16, tão logo ganhou notoriedade, diversos Estados e municípios logo aderiram, na tentativa de contribuir com o andamento do processo. Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Roraima, São Paulo e Tocantins, são alguns desses entes que ingressaram no Supremo com pedido de *amicus curiae*.

Como ficam os milhares de trabalhadores cujas obrigações não foram honradas pelas empresas contratadas por esses Estados? Há que se questionar, por fim, a origem de muitos desses contratos, em alguns casos operando como cortina de fumaça para encobrir o empreguismo e o fisiologismo ainda presentes na administração pública.

Em todo o mundo, vimos crescer o modelo baseado na exploração do homem, com a redução dos níveis de proteção ao trabalhador; que transformou o tempo de trabalho num banco de horas gerido segundo as conveniências da produção por maiores que sejam as inconveniências causadas ao trabalhador e à sua família e com o objetivo de eliminar o pagamento das horas extraordinárias. Vimos emergir estruturas econômicas pujantes, mas de impressionante fragilidade interna que desponta como um dos mais graves desafios deste século.

Por isto preocupa.

**Ibaneis Rocha é presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB/DF)**

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Paulo Paim, na forma regimental, a solicitação de V. Exª será atendida.

Queria dizer que vou me ocupar, também, na tribuna, da questão da dívida. Quanto à questão da terceirização, de fato, esse é um assunto que precisa ser discutido amplamente pela Casa, com todos os setores envolvidos.

Hoje, pela manhã, recebi a notícia da minha secretária, que trabalha comigo em casa, de que todas as suas parentas que trabalhavam terceirizadas já receberam a notícia de demissão, por conta da regulamentação. Então, é uma questão grave. Uma delas presta serviço terceirizado de limpeza no Banco do Brasil. São empresas públicas – o Senador Requião falou também do Senado –, que é preciso que tenhamos em mente para também não criar um outro problema social grave.

Mas V. Ex<sup>a</sup> tem sempre a clarividência de tratar as questões no sentido amplo e não do ponto de vista de um só lado da questão.

Então, parabéns, V. Ex<sup>a</sup>, e conte com nosso apoio.

Convido para fazer uso da palavra, já que o orador pela Liderança da Minoria não está no plenário, o Senador João Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta Ana Amélia, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, a pergunta que me faço é se a corrupção no Brasil, na sociedade brasileira, resulta de desvio pessoal ou é sistêmica. Se a corrupção é sistêmica, temos que ter uma maneira de controlá-la e de combatê-la também de forma sistêmica.

Nós, brasileiros, nos últimos tempos, desde que definitivamente se instalou a democracia no País, temos convivido com manchetes escandalosas. Ultimamente temos três palavras que chamam a atenção de todos os brasileiros e que inclusive estão levando milhares de pessoas a protestar, a se manifestar contra a Presidente da República e também contra a corrupção.

O grande problema é que não sendo a corrupção uma questão de desvio pessoal o combate a ela torna-se muito difícil.

Tenho aqui uma manchete que diz o seguinte: “Itaipu custou dez vezes mais que o valor inicial.”

A matéria começa dizendo que, em novembro de 2014, o Instituto João Goulart encaminhou denúncia ao Ministério Público Federal, no Rio de Janeiro, sobre a morte do Embaixador José Jobim, em 1979. O documento alega que agentes da ditadura assassinaram o político, que declarara, publicamente, estar escrevendo um livro de memórias no qual denunciaria o esquema de corrupção na construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu. E aí fala do embaixador e de sua carreira.

Ele, ao anunciar que escreveria esse livro relatando todo o processo espúrio de desvio de somas fantásticas, lá nos idos de 1979, no período da ditadura, terminou sendo “suicidado”. Ele diz que o projeto que, inicialmente, custaria US\$1,3 bilhão terminou em US\$13 bilhões. Essas manchetes chegam aos dias de hoje, através da Operação Lava Jato. Na semana passada, tivemos a prisão de ex-Parlamentares envolvidos nesse processo.

Ontem, nós assistimos, no programa Fantástico, da Rede Globo, a uma matéria sobre os Municípios que são os campeões de arrecadação do País, aqueles que têm uma receita *per capita* mais alta do País e, entre eles, citou São Francisco do Conde.

São Francisco do Conde tem uma população de 38 mil habitantes, e oitenta por cento de sua arrecadação vem da Refinaria Landulpho Alves. Para se ter uma ideia, em 2014, a Prefeitura de São Francisco do Conde arrecadou só de *royalties* do petróleo R\$365 milhões, ou seja, R\$1 milhão por dia.

O Município tem quase R\$13 mil por habitante, que corresponde a cinco vezes mais do que a média nacional. Só que mais da metade da população não tem rede de esgoto, um quarto da população vive na miséria, cerca de 8,5% da população vive em pobreza extrema e, nos últimos dez anos, todos os ex-prefeitos foram indiciados por desvio de dinheiro público, mas certamente nenhum está na cadeia.

Isso é uma comprovação de que a corrupção é algo sistêmico, que envolve as instituições brasileiras, que vai do Município à União.

Nós temos raros casos de políticos presos, ainda dá para se contar nos dedos da mão. A Justiça é lenta quando se trata de julgar ladrões de dinheiro público.

Ora, se pudéssemos atribuir à corrupção desvio pessoal, bastava mudar as pessoas, mas pelo que se vê isso não atinge os objetivos. Até porque estou falando de corrupção de 40 anos atrás até a última da semana passada, retratada por manchete do programa Fantástico que relata esse absurdo. Como é possível que uma sociedade possa admitir que um Município com uma renda tão alta não atenda às necessidades mínimas, necessidades básicas dos seus moradores, porque se desvia recursos, se rouba recursos que deveriam atender o conjunto da população.

É assim no País todo. Aí eu pergunto: como é que nós vamos controlar a corrupção? É através de CPIs, de investigações? Mas pelo que estamos observando, não bastam as CPIs, não bastam as investigações do Mi-

nistério Público, da Polícia Federal, porque cada dia aparece um novo escândalo, cada dia aparece uma nova denúncia.

Olha, eu acho que nós não temos outra alternativa a não ser que a sociedade se mobilize para exercer o controle efetivo, o controle dos gastos públicos. E foi para isso que o Congresso aprovou a Lei da Transparência. O problema é que ainda não são de domínio público a lei e os efeitos da lei, que seriam a exposição, em tempo real, de todas as receitas e despesas públicas com detalhes.

Essa lei ainda está sendo cumprida pela metade. Ainda temos um bom caminho até obrigar a todos que cumpram aquilo que a lei determina, que prestem contas, exponham com detalhes os gastos dos recursos do contribuinte, do cidadão brasileiro, seja nas Câmaras Municipais, nas Prefeituras, nas Assembleias Legislativas, nos Governos estaduais, enfim. Mas a verdade é que é possível exercer esse controle hoje, porque a lei está aí. A gente só precisa se mobilizar, seja através das redes sociais, seja através de grupos locais, organizar-se para acessar essas informações, monitorar esses gastos. E onde houver um ente público que ainda não cumpra a lei, mover ação, denunciar junto ao Ministério Público ou até entrar com mandado de segurança, entrar com uma ação judicial direta para fazer cumprir a Lei.

A lei obriga todos do Judiciário, do Supremo Tribunal Federal até os tribunais estaduais, a exporem com detalhes, mas há uma resistência ao cumprimento da Lei. Mas acho que mais grave que o descumprimento da Lei é que nós somos um País que tem a cultura do não cumprimento da Lei, essa é que é a grande verdade.

Eu queria fazer um apelo aos meios de comunicação: nós precisamos popularizar a existência, primeiro, a existência dessa lei que obriga a exposição dos gastos públicos. Que os meios de comunicação, rádio, televisão, mostrem ao cidadão que existe essa lei, que ele pode lançar mão dela. E depois, aqueles entes públicos que já estiverem cumprindo fielmente aquilo que a lei determina, que os meios de comunicação revelem para a sociedade a possibilidade de pesquisar, de encontrar essas despesas discriminadas, detalhadas nos portais de transparência dos órgãos públicos.

Eu não vejo outra maneira de controlar a inflação se ela é sistêmica, e ela é congênita. Ela vem desde a criação do Vice-Reinado de Portugal e Algarve, com a chegada de D. João ao País. Já tentamos aqui alguns... Já houve presidente que terminou renunciando em função da descoberta de corrupção. Houve outros que tiveram que responder publicamente a esse tipo de acusação. Mas não resolve.

Aqui está: todos os prefeitos dos últimos dez anos em São Francisco do Conde foram indiciados por desvio de dinheiro público. Mas é claro, com essa fábula de recurso disponível! Esse dinheiro não está sendo aplicado para atender à necessidade da população de São Francisco do Conde.

Confesso que não tive a curiosidade de entrar no portal da transparência da prefeitura de São Francisco do Conde, mas eu vou pesquisar, Sr<sup>a</sup> Presidente, porque, se não estiver cumprindo a lei, aquela comunidade de São Francisco do Conde...

E São Francisco do Conde, parece que deve ter uma câmara de vereadores. E essa câmara de vereadores tem a obrigação de fiscalizar e de acompanhar os gastos. Ou quem sabe a câmara de vereadores está em associação com os prefeitos, esses que foram indiciados? Será que esses vereadores também não estarão indiciados juntamente com o prefeito? Porque não é possível, com tanto dinheiro, você ter uma parcela importante... A população não ter água tratada, não ter rede de esgoto. Não ter água tratada, Sr<sup>a</sup> Presidente! Eu vi, a televisão mostrou de onde as pessoas recolhem água, é uma coisa... Com um volume de recursos que... Não sei. É uma coisa que me deixou muito chocado.

Olhe que eu venho combatendo corrupção há muitos anos, e já paguei caro por isso, porque há um princípio de que político não pode falar em combater a corrupção. Não, nós temos a obrigação de abordar sistematicamente esse tema e mostrar os caminhos para as possibilidades que nós temos na mão. Eu acho que não há outra que não seja o controle social, o acompanhamento dos gastos públicos.

Nos portais da transparência, existem algumas organizações da sociedade civil que fazem isso, que precisa de divulgação. Tem uma organização, Contas Abertas, que faz levantamentos sistemáticos nos portais da transparência e oferece essas informações à comunidade.

Eu volto a insistir. Peço, sim. Eu faço o apelo aos meios de comunicação que nos ajudem, primeiro, a revelar a existência da lei; segundo, os caminhos de navegação para se chegar aos detalhamentos das despesas desses entes públicos. Portanto, é uma situação que merece uma atenção especial de todos nós.

É verdade que a população, o povo na rua... Ontem, nós observamos que uma parcela importante clamava contra a corrupção, e outra estava ali por várias outras razões. Mas eu observei que a corrupção incomoda, e os pacotes contra a corrupção não parecem entusiasmar a sociedade. Então, a sociedade, além do protesto nas ruas, precisa dar uma atenção aos portais da transparência, precisa acompanhar os gastos das suas prefeituras.

Eu entrei no Portal da Transparência da Prefeitura de São Paulo algum tempo atrás e descobri, Sr<sup>a</sup> Presidente, que o auditor fiscal da Prefeitura de São Paulo, na época – hoje deve ser mais –, ganhava entre R\$40



mil e R\$50 mil, e comparei com os assessores do Presidente Obama. Quem ganhava mais entre os assessores do Presidente Obama eram o seu chefe de gabinete e o encarregado pelo projeto, na época, de saúde. Ganham R\$31 mil.

Tem alguma errada! Como é que o auditor fiscal do Município de São Paulo ganha mais do que os assessores diretos do homem mais poderoso do mundo? Daí essa desigualdade brutal que existe no nosso País.

O País melhorou, avançou? Claro, a democracia deu um passo adiante, mas está longe de corrigir as injustiças que prevalecem no nosso País. Portanto, não vejo alternativa que não seja o controle social dos gastos públicos. E nós vamos, para facilitar o trabalho da sociedade, das organizações da sociedade civil, endurecer a Lei da Transparência, prever penas mais duras para aqueles que não cumprirem rigorosamente aquilo que diz a lei.

Tem alguns que contratam empresas, colocam uma página e apelidam de transparência, mas de transparente não existe absolutamente nada.

Nós queremos que a lei seja cumprida como foi votada aqui no Senado e na Câmara e como foi promulgada pelo Presidente da República. A lei é clara, diz quais são os requisitos necessários para o seu cumprimento.

Por isso, volto a apelar aos meios de comunicação, à imprensa do meu País para que nos ajude nessa cruzada de mobilização pelo controle social dos gastos públicos.

Era isso, Presidente.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, a Srª. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Requião.*

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia, por 45 minutos.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É o mesmo tempo que o senhor merece, Senador Requião, depois dessa generosa... Mas vamos cumprir o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Na verdade, eu propus uma troca, não é?

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – V. Exª voltará a presidir quando eu usar a tribuna.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Está bem.

Vou receber umas pessoas, e estarei aqui, no plenário, para fazer um aparte a V. Exª, sem dúvida.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Roberto Requião, eu estava presidindo quando fiz referência ao falecimento do nosso conterrâneo, um dos políticos mais notáveis deste século no nosso Estado, o Senador Paulo Brossard, que foi Consultor-Geral da República, Ministro da Justiça, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Senador da República. E só esse currículo de funções relevantes desempenhadas já seria suficiente para mostrar a qualidade pessoal e o preparo intelectual desse corajoso gaúcho da fronteira, lá de Bagé.

Eu convivi muito com o Ministro Paulo Brossard exatamente como jornalista e tive o privilégio de acompanhá-lo numa missão como Ministro da Justiça no Governo do Presidente Sarney, numa viagem oficial a Cuba.

Imaginem quais eram os integrantes daquela comitiva do Ministro Paulo Brossard: Raimundo Faoro, notável jurista do meu Estado; Cláudio Abramo, uma das figuras também mais comprometidas com a redemocratização, com a defesa do Estado de direito, com os direitos humanos; um conterrâneo seu, de quem há pouco fiquei sabendo pelas mãos de quem o senhor entrou no PMDB, Deputado Euclides Scalco, uma figura muito respeitada também do ponto de vista da sua integridade pessoal; e Leo Iolovitch, genro e um dos assessores mais próximos do Ministro Paulo Brossard.

Fizemos, em 85, uma viagem a Cuba. Roberto Muylaert era o Secretário de Serviços Penitenciários. Naquele momento, imaginava-se que se poderia debater. Fidel Castro, àquela época, estava na sua vigorosa integridade física, saudável e, como sempre, muito bem falante.

É claro que não havia interesse, apesar da relevância que aquela reunião tinha, em tratar das questões relacionadas a presos políticos, que eram oposição ao regime, e tão poucas questões relacionadas aos direitos humanos. Era do regime. Tínhamos que respeitar.

E veja só como Fidel Castro se sentou depois de entrada misteriosa. Há todo um ritual, chega, não chega, por aonde chega. É uma coisa realmente para criar a liturgia do poder que tem Fidel Castro, agora transferido ao seu irmão, Raul. E ele chega e se senta na frente do Ministro Paulo Brossard. Eu estava à mesa, na lateral, era a segunda pessoa, e estava também presente a grande jornalista Eliane Cantanhêde. E Fidel Castro chega, olha para Paulo Brossard e diz, com um vozeirão e uma pompa solene: *“usted es ganadero”*. Ou seja, foi falar com Brossard daquilo que é o atavismo maior de um homem vinculado às suas raízes e ao campo e que, como



um gaúcho que se preze, Brossard tinha pelo campo, como Getúlio Vargas, como Brizola, como o próprio Assis Brasil, homens que se projetaram na política, mas nunca deixaram de ter esse vínculo e essa raiz forte com o campo, uma espécie de gênese, de DNA dessa vinculação.

E talvez isso também justifique muitas das teses da antropologia ou da sociologia humana em relação ao comportamento do gaúcho, que enfrenta o Minuano, que enfrenta as intempéries: ora um frio rigoroso, ora um verão inclemente.

Pois aí começou Fidel Castro a discorrer, Senador Roberto Requião, tudo sobre pecuária. E o fez como se fosse um médico veterinário ou um grande criador de gado, ou um especialista em genética ou coisa que o valha. E ali ficamos mais de duas horas naquela conversa. Ele falou sobre tudo, sobre todas as raças, sobre o que Cuba poderia fornecer, sobre a ovinocaprinocultura, sobre as raças de gado existentes no Rio Grande e pelo Brasil.

Sonolentos, Raymundo Faoro e Cláudio Abramo caíram ali, porque era um tema completamente árido e fora do que aos dois interessava. Queriam ouvir e falar sobre questões institucionais, questões políticas, até do próprio relacionamento de Cuba com os Estados Unidos, naquela época, muito mais duro do que hoje, quando as portas já começam a se abrir, pelo menos, ao diálogo.

Então, Paulo Brossard foi um homem que esteve à frente do seu tempo.

Eu vou repetir uma frase dele, porque aqui o Senador que me antecedeu, João Capiberibe, mencionou a questão da corrupção: se é sistêmica, como ela é, se é cultural, se é possível matar essa doença que corrói o nosso País naquilo que é mais precioso, que é o nosso patrimônio, inclusive cultural.

Em 1978, Brossard deu essa declaração e usou esta frase, que tem de ser lida na época, mas vale para hoje: “A democracia neste País é relativa, mas a corrupção é absoluta”.

Essa frase vale para hoje, porque, também do ponto de vista da nossa democracia, embora nós aqui todos saudemos a democracia brasileira como consolidada, ela é relativa, na medida em que os direitos do cidadão não são respeitados.

Então, sob esse aspecto nós podemos dizer que ela é, como disse Brossard naqueles anos, relativa, mas a corrupção, absoluta.

Palavras de Paulo Brossard em 1978.

É dessa forma que eu, então, renovo a homenagem a esse grande político, lembrando um episódio em que eu tive a honra de estar presente. Fui convidada para integrar a comitiva do então Ministro da Justiça Paulo Brossard, e nessa visita, depois, também vimos que Fidel Castro conhecia profundamente não só tudo sobre pecuária, mas conhecia, também profundamente, porque ele tem tempo para estudar, o desempenho do avião Brasília, fabricado pela Embraer. O avião Brasília e outros aviões brasileiros da Embraer eram muito necessários à aviação regional na ilha de Cuba.

Então, eu trago essa lembrança para dizer os motivos pelos quais eu tinha mais razão ainda, como jornalista, como cidadã e agora como política, de destacar essa figura, que tinha um pouco de Getúlio Vargas; tinha muito de Assis Brasil, que era parlamentarista como ele; de Raul Pilla, na sua veemência e na sua forma de ser; mas ele era sobretudo Paulo Brossard, essa figura que a gente não vai esquecer jamais.

À Dona Lúcia Brossard – e eu tenho o prazer de conviver com ela e com as filhas, com os genros e com o filho – quero dizer que nós aqui renovamos o nosso voto de pesar.

Senador Requião, V. Exª foi governador do Paraná e sabe que a relação dos entes federados com a União está cada vez mais fragilizada, mais entrando em choque. Eu diria até que a crise federativa é tão aguda quanto a crise política, quanto a crise de valores, quanto a própria crise institucional.

Amanhã, finalmente, nós teremos a hora da verdade. Vamos saber se poderemos votar a mudança do indexador, porque o Governo já empurrou isso com a barriga por muito tempo. Agora mesmo, o Ministro Joaquim Levy pede, em nome do tal ajuste fiscal, que isso seja prorrogado e que ela só entre em vigor a partir de 2016. O Senador Eunício Oliveira, Líder do seu partido nesta Casa, Senador Requião, assegurou que houve um acordo para que terça-feira, amanhã, dia 14 de abril, nós votemos. É o terceiro item da pauta, e eu espero, sinceramente, que essa matéria seja votada.

Apresentei a Emenda nº 3, determinando que, a partir do dia 1º de janeiro de 2016, o valor pago a mais, em 2015, pelo Estado à União deve ser ressarcido naquele ano, mediante abatimento adicional do saldo devedor ou compensação aos pagamentos dos encargos a serem efetuados ao longo do próximo ano, critério a ser definido pelo devedor, não pelo credor.

Uma emenda parecida com a minha foi apresentada pelo Senador Romero Jucá, porém com data diferente. Eu proponho a partir de 1º de janeiro, e ele, 31 de janeiro.

Penso que, dessa forma, poderemos conseguir amanhã, com essa emenda, a garantia, porque, como tantas vezes foi adiada a votação dessa matéria, o compromisso do Ministro Joaquim Levy, a quem eu respei-

to, não significa que será cumprido. Então, é preciso que esteja escrita na lei essa condicionante, para que os Estados tenham a certeza e a segurança jurídica de que vão ser ressarcidos.

Até porque, vale lembrar, para os Estados exportadores – como o Rio Grande do Sul, o qual, com muita honra, eu represento, junto com o Senador Paulo Paim e o Senador Lasier Martins –, a Lei Kandir concede um ressarcimento ao incentivo na isenção do ICMS, no caso das exportações. A União tem que ressarcir o Estado que é exportador dessa desoneração fiscal, porém isso não é feito. Ou seja, a União obriga e exige que os Estados e os Municípios cumpram com ela esses compromissos e dispositivos legais, mas não cumpre a sua responsabilidade perante os entes mais fracos. Diz-se sempre que a corda arrebenta pelo lado mais fraco. E é verdade. Os Estados e Municípios, ao não cumprirem, são penalizados; mas a União é poderosa, e, quando não cumpre, não lhe acontece absolutamente nada.

Por isso, amanhã é o dia da verdade, e teremos que votar essa alteração no indexador. É claro que isso, Senador, fala sobre o estoque da dívida, não sobre o desembolso. O Estado do Rio Grande do Sul continua comprometendo 13% da sua receita líquida para pagar parte dessa dívida que tem com a União, o que é insustentável. Imagine que, se houver uma dificuldade – como agora nós teremos, com a economia entrando em recessão, desaquecimento, redução da atividade econômica e, portanto, redução também da receita –, 13% fica muito, muito mais pesado para um Estado que tem uma situação financeira extremamente delicada como o Rio Grande do Sul. É difícil honrar esse compromisso.

O seu amigo e correligionário, que recebeu todo o meu apoio, o Governador José Ivo Sartori, está fazendo um enorme esforço para conseguir manter o pagamento em dia dos servidores, Senador Requião, pelo estado em que o antecessor deixou as finanças do Rio Grande do Sul.

E o fato de permitir aprovação amanhã de mais endividamento não é a solução ideal.

Eu volto a lembrar o projeto do Senador Roberto Requião, desculpe-me, do Senador Luiz Henrique da Silveira, que propôs que 20% desse total do acordo da dívida, 20% desse comprometimento seja aplicado pelo Estado em mobilidade urbana e em transporte coletivo. Eu sou Relatora desse projeto, Senador Requião, ele é do Senador Luiz Henrique, e eu espero que ele possa ter também, mas não tenho nenhuma esperança diante da situação de aguda crise que vive o País.

Termino, Senador Requião, dizendo o seguinte: ontem, no Brasil, era esperado que não houvesse uma manifestação tão acentuada quanto a do dia 15 de março. Afinal, não tinha decorrido nem um mês da primeira manifestação, a do dia 15 de março, que foi um sucesso. Não se esperava o insucesso, mas previa-se que a mobilização de domingo, dia 12 de abril, não fosse tão acentuada. Mas, independentemente disso, chamou-me muito a atenção a sensatez e a sensibilidade política do Vice-Presidente Michel Temer, que, ao contrário do dia 15 de março, disse o seguinte, para resumir – em outras palavras, claro: “Mesmo que o protesto não tenha sido tão grande, tão expressivo quanto no dia 15 de março, não podemos ignorá-lo”.

O Governo não pode ignorar o que aconteceu ontem, Senador. E aí está a diferença de uma pessoa que tem, pelo menos, a sensibilidade e o respeito por quem foi às ruas de norte a sul do País para levar o seu protesto.

E eu gostei muito de um cartaz que um menininho levou. No cartaz, de um garoto de 8 ou 10 anos, estava escrito: “Nem esquerda, nem direita: quero caminhar para frente.”

Esse envolvimento, Senador Requião, da sociedade e até das crianças nesse processo é extremamente educativo, é didático.

Também como V. Ex<sup>a</sup>, acho que falar em *impeachment* da Presidente da República está fora de propósito. Hoje, não há nenhum motivo plausível e razoável, do ponto de vista do fundamento jurídico, para isso.

Do ponto de vista político, até se pode discutir; mas, do ponto de vista jurídico, não. E nós temos que falar de lei.

Eu penso que o Governo precisa não fazer ouvidos moucos. Não pode fazer o papel de avestruz no sentido de, exatamente, ignorar o que está acontecendo. E, para isso, precisa tomar uma atitude. Já passou o tempo! Uma atitude que não é defendida aqui por uma Senadora independente. Não! Foi defendida pelo Presidente da Casa e por muitos outros parlamentares. Não é possível, na situação de dificuldade por que estamos passando, que tenhamos 39 Ministérios, gastando sem controle, em cartões corporativos, milhões e milhões de reais, sem transparência.

E é exatamente esse sinal que o Governo ainda não deu à sociedade brasileira para justificar as duas medidas provisórias que tanto problema e tanta celeuma estão causando nesta Casa. Ela atacou exatamente naquilo que, na campanha eleitoral, negou-se que iria acontecer: tirar direitos trabalhistas.

Não importa! Mexeu em direitos trabalhistas. Mexeu. Mexeu ao mudar o seguro-desemprego. Necessário? Pode ser necessário, mas, do ponto de vista político, foi exatamente negar aquilo que foi prometido durante a campanha eleitoral. E é por isso que a sociedade está se manifestando. São eleitores de outros partidos, nem de partidos do Governo.

Queria dizer a V. Exª que, enquanto não entender esse recado das ruas, o Governo vai ter dificuldade de obter um maior apoio.

Obrigada, Senador. Não foram os 45 minutos, mas deu para resumir o recado de hoje.

Obrigada.

*O Sr. Roberto Requião deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.*

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senadora Ana Amélia.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com a palavra, o Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Ana Amélia, temos coincidências e temos discordâncias.

Eu acho que o recado que V. Exª deu à Presidente desta tribuna, neste momento que antecede a minha participação, é comum. Já é tarde, mas ainda é tempo. Nós precisamos de correção de rumos.

Eu pretendo fazer um discurso hoje no plenário, nesta segunda-feira, dando voz à alma do meu PMDB, do velho MDB de guerra; do PMDB que tem, na definição de seus propósitos, ser o Partido das classes populares, o Partido desligado das decisões do grande capital.

Eu quero olhar, sob a lente da origem do meu velho MDB de guerra, a realidade brasileira. Eu me lembro, agora há pouco, de uma frase do jurista uruguaio Couture – não sei se a frase era dele originalmente, ou se ele a repetiu nos textos que chegaram ao meu conhecimento: *“Todo depende del color del cristal con que se mira”* – com que lentes olhamos a realidade. Quero fazer um exame da realidade brasileira hoje sob as lentes que me mobilizaram, lá atrás, a participar do nosso velho MDB de guerra.

Mais uma vez, Senadora Ana Amélia, em uma sequência que se prolonga desde os tempos coloniais, a economia brasileira vê os estertores de um ciclo sem que, novamente, tenha-se claro o que há de vir ou o que fazer-se na continuidade.

Depois de algumas conquistas e alguma glória, esgotou-se, fez-se água o ciclo que combinava o capitalismo financeiro, políticas de promoção social e ascensão social, expansão do consumo e exportação de *commodities*.

Como os economistas, cientistas políticos e historiadores, já de algum tempo, eu também objeto o entendimento ou a visão cíclica das coisas, essa sucessão quase que estanque do desenvolvimento, seccionada pela prevalência e decadência de um e de outro fator.

No entanto, como não existe, tampouco existiu, um projeto que presidisse e costurasse o desenrolar da vida nacional, o que temos, agora, é algo muito próximo desse reducionismo chamado “ciclo econômico”.

Essa a tragédia brasileira, essa a fonte de nossos tormentos.

Enquanto não compreendermos que é preciso um projeto de construção da Nação brasileira que responda quem somos, o que somos, o que pretendemos e que táticas e estratégias precisamos, para alcançarmos o que se planejou, continuaremos condenados às intermitências da não história.

É incrível a nossa capacidade de tergiversar do que importa, do que é essencial. Uma capacidade que nós, os políticos, parte vital da elite pensante do País, cultivamos há séculos e, diga-se, tornou-se a nossa especialidade. Como exemplo, tomem-se as dificuldades por que passa o País, findo este ciclo que se inicia em 2003: haveria, Senadora Ana Amélia, ocasião mais apropriada para que se discutisse um projeto para o Brasil do que agora, do que neste momento?

Mas, em vez disso, estamos aqui às voltas com a recidiva das falidas políticas neoliberais que o Sr. Joaquim Levy propõe para que o País saia da crise. É trágico: recorre-se à desmoralizada apostila liberal, a fim de aplicá-la, como uma espécie de pá de cal, para selar a sepultura do modelo que tentou a improvável conciliação entre o capitalismo financeiro e o progresso social dos brasileiros.

E nós discutimos o quê? Pendulamos entre os que se opõem às medidas, porque se opõem ao Governo, e os que defendem as medidas, porque defendem o Governo. Tem-se, assim, simples manifestações clubistas, torcidas organizadas, divididas pela paixão à camisa: ou é A ou é B, mas não há nenhuma proposta substancial que revire as entranhas da nação à busca da origem dos males que queremos debelar. Novamente, como em tantas outras crises, envernizamos, com leve demão, a realidade nacional, um mascaramento, que, logo adiante, na próxima esquina, será desbotado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Requião, não queria interromper um texto tão brilhante, mas, como essas crianças que lotam a galeria estão prestando atenção, não poderia deixar de mencionar a professora e todas as crianças que estão visitando aqui. Está falando o Senador Roberto Requião, foi governador do Paraná, é do PMDB e está falando sobre o Partido dele. Essas crianças, Senador Requião, são da instituição de ensino EduSesc – Gama, do ensino fundamental, aqui do Gama/DF, que é uma das Regiões Administrativas.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Imagine, Presidente, o que esta política do Joaquim Levy pretende fazer com elas.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS.) – Bem-vindos todos!

*(Manifestação da galeria.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS.) – Felicidades para vocês todos! Bem-vindas, professoras. E estudem muito, porque o Brasil precisa de vocês.

Com a palavra, o Senador Requião. Desculpe, Senador.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senadora, pensar o Brasil, essa é a convocação que ainda, mais uma vez, teimosamente, faço. Construir a Nação brasileira, esse é o desafio que vale a pena.

Com certa frequência, para reforçar meus argumentos, tenho aqui, desta tribuna, exposto algumas informações que até são o desmonte dos esforços feitos no passado para construção do Brasil. Nos anos 80, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, a nossa Abimaq, o nosso parque industrial, Senadora, era maior que o da Tailândia, da Malásia, da Coreia do Sul e da China, somados. Hoje, o nosso setor industrial não representa 15% do setor industrial chinês.

Faz tempo isso? Não, a derrocada começou há apenas 25 anos, logo aí atrás, ontem. A abertura afoita, realizada sob o argumento de excesso de proteção, levava à ineficiência e que era precisa modernizar o nosso parque industrial, tornando-o mais competitivo, competitivo internacionalmente. Essa tese provocou e continua provocando uma grande e generalizada quebra-deira.

Escancaradas as portas, fomos invadidos por toda sorte de produtos e bugigangas; fomos invadidos e dominados pelos cartéis multinacionais que aqui se instalam, interessados na conquista do mercado nacional e na remessa de lucros às suas matrizes, mesmo porque, nessa verdadeira casa da sogra em que se transformou o Brasil globalizado, assim como não há restrições para a sonegação, para os ladrões do dinheiro público, para o envio de dinheiro a paraísos fiscais muito menos há. Não há freios para a remessa de *royalties* e lucros, uma sangria sem limites e absolutamente livre.

Vemos, então, que a abertura como instrumento de modernização que nos tornaria, em breve tempo, uma potência econômica exportadora e geradora de superávits comerciais revela-se um engodo, uma inmensurável tapeação. A inexistência de uma política industrial e a falta de medidas efetivas de proteção ao setor desestimula os investimentos. Consequência: calcula-se que hoje os industriais brasileiros tenham mais de R\$240 bilhões aplicados no mercado financeiro, porque nada os mobiliza a investir na produção – mais de R\$240 bilhões a reforçar a especulação financeira, o capital vadio que nada produz, apenas suga, vampiriza, contamina.

Estima-se que mais de um quarto do parque industrial brasileiro reste ocioso. Mais de US\$400 bilhões em máquinas, instalações e tecnologia parados, um investimento já feito apenas à espera de uma política industrial séria, nacional, que possa entrar em movimento criando, de imediato, milhares de empregos, gerando rendas, impostos e consumo.

Mais alguns dados, para firmar em nossas mentes a origem do mal e a continuidade do mal, o mal que impede a construção do Brasil-Nação: na segunda metade dos anos 80, o produto industrial representava 44% do nosso PIB. No final dos anos 90, havia caído para 23%. Segundo a Fiesp, em três anos de abertura às escâncaras, em três anos de desregulamentação, entre 1995 e 1998, desapareceram mais de 400 mil empregos industriais. Somente o desmantelamento do setor de autopeças pôs na rua 250 mil metalúrgicos altamente especializados.

Se considerarmos apenas a participação da indústria de transformação no PIB, o diagnóstico da desindustrialização é ainda pior: de 36%, em meados dos anos 80, a participação industrial desaba para apenas 13% hoje, como desaba a proporção das exportações de manufaturados em relação às exportações brasileiras. A proporção cai de 65%, em meados dos anos 90, para 37% de hoje. Sob as reformas liberais, privatizações e desregulamentações, a desnacionalização do setor industrial correu com a velocidade de um Usain Bolt.

No ano da reeleição de Fernando Henrique Cardoso, em 98, a KPMG, uma das grandes empresas de consultoria internacional, apontava que mais de 75% dos capitais envolvidos em fusões e aquisições no Brasil, nos primeiros anos do Governo do PSDB, tinham origem estrangeira. Anote-se que esse índice não passava de 14% em 92, quando se inicia o processo de abertura. E tudo continua como dantes no quartel de Abrantes.

Em vez de uma política industrial, temos medidas episódicas, quebra-galhos: desoneram aqui, e aliviam acolá; hoje, dão o refresco para a linha branca, e amanhã uma colher de chá para o setor automobilístico ou de brinquedos, e depois de amanhã, desoneram a folha de pagamento, mas logo em seguida surge um Levy, recua em tudo, sob a pressão de arrecadar. Os reflexos da crise da desindustrialização sobre a vida do País só não foi maior por causa do fantástico aumento da demanda mundial por *commodities*, especialmente da parte da China: um movimento, hoje, em franco declínio. Seja como for, não há notícias de que, sob a face deste



Planeta, algum país tenha se desenvolvido, mantido-se soberano e independente, ancorando sua economia apenas na exportação de grãos, carnes e minérios.

Não se constrói uma nação, vendendo-se feijões de soja e minério de ferro. Como afirmei recentemente em um debate na Escola de Comando do Exército, entre aspas: “Eu não posso imaginar – seria uma caricatura colonial – a troca de sacos de soja, de toneladas de minério de ferro, do preciosismo nióbio, de que temos 98% das reservas mundiais conhecidas, por tanques, canhões, navios, aviões, submarinos, fuzis e tecnologia de informações.” Inserção no mercado global, sim, mas como Nação, e não como uma *plantation* ou mineradora.

O mercado não tem pátria, não tem fronteiras, não tem história, tradições e cultura. O espírito que move o mercado é a ganância, a busca insana, e quase sempre amoral e predatória pelo lucro. Com a velocidade da internet, o mercado mobiliza bilhões, trilhões de dólares, podendo destruir, em um só toque de botão, economias inteiras, empregos, empresas, levando ao desespero milhões de pessoas.

A Nação, por outro lado, tem história, espaço, consolida seu território com o suor do seu rosto o projeto nacional, feito com o sangue de seu povo, com a garra de uma coletividade inteira. A Nação tem compromisso com os seus, com a aventura de vida e o bem-estar de toda uma sociedade, de cada pessoa. A Nação solda-se com o amor e com solidariedade. A Nação é a soma da cultura e da diversidade cultural de seu povo. A Nação finca-se nas raízes dessa cultura. A Nação acolhe e protege os mais fracos, os desamparados, os indefesos. A Nação tem compromisso com a produção, com o trabalho e com a defesa nacional.

Mercado ou Nação? É a questão que se coloca. Mercado para os outros, um país às garras do capital vadio que não produz um botão de camisa, uma máquina, um sapato, ou uma Nação para os nossos? A resposta parece fácil e as perguntas podem soar para alguns como impertinentes, óbvias, desnecessárias, mas não é bem assim.

Afinal, os entraves que a política econômica vigente impõe ao desenvolvimento brasileiro, ao desenvolvimento e consolidação do Brasil, como Nação forte, segura, soberana e próspera, estão as nossas vistas. Uma Nação se constrói com uma política de juros que não puna quem produz – não se faz uma Nação com os juros mais altos do planeta. Uma Nação se constrói com um forte mercado interno e com salários que incorporem os ganhos de produtividade, e sejam corrigidos acima da corrosão inflacionária – não se faz uma Nação com arrocho salarial e sem consumidores.

Não se constrói uma nação com terceirizações de mão de obra, com o aviltamento do trabalho, com a degradação e escravização dos trabalhadores.

Uma nação se constrói com uma política industrial planejada – planejada nacionalmente –, com crédito farto e barato, com inovação tecnológica, com subsídios, com salvaguardas alfandegárias, com tarifas diferenciadas.

Uma nação se faz com o controle do câmbio.

Não se faz uma nação com flutuações cambiais que impedem o empresário de planejar o seu negócio por prazo maior que uma semana.

Uma nação se constrói com a estatização do crédito.

Não se faz uma Nação deixando à conta do mercado financeiro, dos bancos, a responsabilidade principal por irrigar a economia nacional de recursos. Afinal, o crédito é uma das variáveis vitais da economia para deixá-lo nas mãos dos bancos e dos especuladores, nas mãos dos agiotas nacionais e internacionais.

Isso posto, feita essa sustentação preambular, exponho agora...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – ... algumas ideias e alinho algumas propostas que cimentariam a Construção da Nação Brasileira.

O núcleo fundador de um Plano de Construção da Nação Brasileira deve ser a recuperação da capacidade de planejamento do Estado.

Ao mesmo tempo, consideramos imperativo ir além do tripé em que se ancora atualmente a nossa política econômica, com o exercício de uma ação efetiva de controle cambial e de total desindexação da economia.

São estes os pressupostos de uma verdadeira mudança:

No contexto nacional, construir uma política industrial fortemente suportada na ação pública, seja do ponto de vista do financiamento, das compras e da infraestrutura, seja do ponto de vista do ensino, da pesquisa e da inovação.

As iniciativas de desonerações e estímulos fiscais não podem continuar sendo pontuais, precisam ser globais, compreendendo toda a cadeia produtiva, assim como não podem ser episódicas e conjunturais. Uma empresa precisa de dez anos ou mais para projetar o retorno de seu investimento.



Como fazer isso sem saber o que poderá ocorrer nesse período em relação à infraestrutura, à política tributária e à regulação?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Senador Requião, V. Ex<sup>a</sup> me permita só registrar a presença dos alunos da escola Edusesc Gama, de ensino fundamental.

Meus cumprimentos! Sejam bem-vindos os alunos e também os professores.

Desculpe-me, Senador Requião. E muito obrigado.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Uma visita muito mais importante que a discussão de um projeto nacional. Eu já fui interrompido duas vezes pela visita dessas crianças maravilhosas, que devem estar entendendo, em profundidade, o meu pronunciamento na tribuna.

Reindustrializar o Brasil, Presidente, sustando o processo de primarização de nossa economia e suas consequências destrutivas. Junto com as iniciativas de retomada do desenvolvimento industrial, temos que fortalecer o Plano Nacional de Formação e Qualificação dos Trabalhadores e expandir as instituições públicas federais, estaduais e municipais do ensino técnico.

Implantar um novo modelo de política de infraestrutura, sob controle do Estado; planejamento das ações nas áreas rodoviária, ferroviária, portuária, aeroportuária para atender adequadamente às produções industrial e agrícola, às necessidades das exportações e importações, ao trânsito de pessoas e à Defesa Nacional.

O atual modelo de privatizações e concessões, uma vez que a lógica de sua operação é o lucro, não é compatível com os interesses de um planejamento nacional.

Manter a Lei do Petróleo de 2010. Apenas uma pequena área do pré-sal foi prospectada. Mesmo assim, já foram descobertas reservas de 80 bilhões de barris. A projeção de técnicos da empresa é que as reservas de toda a área do pré-sal ultrapassem 300 bilhões de barris, equivalentes às reservas conhecidas da Venezuela e da Arábia Saudita, as maiores do Planeta.

Logo, são dispensáveis considerações sobre o cerco impiedoso que hoje tenta sufocar, desmoralizar e privatizar a Petrobras.

Para que o petróleo impulse a Construção da Nação Brasileira, propomos: a) manter o modelo atual, com a Petrobras como a única empresa operadora, tendo sob seu controle, entre outras coisas, o ritmo da produção; b) manter sob o controle da Petrobras a contratação, segundo a legislação brasileira sobre conteúdo de nacional, de todos os equipamentos para a prospecção e exploração do pré-sal.

O Brasil não pode seguir a sina da maldição do petróleo que persegue os países subdesenvolvidos com grandes reservas e que continuam subdesenvolvidos porque entregaram essas reservas para os países imperialistas.

Política agrária que coloque no centro das ações o apoio às pequenas e médias propriedades e a viabilização e fortalecimento da agricultura familiar. Reabilitar o conceito de reforma agrária.

Aliás, Presidente, tive notícia hoje de que o pessoal do Joaquim Levy propõe ao Banco do Brasil cortar 30% do Pronaf – baixar de R\$24 bilhões do ano passado para R\$16 bilhões neste ano. Eu não sei realmente o que essa gente pretende além da defesa intransigente do capital especulativo.

Prossigo: garantir efetivamente o acesso universal à saúde e à educação. A educação e a saúde dos brasileiros devem ser responsabilidade intransferível do Estado. Todos os brasileiros devem ter o direito ao atendimento médico e a frequentar escolas de qualidade.

Garantir a manutenção, a extensão e o aperfeiçoamento das políticas compensatórias, como Bolsa Família e outras políticas na mesma linha.

Promover a democratização dos meios de comunicação social, que não podem ser objeto de monopólio ou oligopólio; a propriedade cruzada dos meios de comunicação é um atentado à liberdade de opinião e à democracia, na medida em que sufoca e impede o contraditório, impondo a veiculação de um só ponto de vista. Temos que garantir a regionalização das programações e produções da televisão e do rádio.

Instituir o direito de resposta como forma de romper o monopólio de opinião e de restabelecer o contraditório e a verdade dos fatos.

Política de defesa nacional que tenha como um de seus pressupostos a existência de Forças Armadas profissionais, fortes, bem equipadas, presentes em todo o Território nacional e com o seu pessoal adequadamente equipado e remunerado.

No plano externo: uma política independente e progressista, voltada fundamentalmente à integração latino-americana, contribuindo para o fortalecimento do Mercosul e da Unasul; e a consolidação dos BRICS. Apoio incondicional ao desenvolvimento de nossa Mãe África.

Os acordos bilaterais com alguns países do Norte, na forma como setores de oposição e de parte do empresariado propõem, nada mais são que o improvável entendimento da corda com o enforcado.

Essa tentativa da ressurreição dos propósitos da falecida, mas ainda insepulta, Alca teria como consequência inescapável relegar o nosso País à condição subalterna de fornecedor de matérias-primas e importador de produtos industrializados. Seria a consolidação de nossa não-história.

Pela multipolaridade, contra a hegemonia.

Ouvintes da nossa TV Senado, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o nosso mandato não terá valor algum, trapacearemos a confiança dos brasileiros nesta Casa se, diante da oportunidade que nos oferece a crise, não tivermos a lucidez e a coragem de subverter a ordem das coisas que mantêm o nosso País dependente, pobre, injusto, violento e atrasado.

Para os dependentistas, para os neoliberais, para aqueles que defendem atrelar o desenvolvimento nacional, a cultura nacional, os valores nacionais, as riquezas nacionais, a defesa nacional aos países centrais, especialmente aos Estados Unidos; para os dependentistas, a crise é uma excelente oportunidade de reforço à proposta de submissão.

Para os dependentistas, que desprezam os brasileiros, a crise é oportunidade para defender a entrega do petróleo e do pré-sal, as refinarias, a construção lá fora das nossas plataformas e dos nossos navios, a ressurreição da Alca, o alinhamento incondicional ao império, o abandono da política de solidariedade aos países mais pobres, especialmente os da África.

Se o caminho...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – ... da construção da nacionalidade é longo e áspero, podemos, desde já, avançar em algumas iniciativas, através de projetos de lei que aplanem e abreviem a jornada.

Controle cambial, corte dos juros, corte de impostos.

Controle do capital financeiro, maior taxação da especulação e dos bancos, taxação das grandes fortunas.

Nacionalização do crédito para a produção e a inovação

Prioridade absoluta ao mercado interno e sua proteção.

Aumentos salariais.

Excelência nos serviços de saúde e na educação pública.

Integração latino-americana.

São alguns itens, aos quais seria possível acrescentar outros, que já poderiam compor um leque de iniciativas legislativas.

Soberania, solidariedade, cidadania e desenvolvimento. Com esses valores, podemos começar a construir o Brasil Nação.

E eu diria, como disse a Senadora Ana Amélia, em um recado desta tribuna à nossa Presidenta da República: já é tarde, mas ainda é tempo. E ainda é tempo até que as ruas definitivamente se levantem diante não de um ajuste, mas da recessão provocada por um arrocho, rigorosa e absolutamente irracional.

Obrigado pela tolerância do tempo, Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, a Sr<sup>a</sup> Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.*

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Requião, pelo seu belo pronunciamento.

Passo a palavra, agora, ao Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná, que falará pela Liderança do PSDB.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PSDB - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, creio ser necessário aplaudir da tribuna do Senado Federal os brasileiros que foram às ruas alimentados pela fonte da indignação.

Não se iluda o Governo com a redução do número de participantes. Uma mobilização improvisada, em curto espaço de tempo, reuniu milhares de brasileiros, em inúmeras cidades do País, para protestar contra a corrupção, contra a incompetência do Governo e para enfatizar a necessidade de mudança radical.

Não se iluda o Governo, porque esta manifestação defendeu com mais ênfase o *impeachment* da Presidente da República. É inegável que cresceu a aceitação à tese entre os brasileiros. A pesquisa Datafolha constata esta realidade: 63% dos brasileiros opinam favoravelmente à instauração de um processo de *impeachment*. Portanto, não há por que ignorar esse apelo e essa aspiração popular.

Não há por que desestimular esse debate e a defesa dessa tese. Cabe-nos, como representantes do povo brasileiro no Senado e na Câmara dos Deputados, debater a oportunidade.

É evidente que muitos dos brasileiros que responderam positivamente à tese do *impeachment* não conhecem as consequências. Ou seja, não sabem qual será o passo seguinte: quem assumirá a Presidência da República. É evidente também que os brasileiros não estão preocupados com as filigranas jurídicas; estão preocupados em encontrar uma solução para retirar o País da asfixia econômica em que se encontra e, sobretudo, amenizar os efeitos da corrupção sobre a sociedade brasileira, que paga, sem poder pagar e sem dever, essa conta alta dos escândalos de corrupção no País.

Nós sabemos que há uma causa central, talvez nem todos a identifiquem, mas certamente a conclusão deva ser esta: o que quer, sobretudo, o povo do País nas ruas das nossas cidades é a mudança desse modelo falido.

Sim, o modelo faliu. É um modelo perdulário, de desperdício, é o modelo do balcão de negócios, do aparelhamento do Estado, da relação promíscua entre os Poderes.

A população brasileira não suporta mais pagar o custo de manutenção das instituições públicas no País. Nós precisamos rever os orçamentos. O orçamento do Executivo, no que diz respeito à manutenção dessa gigantesca máquina; a redução do orçamento do Poder Legislativo; a redução do orçamento das Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores, Tribunais de Contas.

O Brasil gasta R\$7bilhões, por ano, na manutenção dos Tribunais de Contas. O Tribunal de Contas do Paraná gasta R\$300milhões, por ano.

É por essa razão que nós que pregamos reformas nas outras instituições devemos dar o exemplo e cortar na própria carne.

Projetos que apresentei já em 1999 e que foram reapresentados a cada período legislativo pretendem reduzir o número de Senadores em 1/3. Nós teríamos dois Senadores por Estado, como já ocorreu até a criação dos Senadores biônicos. Depois, com a extinção da bionicidade, os Senadores permaneceram em igual número, mas é necessário rediscutir essa questão. Nós pretendemos um Legislativo mais enxuto, mais econômico e mais qualificado, valorizado, certamente mais respeitado pela população brasileira.

Essa redução não compromete a democracia. Nós não estamos propondo a extinção dos instrumentos democráticos a serviço da coletividade. Nós estamos, ao contrário, pretendendo valorizá-los, reduzindo quantitativamente, sobretudo despesas que podem ser reduzidas, em nome da qualificação dessas instituições e da respeitabilidade fundamental para que possam cumprir o seu dever. Nós advogamos não só a redução do Senado, também da Câmara dos Deputados, em cerca de 20% e o restabelecimento da autêntica representação populacional com a superação dos desequilíbrios existentes hoje.

Aliás, o Presidente Ulysses Guimarães deixou a Presidência da Constituinte, em determinado momento, para defender da tribuna da Assembleia Nacional Constituinte o reequilíbrio da representação popular, desequilibrada a partir do pacote de abril de 1977, do regime autoritário.

Hoje nós não temos uma representação popular compatível ou proporcional ao número de habitantes de cada Estado brasileiro. Um representante, por exemplo, de Roraima fala por 50 mil habitantes. Um representante de São Paulo fala por mais de 500 mil habitantes. Portanto, há um desequilíbrio brutal que tem que ser corrigido.

A estabilidade da Federação é assegurada pelo Senado, que tem representação igual em cada Estado brasileiro.

A Câmara dos Deputados é a representação do povo e tem que ser proporcional ao número de habitantes, e proporcionalmente à redução nas assembleias legislativas e nas câmaras de vereadores.

Isso, Sr. Presidente, porque estamos vivendo um momento dramático na vida das instituições públicas. Estamos sendo atropelados pela sociedade. Ou promovemos mudanças radicais, importantes para o futuro do país, ou certamente não seremos perdoados por aqueles que hoje estão nas ruas carregando as suas esperanças de que é possível, sim, mudar o Brasil para melhor.

Portanto, creio que cabe também uma palavra sobre a oposição diante das manifestações populares. Desde o primeiro momento, entendi que as lideranças dos partidos políticos não deveriam se fazer presentes nessas manifestações populares, para não descaracterizá-las ou para não oferecer pretexto àqueles que pretendem descaracterizar manifestações espontâneas alimentadas nas fontes da indignação do povo por presenças que poderiam ser vistas e entendidas como presenças do oportunismo de aproveitadores da hora.

Por isso, defendemos a tese de que as lideranças políticas não deveriam estar presentes nessas manifestações. Essas são manifestações espontâneas, organizadas espontaneamente, sem aqueles líderes que as possam comandar. Não são manifestações orientadas partidariamente; são manifestações multifacetadas, com variados coloridos de natureza política e, portanto, a presença de uma liderança política poderia ser vista como um ato de oportunismo ou a presença de um aproveitador.

No entanto, há uma convocação agora, há uma cobrança, mais do que um convite, há uma cobrança pela presença também de lideranças políticas nessas manifestações. É hora, portanto, da revisão. Devemos repensar.

Creio que, se a população que vai às ruas, cobra a presença das lideranças políticas, não há razão para a nossa ausência nessas manifestações.

De minha parte, gostaria de comparecer; prazerosamente, compareceria, e advogo, agora, a tese de que realmente devemos comparecer a essas manifestações, sobretudo, em razão de pronunciamentos que estamos acompanhando nas redes sociais daqueles que participam ativamente da convocação dos brasileiros para manifestações populares como as que vimos nas ruas do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e que esteja nascendo realmente nas ruas do Brasil uma nova nação mais consciente e politizada, que sabe o que quer e que busca mais do que pede, exige mudanças radicais para melhorar o Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Alvaro Dias, pelo seu pronunciamento.

Convido V. Ex<sup>a</sup> para conduzir os trabalhos da Mesa, para que eu possa, rapidamente, fazer meu pronunciamento.

Obrigado.

*O Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PSDB - PR) – Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz, Líder do PDT.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, como V. Ex<sup>a</sup> muito bem colocou, Senador Alvaro Dias, o Brasil viveu ontem mais um dia importante na sua história democrática, um dia de manifestações. A população foi mais uma vez às ruas para mostrar para mostrar sua insatisfação e para protestar contra a corrupção, seja no Governo Federal, nos Governos estaduais, nos Governos municipais, a participação dos legisladores neste processo como um todo. O importante é que as manifestações foram pacíficas e muito legítimas, que só fortalecem a nossa democracia e, principalmente, as instituições brasileiras.

A redução ou o aumento do número de participantes ou de cidades envolvidas não é o mais importante neste momento. O mais importante é que o Governo, assim como o Congresso Nacional e o Judiciário entendam o recado das ruas e tomem as medidas necessárias, para que possamos frear a corrupção e punir verdadeiramente os culpados que participam dessa corrupção, bem como superar este momento de crise política, com a retomada do crescimento da economia, o controle da inflação e a manutenção da renda e do emprego da população brasileira.

Uma das coisas mais importantes que conseguimos conquistar nos últimos anos é praticamente o pleno emprego, e não podemos regredir. Temos que continuar aumentando o nível de emprego no nosso Brasil, no nosso País, além de melhorias na oferta de bens públicos, como os atendimentos de educação e saúde, que são de fundamental importância para a população. E é exatamente o que as ruas cobram de todos nós, Congressistas, Senadores, Deputados Federais, Vereadores, Governadores e, principalmente, da Presidente da República. Temos que dar uma resposta positiva, e é exatamente trabalhando que conseguiremos atender esses movimentos sociais, esses movimentos das ruas, e avançar no nosso País.

Para que isso ocorra o mais rápido possível, precisamos aprovar o ajuste fiscal aqui no Congresso Nacional, precisamos acelerar a tramitação das MPs 664 e 665 e discutir a medida certa para os cortes. Em relação a essas MPs, devemos debater e chegar a um consenso, retirando o que tiver de ser retirado e colocar aquilo que deva ser colocado, fazendo o ajuste dentro da necessidade do Governo, mas com a capacidade de contribuição da população, para passarmos este momento no nosso País.

Essas medidas, se aplicadas na dose correta, na medida certa, farão com que o Brasil possa retomar o caminho do crescimento econômico com a inclusão social, que tem marcado a história recente do País.

O mais importante, neste momento, é a manutenção de programas de longo prazo e investimentos que são estruturantes para o Brasil como Fies, o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, a política de crédito rural para a agricultura familiar principalmente e para o agronegócio; os investimentos em infraestrutura e mais efetividade nos programas de regularização fundiária, principalmente na Amazônia e nosso Estado, Rondônia, pois lá o Programa Terra Legal tem uma participação muito forte, junto com o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para que a gente possa levar, de fato, a regularização fundiária ao pé da letra, entregar o documento da terra ao nosso agricultor. Fazemos também o CAR (Cadastro Ambiental Rural) e logo após o PRA (Programa de Regularização Ambiental). São medidas importantes para o desenvolvimento da nossa Região Amazônica, principalmente do nosso Estado, Rondônia.



É nesse sentido que tenho conversado com o Governador de Rondônia e com os 52 prefeitos de nossos Municípios, para que possamos contribuir com o Governo Federal no esforço do ajuste fiscal, mantendo os investimentos nestes setores. Entendo que o papel dos Municípios é muito importante neste esforço de retomada do crescimento econômico, principalmente considerando que eles terão que se preparar para a redução de repasses de recursos do Governo Federal, como sinalizou a Presidenta Dilma, em reunião com prefeitos de todo o Brasil na última sexta-feira, dia 10.

Os prefeitos estiveram em Brasília para discutir com o Governo Federal medidas para aperfeiçoar os mecanismos de controle dos gastos públicos, de combate à corrupção e de promoção do desenvolvimento sustentável. Numa demonstração de maturidade institucional, decidiram contribuir com o Governo Federal, sem deixar de lado, é evidente, suas bandeiras de luta, como o aumento nos repasses constitucionais pela União, com a renovação do Pacto Federativo, além de parcerias na execução de obras de infraestrutura e principalmente de mobilidade urbana nas principais cidades brasileiras.

A parceria com os Municípios é uma marca de nosso mandato. Tenho primado minha atividade parlamentar por uma ação municipalista, apoiando diretamente todos os Municípios e prefeitos de todo o Brasil, é evidente, mas principalmente do nosso Estado, Rondônia. Independentemente da sua bandeira partidária, o importante é contribuirmos para a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras.

Além de destinar emendas parlamentares para obras nos Municípios, como também para a compra de máquinas e equipamentos, para a capacitação de jovens e adultos, para investimentos na educação e na saúde, tenho auxiliado os prefeitos de Rondônia na elaboração de projetos e na captação de recursos diretamente nos ministérios do Governo Federal para as prefeituras municipais.

Estive reunido com diversos prefeitos de Rondônia e renovei o compromisso de continuar trabalhando para levar mais recursos para os Municípios. Entendo que eles precisam receber mais atenção do Governo Federal para que não fiquem, todos os anos, da forma como sempre chegaram aqui em Brasília, com o pires na mão pedindo apoio da Bancada federal e dos ministros, dependendo apenas de emendas parlamentares para realizarem os investimentos de que a população precisa.

Hoje as prefeituras estão com as finanças no limite. E muitas não têm conseguido fechar suas contas, nem mesmo pagar direito os seus servidores públicos e manter os investimentos obrigatórios em saúde e educação.

O aumento dos recursos para o FPM é um dos itens prioritários do movimento municipalista, especialmente em decorrência da crescente redução de repasses e do aumento de atribuições transferidas às administrações municipais.

E vamos continuar nessa luta de forma permanente, junto com os prefeitos de todo o País, mas também vamos trabalhar para aprovar propostas mais amplas, como a PEC 125, de 2011, de minha autoria, que destinará 10% do produto da arrecadação das contribuições sociais e de Intervenção no Domínio Econômico, divididos igualmente para os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, que é o FPM e o FPE.

Eu entendo que, assim, nós estaremos contribuindo efetivamente para melhorar a vida da população brasileira. Porque todos nós moramos nos Municípios, nas cidades, e são os prefeitos e os vereadores que sabem quais são os problemas que nós temos nos Municípios. E eles também sabem como resolvê-los, mas não têm a capacidade financeira para fazê-lo. E cabe a nós darmos esse apoio aos Municípios através dos nossos prefeitos e dos nossos vereadores.

Então, eram essas as minhas colocações, Sr. Presidente. Agradeço a sua atenção. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PSDB - PR) – Muito obrigado, Senador Acir. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que retome a sua posição de Presidente da sessão e concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Oposição/DEM - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu, com muita alegria, quero fazer o registro a par de anunciar projetos de minha autoria que se encontram em tramitação, alguns já aprovados, do Senado; outros, em vias de aprovação na Câmara, depois da aprovação no Senado, voltados, todos eles, para estimular a iniciativa e o empreendedorismo, que é o caso do projeto das *Startups* e o projeto das Empresas Juniores, e o projeto, que recentemente apresentei, do empreendedorismo rural, do Empreendedor Rural, todos eles voltados, repito, para a valorização da juventude e para o amparo a iniciativas, como, por exemplo, na universidade, grupos de jovens que se organizem e formem uma empresa júnior.

Estudantes de Contabilidade, estudantes de Engenharia, estudantes de Medicina, que, com o amparo institucional do projeto que eu ofereço, e com vantagem fiscal, porque as empresas juniores têm fim educacional, porque as empresas se organizam para prestar um serviço, mas adestram, enquanto o universitário aprende na universidade, adestram os jovens na arte de, pela via empreendedora, ganhar um dinheirinho, capitalizar-se e preparar o seu futuro profissional.



As empresas juniores, portanto, têm este espírito, de congregar jovens nas universidades para, despertando, em grupos, a iniciativa empreendedora, pelo amparo fiscal e institucional que se dá, preparar jovens para serem empreendedores no futuro, e não pedintes de emprego.

A mesma coisa as *Startups*. O projeto, ao qual eu dei entrada, já foi aprovado no Senado, está, já, na Câmara, em vias de ser aprovado – e será aprovado –, é uma iniciativa que tomei para dar amparo também institucional e fiscal a empresas que trabalham com novidade tecnológica, com faturamento de até R\$30.000 por trimestre, não pagam imposto e podem, inclusive, através das empresas anjo, adquirir a colaboração de investidores para que jovens talentosos, capazes de formular *softwares*, programas de computador ou desenvolvimento de tecnologias novas, singulares, inusuais, essas empresas possam existir e os seus associados ou os seus comandantes sejam protegidos e serem enxergados, assim como as empresas juniores, as *Startups* não eram enxergadas.

Depois que os meus projetos começaram a tramitar, tanto os jovens universitários adeptos às empresas juniores quanto os adeptos às empresas *startups* passaram a ser respeitados, se congregaram, se organizaram, e são hoje respeitados e têm hoje uma iniciativa que é considerada.

O terceiro projeto que eu apresentei é o do empreendedor rural, voltado para o jovem do campo, que não pode ser esquecido, que tem uma atividade específica, voltada para a atividade rural. É possível, sim, Senador Presidente Acir Gurgacz, com incentivo, com estímulo, levar o jovem que mora na área rural a fazer a organização de um empreendedorismo a partir de vocações naturais do campo. O meu projeto, que foi apresentado há menos de 30 dias, já está tramitando, e significa outra iniciativa minha e do meu Partido voltada para a valorização da juventude e da capacidade empreendedora que o jovem pode ter, na medida em que lhe sejam dadas condições.

Eu hoje quero comunicar que o Projeto de Resolução do Senado nº 14, de 2014, que coroa isso tudo, foi aprovado pela Mesa Diretora e está para ser aprovado pelo Plenário do Senado. Ele institui o Prêmio Jovem Empreendedor para cinco jovens no Brasil inteiro, que se destaquem em qualquer ramo de atividade, seja naquilo que eu falei, seja em outras atividades, sejam quais forem. A premiação é para valorizar a capacidade empreendedora do jovem. É, portanto, o prêmio que se cria para o jovem empreendedor. É um estímulo para a capacidade de empreender. Um País como o nosso, que tem um regime capitalista, precisa valorizar iniciativas individuais, capacidade e preparo, e estimular, inclusive, a busca de preparo como forma de conquistar espaço da vida e ganhar na concorrência – na concorrência individual, entre pessoas –, para que o talento, a criatividade e o nível de preparo sejam, ao final, vencedores.

Eu queria, Sr. Presidente, a par dessas comunicações, fazer uma observação. Eu estive ontem, dia 12 de abril, assim como estive no dia 15 de março, presente às manifestações de rua. Assim como ontem, no dia 15 de março eu me apresentei como cidadão. Não fui lá nem como Senador, nem como Presidente de Partido. Em Brasília, eu fui com a minha esposa, e ontem eu fui só, em Natal, para participar de manifestações da sociedade brasileira que têm orgulhado a democracia pelo pacifismo, pela energia e pela capacidade de mobilização em defesa dos interesses que não são individualmente de ninguém, são da sociedade brasileira.

É importante ir para conversar, para ouvir, para conhecer as razões da indignação. Antes de chegar, eu falava para uma estação de televisão e me perguntavam pela diminuição numérica dos movimentos de ontem em relação aos movimentos de 15 de março. Eu fiz uma constatação que acho que convenceu os repórteres que me entrevistaram. Eu disse: Olhe, numericamente esses movimentos de ontem podem até ter sido menores, agora não se pode desprezar, por hipótese alguma, a menos que se queira cometer a irresponsabilidade de não querer enxergar uma realidade, uma coisa importante. Primeiro de tudo, a energia dos movimentos onde eles ocorreram, a intensidade com que os temas foram defendidos e a uniformidade. Tanto faz ter sido no Amapá, no Rio Grande do Sul, em Brasília, em Natal, as manifestações que eu vi ou a que assisti tinham um eixo só, a indignação: um, com a corrupção voltada para a questão Petrobras e seus filhotes; dois, a decepção com as promessas não cumpridas da Presidente Dilma; três, o PT. Corrupção, PT, Dilma. Era uniforme. No Brasil inteiro, a manifestação era esta, de desagrado, de decepção e de sofrimento que eu entendi as razões, é claro.

Conversei com pessoas ontem na minha cidade a respeito das razões que motivavam muitas daquelas presenças e me foi dito o seguinte: a Presidente da República fez, há um ano, em cadeia de rádio e televisão, uma promessa de baixar em 20% a tarifa de energia elétrica. O curioso, Senador, é que o consumo da energia elétrica no Brasil caiu no mês passado, depois de anos e anos e anos só subindo, caiu.

Caiu sabe por quê? Porque a renda do brasileiro não cresceu ao ponto de poder pagar a enganação do Governo. O Governo prometeu uma coisa e está fazendo outra completamente diferente. “Como eu não tenho dinheiro, minha renda não cresceu, eu sou obrigado a me impor a restrição de sair apagando as luzes da minha casa, de apagar o *boiler*, de não ligar o ar-condicionado; a me impor restrições”. Restrições que levaram milhares de pessoas para a rua.

Outro me disse uma coisa que eu imaginava e da qual não tinha convicção. Alguns prefeitos me disseram algo há uns três meses, quando eu dizia a eles para que se preparassem para a crise que vai vir. A crise já ocorreu no mês de fevereiro quando a receita de Estados, de Municípios e da União foi menor que a despesa em 2,3 bilhões. Houve um déficit público de 2,3 bilhões, o maior em muitos e muitos anos, porque o Governo central não se emenda e continua a gastar mais do que arrecada. Desse jeito, a inflação vai se perpetuar, a taxa de juros alta vai se perpetuar. Quando eu falava com um prefeito sobre a espada de Dâmoques, dizendo que ele deveria estar consciente de que estava ela sobre o seu pescoço e que, em 2015, infelizmente, um ano perdido para o Brasil, ele se preparasse para o Fundo de Participação cair e a cota-parte de ICMS cair, ele me dizia: “Senador, a energia elétrica subiu e o preço dos combustíveis subiu. Então, vai haver uma compensação na arrecadação do ICMS de energia, de combustíveis. Os preços dos produtos subiram, e acho que o Fundo de Participação poderá ter certa compensação”. E foi quando um conterrâneo meu me disse:

Senador, o povo trabalha com orçamento. Diferente do Governo, o povo trabalha com orçamento. A família decente, que não é caloteira, que gasta somente aquilo que pode, diferentemente do Governo, a cada mês, decide e se ajusta. Ela só pode gastar em gasolina x reais por mês. Se o preço da gasolina subiu, ela não vai perder o seu controle, como o Governo perdeu. O que ela vai fazer é rodar menos, vai passear menos ou vai se deslocar menos. Se tinha R\$300 ou R\$100 ou R\$200 no orçamento, só vai gastar aquilo. Então, a arrecadação não vai crescer.

Como não está crescendo. Agora, gera, sim, o desconforto, a decepção e a indignação que, assim como a questão da energia elétrica, levaram milhares de pessoas para a rua e continuam a manter a disposição das pessoas de protestarem contra o Governo da enganação.

Eu vi, nos noticiários de hoje, uma coisa que reputo muito importante. Na manifestação do dia 15 de março, em que eu estive aqui em Brasília, muitas pessoas se aproximavam, conversavam, dirigiam palavras quase sempre de estímulo, de agrado pela presença. Em Natal, eu fui direto à Associação Médica conversar com um segmento muito mobilizado e que estava se voltando para a participação maciça da classe médica no movimento. E, em todos esses encontros, eu fazia questão de fazer os meus comentários de que a minha presença ali era de um cidadão, não era de um político, não era de um presidente de partido, não era de um líder político, não. Era a presença de um cidadão que se somava a vários segmentos de vários Estados do Brasil que, como disse, uniformemente, se manifestaram ontem. Mas eu vi, no noticiário de hoje – e isto não me foi verbalizado nem no dia 12, nem no dia 15 –, que as lideranças dos movimentos estão agora conscientes de que é preciso dar um tempo nessas manifestações – não sei quanto tempo – e que vão fazer a montagem do rol de reivindicações e sugestões e procurar o Congresso Nacional. Aí, sim, você vai ter... E a nossa obrigação é de estar com os ouvidos abertos e respeitosos a essas manifestações de milhares e milhares de brasileiros, para que eles tragam os seus argumentos, as suas reivindicações. E nós que formamos, no Senado e na Câmara, o Poder Legislativo, ouçamos as suas reivindicações e busquemos os caminhos legislativos da saída para os problemas que o Brasil enfrenta.

Se o Governo central, a Presidente faz ouvidos de mercador e, hoje, em vez de se manifestar com relação aos movimentos de ontem, vem falar sobre uma coisa, a maioria penal, que é importante, mas cuja decisão não vai caber a ela – a ela cabe, sim, mexer na infraestrutura, mexer na educação, para melhorar, na saúde, para melhorar –, pois sobre a maioria penal, que foi o assunto que ela abordou hoje, cabe a nós do Poder Legislativo decidir, então, que as ruas venham. Elas serão muito bem-vindas e serão ouvidas com o respeito que merecem. São líderes de manifestações que falam com absoluta clareza, com isenção, e que são merecedores do respeito daqueles que têm a obrigação de fazer as leis.

Ouvi, portanto, com muito respeito, as manifestações de lideranças, que declararam que vão procurar o Congresso Nacional. Serão recebidos aqui pelo meu Partido e por todos os partidos, tenho certeza, com tapete vermelho, pelo respeito que o Brasil tem que ter com representantes da sociedade que estão mostrando o que o Brasil quer.

Muito obrigado, Presidente.

*Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Alvaro Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.*

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento, Senador José Agripino.

Registro a presença de integrantes da Confederação Brasileira de Empresas Juniores, seu Presidente e também consultores jurídicos, que estão visitando o Congresso Nacional. Sejam todos bem-vindos.

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, para fazer uso da palavra, pela Liderança do PCdoB, por cinco minutos. Senadora Vanessa Grazziotin, V. Exª tem a palavra.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Acir. Agradeço a palavra.

Antes de iniciar meu pronunciamento, eu quero registrar a presença, aqui, no nosso plenário, Senador, do Embaixador do Equador no Brasil, Horacio, com quem eu acabo de estar. Tivemos uma reunião muito importante, tratando de assuntos que dizem respeito ao Equador, ao Brasil e a projetos mútuos que têm os nossos dois países.

Um desses projetos, Senador Acir – V. Exª, que é do Estado de Rondônia, vizinho ao Estado do Amazonas, deve ter conhecimento dele –, é o projeto Manta-Manaus, um projeto importante, no qual as exportações que deverão vir da Ásia poderão vir através do Porto de Manta, no Equador, haja vista esse ser o porto mais próximo à Ásia, e de lá trabalharem. É um sistema de transporte multimodal, Senador Acir: de Manta até Providência, ainda no Equador, por via terrestre; e de Providência até a cidade de Leticia, na Colômbia, que é uma cidade que faz fronteira com o Brasil, fronteira com a cidade de Tabatinga, no meu Estado do Amazonas, no Alto Rio Amazonas, no Alto Rio Solimões, e de Leticia-Tabatinga até Manaus, na Zona Franca, novamente, por balsas.

Há um estudo que mostra o quanto de economia as empresas fariam e o quanto de competitividade esse novo modal de transporte traria aos produtos fabricados na Zona Franca de Manaus. Para que V. Exª e quem nos escuta, neste momento, tenham uma ideia da quantidade de tempo que levam os produtos que vêm da Ásia para chegar – e boa parte dos insumos utilizados na fabricação dos produtos da Zona Franca vem importada da Ásia – pelo Canal do Panamá, são aproximadamente 40 a 60 dias. Aproximadamente, esse é o período que levam as exportações. Se houvesse a alternativa do Porto de Manta, essas mercadorias levariam de 31 a 35 dias, o que daria uma economia muito importante, repito.

Isso é bom para o Equador e é muito bom para o Brasil, também. Então, Embaixador, tenha certeza absoluta de que não apenas eu, representante, nesta Casa, do Estado do Amazonas, mas os demais Senadores que também representam o Estado do Amazonas e os demais Senadores que representam a Região Norte do País... Afinal de contas, a Zona Franca é de Manaus, mas é do Brasil e de toda a Amazônia Ocidental. Aliás, nós da Bancada do Amazonas temos sido insistentemente cobrados em relação a apoio a outros incentivos fiscais praticados no Brasil, em decorrência de que, nesses anos de existência da Zona Franca de Manaus, nós conseguimos construir, no Parlamento brasileiro, um reconhecimento e um apoio muito forte.

Creio que o projeto Manta-Manaus deva fazer parte da lista de prioridades do Governo Federal. Afinal de contas, hoje, nós vivemos momentos de dificuldades econômicas, mas são dificuldades passageiras, são dificuldades conjunturais. Não tenho dúvida nenhuma da capacidade do Estado brasileiro, do Governo brasileiro, do Parlamento brasileiro de superar este momento difícil para que, na sequência, possamos retomar todos os projetos que nos ajudem a alavancar a nossa economia.

Há poucos instantes, eu, que, infelizmente tive que me ausentar do plenário, ouvia o pronunciamento do Senador Requião, que levantava algumas premissas importantes, de bases importantes para a retomada do desenvolvimento e do crescimento econômicos do nosso País. E um dos itens por ele levantados é a necessidade de haver, de forma clara, uma política industrial bem-estabelecida. E, dentro dessa política industrial bem estabelecida, deve haver investimentos na nossa infraestrutura dirigidos às áreas prioritárias.

Eu quero aproveitar a sua presença, Embaixador Horacio, para fazer esse registro e para destacar também o fato de que V. Exª, como representante do Equador no Brasil, comemorou muito, como todos nós comemoramos, os resultados da Cúpula das Américas. Entendemos que, apesar das divergências que há no nosso continente, há hoje uma unidade muito forte, principalmente de países que têm o mesmo estágio de desenvolvimento – Equador, Bolívia, Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela –, e que, de forma importante, essas nações se uniram em defesa da democracia, em defesa da independência, em defesa da autodeterminação dos povos. Então, isso é muito importante, Embaixador, e tenha certeza V. Exª de que os interesses do povo equatoriano são os mesmos interesses do povo brasileiro. E será estreitando os nossos laços de amizade, os nossos laços culturais e também os nossos laços econômicos que vamos conseguir construir uma América Latina cada vez mais desenvolvida e que sirva cada vez melhor à sua gente. Então, é muito importante esse diálogo, como muito importante tem sido o diálogo do Brasil com os países, sobretudo, do continente latino-americano.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras e quem nos assiste pela TV Senado, eu fiz questão de voltar à tribuna neste momento para fazer um relato, o que já foi feito por outros Senadores e pela própria Senadora Ana Amélia, que participaram recentemente, no Vietnã, do encontro da União Interparlamentar. União Interparlamentar é uma entidade internacional que agrega Parlamentos do mundo inteiro. Em várias áreas, é uma entidade que tem trabalhos importantes de pesquisa e de levantamento de dados. E, na área que trata da questão de gênero, Sr. Presidente, eu ousou dizer que a União Interparlamentar faz um belo trabalho.

A Senadora Ana Amélia, que nos representou, representou o Parlamento brasileiro, nos trouxe a última versão do mapa político de gênero do mundo em relação aos Parlamentos. Esse mapa foi atualizado em janeiro, agora, do ano de 2015, e mostra a situação de todos os países através de cores.

Aqui está o nosso País, o Brasil, em amarelo, e, reparem, no nosso continente somos o único país em amarelo. Temos países com outras cores porque todos eles têm uma situação de participação feminina muito mais importante e muito mais significativa do que a do Brasil.

Aqui é uma graduação dos países e o percentual que cada um tem em relação à presença da mulher no Parlamento.

Na primeira linha, nós temos um percentual cuja presença das mulheres varia de 50% a 65%. São três países nessa primeira lista de 50% a 65%: Ruanda, Bolívia e Andorra.

Na segunda lista, temos uma participação feminina que varia de 40% a 49,9%, e aí temos nove países, entre eles: Cuba, Suécia, Finlândia, Equador, África do Sul, Islândia e Espanha.

E, pulando as demais tabelas, temos aqui a lista dos países que têm uma presença feminina no Parlamento que varia de 5% a 9,9%, e aqui está o Brasil nessa lista, lamentavelmente. Digo isso porque nós estamos concluindo, juntamente com as Consultorias do Senado e da Câmara, um trabalho de atualização do nosso estudo acerca da nossa presença no Parlamento do Brasil, incluindo um estudo das últimas eleições.

Deveremos em breve lançar aqui no Congresso Nacional essa nova edição, mostrando a nossa presença no Parlamento brasileiro com maiores detalhes. E a partir daí nos baseamos para que nossa campanha ganhe força dentro da opinião pública, porque, quando nós falamos da necessidade da reforma do Estado brasileiro, da reforma das estruturas do Estado brasileiro, nós temos que levar em consideração que algumas questões são inadiáveis. Uma delas é uma mudança na legislação político-eleitoral brasileira, facilitando mais a presença da mulher no Parlamento. Não é verdadeira a análise de que a mulheres não são Parlamentares porque não têm interesse ou vocação; não é verdade. O que separa a mulher, o que tira a mulher do Parlamento é a estrutura cultural, econômica, social, mas, sobretudo, de organização político-partidária.

Acabei de citar o exemplo aqui de outros países na Europa. Já foi o tempo em que a maior parte dos países utilizavam as cotas por lei. Hoje não precisam mais, porque os partidos avançaram de tal forma que as relações de candidatos entregues apresentam-se em listas fechadas, onde já há alternância de gênero natural, dentro dos partidos políticos, sejam conservadores, sejam socialistas, sejam trabalhistas. Por isso, a média de participação das mulheres nos Parlamentos dos países europeus varia de vinte e cinco por cento a trinta e poucos por cento, chegando até a quarenta e poucos por cento.

No nosso continente, não é diferente. O que precisamos é aproveitar esse intenso debate político e promover essas mudanças de forma corajosa, Sr. Presidente, porque, cada vez mais, temos que buscar uma representação efetiva da sociedade brasileira. Na sociedade brasileira, o protagonismo feminino tem sido muito forte. Nós somos responsáveis por mais de 40% do PIB. Ou seja, mais de 40% da mão de obra brasileira é mão de obra feminina. O nível de escolaridade das mulheres hoje no Brasil é superior ao dos homens. Mas essa importância social, econômica que tem as mulheres no Brasil não é refletida nas Casas Parlamentares, nas Casas Legislativas.

Então, em decorrência disso é que nos mantemos muito organizadas, muito unidas. Como fizemos o lançamento da campanha em São Paulo, deveremos estar em outros Estados, a partir do final do mês de abril e início de maio.

Seria importante, Senador Acir, que V. Ex<sup>a</sup> desse total apoio. Nós temos duas Deputadas Federais no Estado de Rondônia, Marinha Raupp e Mariana, duas mulheres importantes. Num Estado que tem representação de oito, ter duas mulheres é importante, é acima da média. Então, devemos ir, estamos acertando, Senadora Ângela e a Bancada do Amazonas, para que façamos o lançamento um dia em Manaus, outro dia em Roraima. Poderíamos fazer a mesma coisa com o Acre: um dia no Acre e outro dia no Estado de Rondônia. De tal forma que queremos andar o Brasil inteiro, estamos programando para fazer o lançamento e a divulgação da nossa campanha: Mais Mulheres na Política, em todo o Brasil.

Deixo claro que a nossa proposta muda o tipo de cota.

Hoje, nós temos uma cota de gênero, que é de 30% para chapas de candidaturas; nós queremos essa cota efetivamente para as cadeiras. Entendemos que esse é o passo que o Brasil precisa dar até que sejam dadas condições econômicas, culturais e políticas mais favoráveis a que a mulher, por si só e naturalmente, ocupe um espaço que também é de direito seu ao lado dos homens.

Então, eu agradeço muitíssimo a V. Ex<sup>a</sup>, que dirige os trabalhos e me garante esta oportunidade para mais uma vez falar a respeito da luta das mulheres brasileiras por uma maior participação na política de nosso País.

Muito obrigada.



**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senadora Vanessa Grazziotin.

Dou as boas-vindas ao Embaixador do Equador, Dr. Horacio Sevilla Borja. Seja bem-vindo ao Senado Federal.

### **DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.**

**A SRª ÂNGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, o Ministério da Saúde lançou ontem (07), o livro “Alimentos Regionais Brasileiros”, edição 2015, para marcar a passagem este ano, do Dia mundial de Saúde.

Em produção atraente desde a arte até o conteúdo, recheado de comidas típicas de cada região e dicas de como cozinhar com mais saúde, o livro tem o objetivo principal de estimular a população para o consumo de uma alimentação saudável capaz de promover saúde e mais qualidade de vida, reduzindo a obesidade, diabetes, hipertensão e outras doenças.

Com a campanha publicitária “Da Saúde se Cuida Todos os Dias”, folders, cartazes, banner na internet e posts em redes sociais, o Ministério da Saúde reforça seu objetivo de dar mais foco à Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), que visa incentivar mudanças de comportamento sobre a alimentação social e individual.

É importante ressaltar que a campanha do Governo Federal de promover uma extensa campanha publicitária de incentivo a hábitos saudáveis de alimentação, especialmente, em escolas, tem origem nos dados da pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel 2014) que revelou apenas 24,1% da população brasileira consome a quantidade de frutas e hortaliças recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em cinco ou mais dias da semana.

Para a OMS, a ingestão necessária é de pelo menos 400 gramas desses alimentos diariamente. Esse consumo é ainda menor entre os homens, quando o índice é de 19,3%, e maior entre as mulheres, 28,2%.

Esta pesquisa mostra, também, que 29,4% da população ainda consome carne com excesso de gordura, apesar de o índice ter apresentado queda ao longo dos anos – saindo de 32,3% em 2007. Os dados são reveladores de que homens brasileiros consomem duas vezes mais, com 38,4%, enquanto entre as mulheres o índice cai para 21,7%.

Todavia, a Vigitel 2014 apontou fatos positivos, como o de que o brasileiro diminuiu em 20%, nos últimos seis anos, a ingestão de refrigerante. Esse fato já um alento no universo em que mais de 20,8% da população faz uso de refrigerantes cinco vezes ou mais na semana, sendo 23,9% entre os homens e 18,2% entre as mulheres.

No ato de lançamento do livro, o ministro da Saúde Arthur Chioro, destacou o compromisso do governo federal de priorizar alimentação segura e saudável para toda a população deste país, que é belo, mas, sobretudo, rico em alimentos em geral e que precisa valorizar cada vez mais, sua cultura, seus saberes e suas práticas regionais.

No livro, a região Norte, rica em frutas, hortaliças, leguminosas e cereais, figura uma lista de alimentos sugestivos para serem usadas na alimentação escolar. São eles: abricó, abiu, açaí, araçá, bacaba, banana-pacova, bacuri, biriba, buriti, cajarana, castanha do Pará, castanha do Brasil e castanha da Amazônia, camu-camu, cubiu, cutite, guaraná, cupuaçu, murici, jambo, ingá, inajá, mangaba, pupunha, piquiá, sapota do Solimões, sorva, taperebá, tucumã, umori e uxi. As hortaliças da região norte são: Bertalha, espinafre-d’água, jambu, maxixe-do-reino e quiabo de metro. A região também possui ervas Pimenta do reino e chicória-do-pará, muito usadas na culinária local, além do Feijão regional. O levantamento do alimentos regionais foi feito durante oficinas de culinárias, realizadas em cada região do país, em que foram preparadas comidas com base em pratos tradicionais locais.

A ação estratégica do governo federal de incentivar por meio de campanha publicitária, a prática de alimentação saudável, especialmente nas escolas, busca estimular o uso de frutas in natura, em lugar de alimentos industrializados, como barras de cereais, macarrão instantâneo, salgadinhos de pacote, refrigerantes e outros.

Enfim, a relação dos alimentos disponíveis em cada região está, agora, à disposição de todos e todas. A forma de prepará-los e consumi-los está ao alcance de quem tem vocação e aptidão para tal. Portanto, penso que este livro chega em uma boa hora e, para seu sucesso, peço a atenção de pais, professores, educadores e cuidadores de crianças e de idosos, bem como de pesquisadores e especialistas em alimentação, para a importância de contribuírem com a promoção da saúde da população, desde a infância.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

Muito obrigado.

*(Levanta-se a sessão às 17 horas e 21 minutos.)*



## CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS

### **ATA DA 126ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DA SECRETARIA INTEGRADA DE SAÚDE**

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia três de dezembro do ano de dois mil e catorze, no Gabinete da Primeira Vice-Presidência do Senado Federal, reuniu-se o Conselho de Supervisão da Secretaria Integrada de Saúde. Presentes o Senador Jorge Viana, Presidente do Conselho; o senhor Humberto Lucena Pereira da Fonseca, Diretor-Geral Adjunto de Contratações, como Vice-Presidente do Conselho; os senhores conselheiros Rodrigo Martins Brum, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP; Oliven Duarte de Almeida, Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN; Walter Braga de Ataíde, Diretor da Secretaria Integrada de Saúde - SIS; Juliano Sávio Barbosa Eirado, representante dos servidores ativos; e Paulo Fontenele e Silva, representante dos servidores inativos. Na qualidade de Secretário, o senhor Diretor-Adjunto da SIS, Kairala José Kairala Filho. Presentes também o senhor Yulo Sasaki, Assessor; o senhor Paulo Emilio Dantas Nazaré, Chefe de Gabinete; os senhores Alessandro Pereira de Albuquerque e Carlos Rafael de Aguiar Nery, da Secretaria de Tecnologia da Informação - PRODASEN; o senhor César Ricardo Kich e Souza, do Serviço Técnico Jurídico - SETEJU; e a senhora Carla Peixoto Valladares, do Gabinete Administrativo da SIS - GBSIS. O senhor Presidente do Conselho, Senador Jorge Viana, deu início aos trabalhos. Item I) Estudo do impacto financeiro do reajuste da tabela de honorários médicos, aprovada na 125ª Reunião Ordinária do Conselho. A SIS apresentou estimativa anual das despesas decorrentes do reajuste de 6,33%, aplicado às tabelas de honorários médicos. Item II) Discussão da Instrução Normativa que regulamenta a Assistência Odontológica. O Conselho aprova a Instrução Normativa nº 6, que regulamenta a Assistência Odontológica aos beneficiários da SIS, anexa a esta ata. Os serviços serão oferecidos a partir da formalização do aditivo ao convênio com o Saúde Caixa, ocasião em que a contribuição mensal por beneficiário ficará aumentada em R\$ 18,00 (dezoito reais). Item III) Relatório de despesas da SIS. Conforme solicitação do Conselheiro Paulo Fontenele na 124ª Reunião Ordinária, a SIS apresentou ao Conselho relatório de despesas referentes ao ano de 2013 (integral) e 2014 (janeiro a agosto), divididas em suas principais categorias de gastos. Item IV) Aplicação da Resolução do Conselho de Saúde Suplementar - CONSU Nº 8, de 1998. O Conselho deliberou pelo indeferimento da proposta de aplicação do art. 4º, inciso V, da Resolução CONSU nº 8, aos casos de divergência médica ou odontológica a respeito da concessão de autorizações prévias no âmbito da SIS. Neste momento, o Presidente do Conselho, Senador Jorge Viana, deixou a reunião, passando a Presidência ao senhor Humberto Lucena. Item V) Documento 00100.076628/2014-61. Conselheiro Rodrigo Brum apresenta relatório referente ao pedido de ressarcimento das despesas com internação para tratamento de obesidade. O Conselho deliberou por unanimidade acompanhar o parecer do relator, deferindo o ressarcimento das despesas de internação do beneficiário, limitado ao valor máximo das diárias indicado no parecer. Item VI) NA 0049/2014. Pedido de reavaliação de negativa para liberação de CPAP. Recurso indeferido, com base no art. 38, inciso XI, da Resolução nº 35, de 2012, que exclui da cobertura da SIS aparelhos CPAP, BIPAP e congêneres. Item VII) NA 0115/2014. Pedido de reinclusão no plano da SIS com quebra de carência. Recurso indeferido, com base no art. 18 da Resolução nº 35, de 2012, que determina a obrigatoriedade de cumprimento dos prazos de carência em casos de reinscrição. Item VIII) Documento nº 00100.051228/2014-43. Pedido de liberação de reembolso - reavaliação de caso. Seguindo o parecer do Serviço de Perícia Médica da SIS, o Conselho decidiu pela continuidade do reembolso, mantido o valor anteriormente estipulado. A substituição dos aparelhos em uso por similar de nova geração

fica condicionada à confirmação de que o valor mínimo para sua locação não é inferior ao valor já autorizado, por meio de pesquisa de preço realizada nos mesmos moldes da pesquisa anterior. Item IX) Documento nº 00100.085034/2014-41. Beneficiária gestante com previsão de exoneração de cargo comissionado solicita permanência no plano de saúde. Aprovada a permanência da servidora gestante na SIS, estendendo-se a cobertura até 30 dias após o parto, com pagamento das contribuições e da participação nas despesas médicas por meio de boleto bancário. O Conselho decidiu que, até que seja elaborada instrução normativa sobre o assunto, casos semelhantes serão resolvidos da mesma forma, desde que a servidora tenha cumprido os prazos de carência pertinentes. Item X) Documento nº 00100.080380/2014-33. Pedido de quebra de carência para cirurgia de gastroplastia laparoscópica. Recurso indeferido, nos termos do art. 13 da Resolução nº 35, de 2012. Item XI) Documento nº 00100.079608/2014-42. Pedido de ressarcimento integral de Cirurgia Micrográfica de Mohs. O Conselho deliberou pelo ressarcimento três vezes superior ao valor da tabela aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 2014. Item XII) Processo nº 00200.012401/2014-60. Solicita aquisição de medicação. Deferido nos termos do art. 7º da Instrução Normativa nº 3, de 2014, desde que comprovada a autorização do uso da medicação no Brasil pelos órgãos reguladores. Item XIII) Documento nº 00100.043940/2014-79. Mandado de citação e intimação. Comunicado ao Conselho o recebimento de mandado de citação e intimação judicial para autorização de cirurgia de osteotomia tipo Lefort 1. Extrapauta I) Gerenciamento dos Recursos do Fundo de Reserva. O Conselho solicitou à comissão de que trata o art. 49 do Regulamento, formada pelos Conselheiros Olivan e Paulo Fontenele, um estudo das aplicações financeiras do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, a ser apresentado para deliberação na próxima Reunião Ordinária. Extrapauta II) Eleições para o Conselho. A SIS iniciará em dezembro o processo de convocação para a eleição de dois conselheiros titulares e dois suplentes, representantes dos servidores ativos, e dois conselheiros titulares e dois suplentes, representantes dos servidores inativos, para início de mandato em fevereiro de 2015, conforme estabelece o art. 55 da Resolução nº 35, de 2012. Extrapauta III) Processo nº 00200.013503/2014-01. Pedido de quebra de carência para dependente. Indeferido, com base no Comunicado nº 9, de 2003, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que esclarece que sistemas de desconto não são planos de assistência à saúde e não possuem garantias junto à ANS, sendo, portanto, inválido para fins de isenção de prazos de carência. Nada mais havendo a tratar, o Vice-presidente, no exercício da Presidência, senhor Humberto Lucena Pereira da Fonseca, deu por encerrada a reunião do Conselho de Supervisão da Secretaria Integrada de Saúde, às doze horas e trinta minutos do dia três de dezembro do ano de dois mil e catorze, e, para constar, eu, Kairala José Kairala Filho, na condição de Secretário da presente reunião do Conselho de Supervisão da SIS, lavrei a Ata, que, após lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Vice-presidente e demais conselheiros presentes à reunião. Gabinete da Primeira Vice-presidência do Senado Federal, em 03 de dezembro de 2014.

**Humberto Lucena Pereira da Fonseca - Vice-Presidente, Juliano Sávio Barbosa Eirado - Olivan Duarte de Almeida - Paulo Fontenele e Silva - Rodrigo Martins Brum - Walter Braga de Ataíde, Conselheiros.**

#### ANEXO I

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, de 2014,**

#### **DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DA SIS**

Regulamenta a Assistência Odontológica aos beneficiários da SIS.

**O CONSELHO DE SUPERVISÃO DA SECRETARIA INTEGRADA DE SAÚDE DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º do Ato da Comissão Diretora Nº 10, de 2014; bem como o inciso II do art. 56 do Regulamento da Secretaria Integrada de Saúde - SIS, aprovado pela Resolução nº 35, de 15 de agosto de 2012, na forma do que estabelece o § 2º do mesmo artigo, e tendo em vista a decisão deste Conselho na 126ª Reunião Ordinária, realizada em 03 de dezembro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º A Assistência Odontológica compreende o atendimento prestado por empresas,

instituições ou profissionais autônomos, com registro nos Conselhos Regionais de Odontologia, para fins de prevenção, promoção, recuperação e manutenção da saúde bucal.

Parágrafo único. A Assistência Odontológica pode ser prestada em ambiente ambulatorial, domiciliar ou hospitalar.

Art. 2º A Assistência Odontológica abrange as especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Odontologia, e engloba as seguintes modalidades:

I - Escolha dirigida - para todos os procedimentos cobertos pela rede credenciada;

II - Livre escolha - para tratamentos com prótese fixa unitária, núcleo intra-radicular, prótese parcial removível, prótese total e placa interoclusal, bem como outros procedimentos não cobertos pela rede credenciada, observado o disposto no parágrafo único.

Parágrafo único. Procedimentos relacionados à ortodontia (exceto ortodontia funcional infantil até os 16 anos), implantodontia, próteses sobre implantes, e tratamentos realizados para fins estéticos não serão cobertos.

Art. 3º Os valores de referência para procedimentos odontológicos cobertos pela rede credenciada constarão em tabela própria, adotada e atualizada pela entidade conveniada, que utilizará os códigos constantes na Tabela Unificada em Saúde Suplementar (TUSS), conforme exigência da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Art. 4º O ressarcimento de procedimentos realizados sob a modalidade livre escolha deverá ser solicitado em até 60 dias a contar da emissão da nota fiscal ou do recibo de pagamento, e obedecerá aos valores da tabela adotada pela SIS, dele deduzindo-se a importância correspondente à participação financeira do beneficiário-titular na despesa.

§1º O ressarcimento será concedido mediante apresentação de recibo de pagamento ou nota fiscal quitada, em nome do beneficiário-titular ou de seu dependente, acompanhados de declaração de término do tratamento assinada pelo profissional e pelo paciente, ou seu responsável, e da autorização prévia da auditoria da SIS.

§2º A SIS pode, a qualquer tempo, solicitar apresentação de exames de imagem, laudos, relatórios, prontuários e outros documentos pertinentes à comprovação dos procedimentos realizados.

Art. 5º A autorização prévia para execução dos procedimentos de Assistência Odontológica será realizada:

I - pelos cirurgiões-dentistas auditores da SIS, para atendimentos realizados pela rede credenciada do Distrito Federal;

II - pela auditoria técnica da entidade conveniada, para atendimentos realizados pela rede credenciada dos demais Estados da Federação, mediante o encaminhamento da documentação exigida.

§1º A autorização prévia será dispensada em casos de urgência e emergência, circunstância em que o profissional ou a entidade responsável pelo atendimento, pertencente à rede credenciada, encaminhará à SIS a guia de tratamento odontológico preenchida, as radiografias de diagnóstico, o laudo odontológico e demais documentos que justifiquem o pronto-atendimento, podendo o auditor da SIS convocar o paciente para a auditoria presencial, quando necessário.

§2º Procedimentos referentes à consulta inicial, profilaxia, raspagem supragengival, aplicação tópica de flúor e radiologia odontológica dispensam a autorização prévia, observados



os prazos de carência entre procedimentos discriminados na tabela odontológica adotada.

Art. 6º A SIS pode, a qualquer tempo, determinar a realização de auditoria presencial ou documental de procedimentos odontológicos sob sua assistência, bem como dispensar a realização de auditorias presenciais, em casos devidamente justificados, e respaldados por parecer fundamentado.

§1º A auditoria presencial consiste no exame clínico do beneficiário, sendo obrigatória para os procedimentos descritos na tabela odontológica como sujeitos a autorização prévia.

§2º Os pacientes que faltarem à auditoria agendada na SIS terão até cinco dias úteis após o dia do agendamento para apresentar justificativa, sob pena de pagamento referente a uma consulta odontológica, a ser descontado na contribuição do beneficiário-titular no mês subsequente.

§3º A auditoria odontológica será realizada exclusivamente por cirurgiões-dentistas servidores do Senado Federal, preferencialmente treinados em auditoria de sistemas de saúde.

Art. 7º O beneficiário-titular e os beneficiários-dependentes inscritos na SIS na data da publicação desta Instrução Normativa não se submetem aos prazos de carência previstos no art. 13 da Resolução nº 35, de 2012, para a realização de tratamentos ou procedimentos odontológicos.

Parágrafo único. A tabela a que se refere o art. 3º determinará o período de intervalo mínimo a ser observado entre a realização dos procedimentos odontológicos.

Art. 8º Os cirurgiões-dentistas auditores da SIS serão responsáveis pela análise dos pagamentos referentes aos procedimentos odontológicos realizados no âmbito do Distrito Federal, bem como pela contra-auditoria dos faturamentos executados pela auditoria técnica da entidade conveniada, nos demais Estados da Federação.

Parágrafo único. Casos comprovados de pagamento indevido realizado pela entidade conveniada poderão ser exigidos dos beneficiários-titulares pela contra-auditoria da SIS.

Art. 9º O beneficiário-titular sujeitar-se-á ao pagamento integral de despesas, provocadas pelo próprio ou por seus dependentes, decorrentes de:

I - atendimento por empresa, instituição ou profissional não pertencente à rede conveniada, para realização de procedimentos cobertos pelo plano;

II - falta injustificada à sessão agendada com o cirurgião-dentista responsável pelo atendimento;

III - procedimentos realizados ou repetidos dentro do prazo de carência, observado o disposto no art. 7º desta instrução normativa;

IV - ausência injustificada à auditoria agendada, nos termos do art. 6º desta instrução normativa.

Art. 10. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Vice-presidente do Conselho de Supervisão da SIS.

*Observações:*

- Publicação extraída do Boletim original nº: 5653, Seção 2, de 09/01/2015

**CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS****ATA DA 127ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DA SECRETARIA INTEGRADA DE SAÚDE**

Às dez horas e cinco minutos do dia quatro de fevereiro do ano de dois mil e quinze, no Gabinete da Primeira Vice-Presidência do Senado Federal, reuniu-se o Conselho de Supervisão da Secretaria Integrada de Saúde. Presentes o Diretor-Geral Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Vice-Presidente do Conselho de Supervisão; os senhores conselheiros Rodrigo Martins Brum, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP; Olivan Duarte de Almeida, Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN; Walter Braga de Ataíde, Diretor da Secretaria Integrada de Saúde - SIS; Juliano Sávio Barbosa Eirado, representante dos servidores ativos; Paulo Cesar Siqueira Birbeire e Paulo Fontenele e Silva, ambos representantes dos servidores inativos. Na qualidade de Secretário, o senhor Diretor-Adjunto da SIS, Kairala José Kairala Filho. Presentes também o senhor Humberto Lucena Pereira da Fonseca, Diretor-Geral Adjunto de Contratações; os senhores Bruno Cristiano de Souza Figueiredo e Ana Maria Alves Soares de Castro, do Serviço de Perícia Médica da SIS; e a senhora Carla Peixoto Valladares, do Gabinete Administrativo da SIS - GBSIS. O senhor Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho assumiu a presidência e deu início aos trabalhos. O Conselho autorizou a inversão da ordem da pauta, iniciando pelas discussões relativas ao item II. Item II) Relatório sobre cotações de Órteses, Próteses e Materiais Especiais. Os representantes do Serviço de Perícia Médica apresentaram relatório, referente ao ano de 2014, contendo 122 casos de orçamento de materiais cirúrgicos superiores ao valor de mercado, que foram renegociados pela SIS, gerando uma economia de R\$ 3.844.839,11. Após a apresentação, os senhores Bruno Figueiredo e Ana Maria de Castro deixaram a reunião, bem como o Presidente do Conselho, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, passando a Presidência ao senhor Humberto Lucena Pereira da Fonseca. Extrapauta I) Processo nº 00200.032083/2010-20. O Conselho deliberou pela manutenção do pedido de consulta à ADVOSF sobre a conduta em caso de despesas decorrentes de atos de imperícia ou negligência por parte dos prestadores de serviços de saúde. Item I) Avaliação atuarial. A SIS informou que foi assinado contrato com a empresa Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda., para prestação de serviços de consultoria técnica atuarial. O prazo para apresentação do cálculo atuarial é de 90 dias a partir do recebimento, pela empresa, dos dados financeiros da Secretaria. Item III) Comunicado sobre o início da assistência odontológica. O Conselho deliberou pelo cancelamento da cobrança, no mês de janeiro, dos R\$ 18,00 (dezoito reais) referentes à assistência odontológica, visto que o atendimento na rede credenciada tem início previsto para o dia 09 de fevereiro de 2015, a pedido do Saúde Caixa. Item IV) Lei 10.185/2001. Enquadra o seguro-saúde como plano privado de assistência à saúde e modalidade passível de portabilidade, devendo a regra ser aplicada no âmbito da SIS. Item V) Processo nº 00200.012401/2014-60 - Percentual de participação na aquisição de medicação. O Conselho confirmou a aplicação do artigo 7º da Instrução Normativa nº 3, fixando em 50% o percentual de reembolso da compra de medicamento autorizado em sua 126ª reunião. Item VI) Documento nº 00100.093238/2014-56 - Requerimento de manutenção de vínculo com a SIS. Indeferido o requerimento de manutenção de vínculo com a SIS, restando ao requerente a possibilidade de sua reinscrição, nos termos do artigo 18 da Resolução nº 35, de 2012. Item VII) Documento nº 00100.074625/2014-93 - Requerimento de reembolso apresentado fora do prazo. O Conselho deliberou pelo indeferimento do requerimento de reembolso apresentado em tempo posterior à expiração da autorização prévia, conforme determinação do artigo 67 da Resolução nº 35, de 2012. Item VIII) Processo nº 00200.012087/2014-15 - Pensionista solicita inclusão de dependente. O Conselho orienta a SIS a autorizar a inclusão do beneficiário-dependente, nos termos do artigo 6º, parágrafo único, da Resolução nº 35, de 2012, desde que fique comprovada a sua condição de estudante regularmente matriculado em instituição de ensino superior no dia em que completou 21 anos, momento em que perdeu a condição de pensionista e, portanto, de beneficiário titular da SIS, devendo ser a inclusão indeferida se o ingresso na instituição de ensino se deu posteriormente a essa data, uma vez que o art. 6º do Regulamento proíbe a inscrição de dependente por pensionista, exceto na hipótese do parágrafo primeiro. Item IX) Processo nº 00200.000695/2015-68. Beneficiário apresenta fatos novos e solicita revisão da decisão do Conselho sobre o ressarcimento de internação para tratamento de obesidade. Processo retorna para relatoria do Conselheiro Rodrigo, dada a prevenção da matéria. Item X) Processo nº 00200.027861/2011-40 - Apresentação do parecer do Conselheiro relator sobre o processo que versa sobre exclusão da beneficiária do plano de saúde. Sobrestado até a próxima reunião. Item XI) Processo nº 00200.010596/2014-11. COBEP solicita informações sobre como proceder em caso de falecimento de beneficiário-titular, no período em que o titular da pensão, automaticamente desligado, fica sem cobertura do plano. O Conselho deliberou por estender a cobertura da SIS em até 60 dias após o falecimento do beneficiário-titular, período em que deve ser apresentado o ato concessório da pensão e os demais documentos previstos em regulamento, para que seja realizada sua inscrição como beneficiário de pensão vitalícia, nos termos do artigo 11, da Resolução nº 35, de 2012. Item XII) Documento nº 00100.091807/2014-29 - Beneficiário solicita aquisição de medicação. Deferido, nos termos do artigo 7º da Instrução Normativa nº 3, de 2014, desde que comprovada a autorização do uso da medicação no Brasil



pelos órgãos reguladores. Item XIII) Documento nº 00100.005072/2015-18 - Recurso de indeferimento de requerimento de aquisição de medicação. Baseando-se no parecer do Serviço de Perícia Médica, que reconhece a indicação técnica da medicação, o Conselho deferiu o recurso, autorizando a sua aquisição, em razão de fazer parte dos procedimentos pré-operatórios para diminuição de tumores, com vistas ao aumento da efetividade da intervenção cirúrgica, à redução de riscos à saúde e de custos decorrentes de complicações. Item XIV) Proposta de inclusão de termo de reconhecimento de dívida com a SIS no momento do desligamento do beneficiário-titular do Senado Federal. O Conselho deliberou pela aplicação do preceito do artigo 14, da Resolução nº 35, de 2012. Extrapauta II) Documento nº 00100.006261/2015-08 - Servidor comissionado exonerado solicita permanência de sua beneficiária-dependente gestante no plano de saúde, em caráter especial. O Conselho aplicou o mesmo entendimento adotado na 126ª reunião para o caso de exoneração de servidora comissionada gestante, e aprovou a permanência da beneficiária-dependente gestante na SIS, estendendo-se a cobertura até 30 dias após o parto, com pagamento das contribuições e de sua participação nas despesas médicas por meio de boleto bancário. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião do Conselho de Supervisão da Secretaria Integrada de Saúde, às doze horas e trinta minutos do dia quatro de fevereiro do ano de dois mil e quinze, e, para constar, eu, Kairala José Kairala Filho, na condição de Secretário da presente reunião do Conselho de Supervisão da SIS, lavrei a Ata, que, após lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Vice-presidente e demais conselheiros presentes à reunião. Gabinete da Primeira Vice-presidência do Senado Federal, em 04 de fevereiro de 2015.

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência - **Juliano Sávio Barbosa Eirado** - **Olivan Duarte de Almeida** - **Paulo Cesar Siqueira Birbeire** - **Paulo Fontenele e Silva** - **Rodrigo Martins Brum** - **Walter Braga de Ataíde**, Conselheiros.

*Observações:*

- Publicação extraída do Boletim original nº. 5698 Seção 2, de 02.03.2015

**CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS****ATA DA 128ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DA SECRETARIA INTEGRADA DE SAÚDE**

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia quatro de março do ano de dois mil e quinze, no Gabinete da Primeira Vice-Presidência do Senado Federal, reuniu-se o Conselho de Supervisão da Secretaria Integrada de Saúde. Presentes a Diretora-Geral Ilana Trombka, Vice-Presidente do Conselho de Supervisão; os senhores conselheiros Rodrigo Martins Brum, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP; Olivan Duarte de Almeida, Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN; Gustavo Korst Fagundes, Diretor da Secretaria Integrada de Saúde - SIS; Juliano Sávio Barbosa Eirado, representante dos servidores ativos; e Paulo Cesar Siqueira Birbeire, representante dos servidores inativos. Na qualidade de Secretário, o senhor Diretor-Adjunto da SIS, Kairala José Kairala Filho. Presentes também o senhor Humberto Lucena Pereira da Fonseca, Diretor-Geral Adjunto de Contratações; o senhor Yulo Sasaki, Assessor; o senhor César Ricardo Kich e Souza, do Serviço Técnico Jurídico - SETEJU; a senhora Maria Cecília Rosa Bernardo, do Gabinete Administrativo da SEGP; e a senhora Carla Peixoto Valladares, do Gabinete Administrativo da SIS - GBSIS. A senhora Ilana Trombka assumiu a presidência e deu início aos trabalhos, prestando elogios à gestão do Dr. Walter Braga de Ataíde à frente da Diretoria da SIS, e deixando registrados os agradecimentos por sua atuação na condução da Secretaria. Item I) Processo nº 00200.000695/2015-68 - Beneficiário solicita revisão dos valores autorizados para ressarcimento de internação em clínica de emagrecimento. Aprovado o parecer do relator por unanimidade, no sentido da manutenção do valor do ressarcimento deliberado anteriormente, bem como do ressarcimento das despesas correspondentes aos serviços terapêuticos previstos nas tabelas adotadas pelo SIS, além da possibilidade de extensão do período de internação, desde que confirmada a necessidade pelo Serviço de Perícia Médica. Indeferidas as demais solicitações. Item II) Processo nº 00200.027861/2011-40 - Deliberação sobre processo que versa sobre exclusão de beneficiária do plano de saúde. Seguindo o parecer do conselheiro relator, o Conselho decidiu pela manutenção da beneficiária no plano de saúde. Item III) Documento nº 00100.007034/2015-91 - Beneficiária aposentada solicita sua exclusão do plano odontológico. Indeferido, visto que não se trata de plano odontológico individualizado, mas de ampliação da cobertura do SIS, implementada pela Comissão Diretora para todos os beneficiários, com base em cálculos atuariais. Item IV) Documento nº 00100.010504/2015-02 - Beneficiário requer ao Conselho ressarcimento de medicamento adquirido fora do país. Deferido, observadas as disposições da Instrução Normativa nº 3, de 2014. Extrapauta I) O conselheiro Gustavo Korst apresentou palestra sobre redução do custo de cirurgias de coluna em centros especializados de tratamento, comparando-os com os dados da SIS referentes ao ano de 2014. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião do Conselho de Supervisão da Secretaria Integrada de Saúde, às onze horas e trinta minutos do dia quatro de março do ano de dois mil e quinze, e, para constar, eu, Kairala José Kairala Filho, na condição de Secretário da presente reunião do Conselho de Supervisão da SIS, lavrei a Ata, que, após lida e aprovada, é assinada pela Senhora Vice-presidente e demais conselheiros presentes à reunião. Gabinete da Primeira Vice-presidência do Senado Federal, em 04 de março de 2015.

**Ilana Trombka**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, **Gustavo Korst Fagundes** - **Juliano Sávio Barbosa Eirado** - **Olivan Duarte de Almeida** - **Paulo Cesar Siqueira Birbeire** - **Rodrigo Martins Brum**, Conselheiros.

*Observações:*

- Publicação extraída do Boletim original nº: 5715 Seção 2, de 24.03.2015

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**

(por Unidade da Federação)

**Bahia**

**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*  
**Bloco-PSD** - Otto Alencar\*\*

**Rio de Janeiro**

**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*  
**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Bloco-PSB** - Romário\*\*

**Maranhão**

**Bloco-PMDB** - Edison Lobão\*  
**Bloco-PMDB** - João Alberto Souza\*  
**Bloco-PSB** - Roberto Rocha\*\*

**Pará**

**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*  
**Bloco-PMDB** - Jader Barbalho\*  
**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*\*

**Pernambuco**

**Bloco-PTB** - Douglas Cintra\* (S)  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*  
**Bloco-PSB** - Fernando Bezerra Coelho\*\*

**São Paulo**

**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*  
**Bloco-PT** - Marta Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - José Serra\*\*

**Minas Gerais**

**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*  
**Bloco-PDT** - Zeze Perrella\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia\*\*

**Goiás**

**Bloco-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Bloco-DEM** - Wilder Moraes\* (S)  
**Bloco-DEM** - Ronaldo Caiado\*\*

**Mato Grosso**

**Bloco-PR** - Blairo Maggi\*  
**Bloco-PPS** - José Medeiros\* (S)  
**Bloco-PR** - Wellington Fagundes\*\*

**Rio Grande do Sul**

**Bloco-PP** - Ana Amélia\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**Bloco-PDT** - Lasier Martins\*\*

**Ceará**

**Bloco-PMDB** - Eunício Oliveira\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*  
**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*\*

**Paraíba**

**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*  
**Bloco-PMDB** - Raimundo Lira\* (S)  
**Bloco-PMDB** - José Maranhão\*\*

**Espírito Santo**

**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PMDB** - Ricardo Ferraço\*  
**Bloco-PMDB** - Rose de Freitas\*\*

**Piauí**

**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*  
**Bloco-PT** - Regina Sousa\* (S)  
**Bloco-PTB** - Elmano Férrer\*\*

**Rio Grande do Norte**

**Bloco-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*  
**Bloco-PT** - Fátima Bezerra\*\*

**Santa Catarina**

**Bloco-PMDB** - Luiz Henrique\*  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*  
**Bloco-PMDB** - Dário Berger\*\*

**Alagoas**

**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*  
**Bloco-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**Bloco-PTB** - Fernando Collor\*\*

**Sergipe**

**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Bloco-PSC** - Eduardo Amorim\*  
**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

**Mandatos**

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023

**Amazonas**

**Bloco-PMDB** - Sandra Braga\* (S)  
**Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin\*  
**Bloco-PSD** - Omar Aziz\*\*

**Paraná**

**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann\*  
**Bloco-PMDB** - Roberto Requião\*  
**Bloco-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

**Acre**

**Bloco-PT** - Jorge Viana\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*  
**Bloco-PP** - Gladson Cameli\*\*

**Mato Grosso do Sul**

**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*  
**Bloco-PMDB** - Waldemir Moka\*  
**Bloco-PMDB** - Simone Tebet\*\*

**Distrito Federal**

**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque\*  
**Bloco-PSD** - Hélio José\* (S)  
**Bloco-PDT** - Reguffe\*\*

**Rondônia**

**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*  
**Bloco-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*\*

**Tocantins**

**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira\* (S)  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*  
**Bloco-PT** - Donizeti Nogueira\*\* (S)

**Amapá**

**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*  
**Bloco-PSOL** - Randolfe Rodrigues\*  
**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*\*

**Roraima**

**Bloco-PT** - Angela Portela\*  
**Bloco-PMDB** - Romero Jucá\*  
**Bloco-PDT** - Telmário Mota\*\*



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

### Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-14 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz. ....	PDT / RO
Ana Amélia. ....	PP / RS
Angela Portela. ....	PT / RR
Benedito de Lira. ....	PP / AL
Ciro Nogueira. ....	PP / PI
Cristovam Buarque. ....	PDT / DF
Delcídio do Amaral. ....	PT / MS
Donizeti Nogueira. ....	PT / TO
Fátima Bezerra. ....	PT / RN
Gladson Cameli. ....	PP / AC
Gleisi Hoffmann. ....	PT / PR
Humberto Costa. ....	PT / PE
Ivo Cassol. ....	PP / RO
Jorge Viana. ....	PT / AC
José Pimentel. ....	PT / CE
Lasier Martins. ....	PDT / RS
Lindbergh Farias. ....	PT / RJ
Marta Suplicy. ....	PT / SP
Paulo Paim. ....	PT / RS
Paulo Rocha. ....	PT / PA
Regina Sousa. ....	PT / PI
Reguffe. ....	PDT / DF
Telmário Mota. ....	PDT / RR
Walter Pinheiro. ....	PT / BA
Zeze Perrella. ....	PDT / MG

### Bloco da Maioria - 22

PMDB-18 / PSD-4

Dário Berger. ....	PMDB / SC
Edison Lobão. ....	PMDB / MA
Eunício Oliveira. ....	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho. ....	PMDB / RN
Hélio José. ....	PSD / DF
Jader Barbalho. ....	PMDB / PA
João Alberto Souza. ....	PMDB / MA
José Maranhão. ....	PMDB / PB
Luiz Henrique. ....	PMDB / SC
Omar Aziz. ....	PSD / AM
Otto Alencar. ....	PSD / BA
Raimundo Lira. ....	PMDB / PB
Renan Calheiros. ....	PMDB / AL
Ricardo Ferraço. ....	PMDB / ES
Roberto Requião. ....	PMDB / PR
Romero Jucá. ....	PMDB / RR
Rose de Freitas. ....	PMDB / ES
Sandra Braga. ....	PMDB / AM
Sérgio Petecão. ....	PSD / AC
Simone Tebet. ....	PMDB / MS
Valdir Raupp. ....	PMDB / RO
Waldemir Moka. ....	PMDB / MS

### Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves. ....	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira. ....	PSDB / SP
Alvaro Dias. ....	PSDB / PR

Antonio Anastasia. ....	PSDB / MG
Ataídes Oliveira. ....	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima. ....	PSDB / PB
Davi Alcolumbre. ....	DEM / AP
Flexa Ribeiro. ....	PSDB / PA
José Agripino. ....	DEM / RN
José Serra. ....	PSDB / SP
Lúcia Vânia. ....	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves. ....	DEM / SE
Paulo Bauer. ....	PSDB / SC
Ronaldo Caiado. ....	DEM / GO
Tasso Jereissati. ....	PSDB / CE
Wilder Moraes. ....	DEM / GO

### Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi. ....	PR / MT
Douglas Cintra. ....	PTB / PE
Eduardo Amorim. ....	PSC / SE
Elmano Férrer. ....	PTB / PI
Fernando Collor. ....	PTB / AL
Magno Malta. ....	PR / ES
Marcelo Crivella. ....	PRB / RJ
Vicentinho Alves. ....	PR / TO
Wellington Fagundes. ....	PR / MT

### Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares. ....	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho. ....	PSB / PE
João Capiberibe. ....	PSB / AP
José Medeiros. ....	PPS / MT
Lídice da Mata. ....	PSB / BA
Randolfe Rodrigues. ....	PSOL / AP
Roberto Rocha. ....	PSB / MA
Romário. ....	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin. ....	PCdoB / AM

Bloco de Apoio ao Governo. ....	25
Bloco da Maioria. ....	22
Bloco Parlamentar da Oposição. ....	16
Bloco Parlamentar União e Força. ....	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia. ....	9
<b>TOTAL. ....</b>	<b>81</b>

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Luiz Henrique* (Bloco-PMDB-SC)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Marta Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

**Mandatos**

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL
--------------------------------------

**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

**1º VICE-PRESIDENTE**

Jorge Viana - (PT-AC)

**2º VICE-PRESIDENTE**

Romero Jucá - (PMDB-RR)

**1º SECRETÁRIO**

Vicentinho Alves - (PR-TO)

**2º SECRETÁRIO**

Zeze Perrella - (PDT-MG)

**3º SECRETÁRIO**

Gladson Cameli - (PP-AC)

**4ª SECRETÁRIA**

Angela Portela - (PT-RR)

**SUPLENTE DE SECRETÁRIO****1º** Sérgio Petecão - (PSD-AC)**2º** João Alberto Souza - (PMDB-MA)**3º** Elmano Férrer - (PTB-PI)**4º** Douglas Cintra - (PTB-PE)

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</b></p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 18</b></p> <p><b>Líder do PSD - 4</b></p> <p><b>Omar Aziz</b> (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD</p> <p>Sérgio Petecão (12)</p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</b></p> <p><b>Líder</b></p> <p><b>Humberto Costa - PT</b> (22,28)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Benedito de Lira (16,18,44)</p> <p>Walter Pinheiro (31,36,45)</p> <p>Telmário Mota (4,38,43)</p> <p>Regina Sousa (42)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 14</b></p> <p><b>Humberto Costa</b> (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT</p> <p>Paulo Rocha (32)</p> <p>Walter Pinheiro (31,36,45)</p> <p>Lindbergh Farias (30)</p> <p>Fátima Bezerra (34)</p> <p><b>Líder do PDT - 6</b></p> <p><b>Acir Gurgacz</b> (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT</p> <p>Telmário Mota (4,38,43)</p> <p><b>Líder do PP - 5</b></p> <p><b>Benedito de Lira</b> (16,18,44)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</b></p> <p><b>Líder</b></p> <p><b>Alvaro Dias - PSDB</b> (20)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Ataídes Oliveira (33)</p> <p>Wilder Moraes (47)</p> <p>Antonio Anastasia (48)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 11</b></p> <p><b>Cássio Cunha Lima</b> (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Paulo Bauer (23,40)</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (41)</p> <p><b>Líder do DEM - 5</b></p> <p><b>Ronaldo Caiado</b> (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM</p> <p>José Agripino (39)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</b></p> <p><b>Líder</b></p> <p><b>Lídice da Mata - PSB</b> (11,25)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Vanessa Grazziotin (21,26)</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSB - 6</b></p> <p><b>João Capiberibe</b> (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB</p> <p>Roberto Rocha (46)</p> <p><b>Líder do PPS - 1</b></p> <p><b>José Medeiros</b> (15,19,29)</p> <p><b>Líder do PSOL - 1</b></p> <p><b>Randolfe Rodrigues</b> (24,27)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 1</b></p> <p><b>Vanessa Grazziotin</b> (21,26)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</b></p> <p><b>Líder</b></p> <p><b>Fernando Collor - PTB</b> (5,10)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Blairo Maggi (9)</p> <p>Eduardo Amorim (8)</p> <p>Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 3</b></p> <p><b>Fernando Collor</b> (5,10)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b></p> <p><b>Blairo Maggi</b> (9)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b></p> <p><b>Eduardo Amorim</b> (8)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b></p> <p><b>Marcelo Crivella</b> (2,7)</p>	

### Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).

11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. O senador Paulo Bauer está afastado do exercício pelo motivo "Licença saúde" no período de 05/03/2015 a 29/04/2015.
41. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
42. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
46. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
47. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES TEMPORÁRIAS

#### 1) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

**Finalidade:** Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

#### MEMBROS

VAGO (1)
VAGO (2)
VAGO (3)

**Notas:**

\*. Em 25.03.2015, foram designados os Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 12, de 2015).

1. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Ricardo Ferraço ter deixado de integrar a Comissão (Of. 134/2015-GSRFER).

2. Em 06.04.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Mem. 33/2015-GSRROD).

3. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ter deixado de integrar a Comissão (Of. 9/2015-GSSPET).

#### 2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Designação:** 04/02/2014

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos

**Telefone(s):** 61 3303-3492

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



### 3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Comissão Temporária, criada nos termos do Requerimento nº 40, de 2015, composta por seis membros titulares e igual número de suplentes, para no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

Designação: 07/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)</b>	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
<b>Bloco da Maioria (PMDB, PSD)</b>	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

**Notas:**

\*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

\*\*. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

\*\*\*\*. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

**Secretário(a):** Reinilson Prado

**Telefone(s):** 61 33033492

**Fax:** 61 33021176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



#### 4) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros:** 23

**PRESIDENTE:** José Antonio Dias Toffoli

**Instalação:** 07/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 19/12/2014

**Prazo final prorrogado:** 19/06/2015

#### MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

#### Notas:

\*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

\*\*. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

\*\*\*. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

\*\*\*\*. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

\*\*\*\*\*. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, composta por onze senadores titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Leitura: 05/03/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
	1.

## 2)CPI DAS PRÓTESES

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 93, de 2015, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 02/03/2015

**Designação:** 25/03/2015

**Instalação:** 31/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

### Notas:

\*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

\*\*. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

**Secretário(a):** Reinilson Prado

**Telefone(s):** 61 33033492

**Fax:** 61 33021176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 3)CPI DO HSBC

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 94, de 2015, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 02/03/2015

**Designação:** 18/03/2015

**Instalação:** 24/03/2015

**Prazo final:** 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(5,6,7)</sup>
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
VAGO <sup>(2)</sup>	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(4)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

**Notas:**

\*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

\*\*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

\*\*\*. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

\*\*\*\*\*. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).



## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) <sup>(5)</sup>
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(7)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5.
Senador Roberto Requião (PMDB)	6.
Senador Omar Aziz (PSD)	7.
Senador Luiz Henrique (PMDB)	8. Senador Hélio José (PSD)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM ) <sup>(8)</sup></b>	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Alvaro Dias (PSDB) <sup>(1)</sup>	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) <sup>(4)</sup>

**Notas:**

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).



\*\* . Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

\*\*\* . Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

\*\*\*\* . Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\* . Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\* . Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\* . Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 3303-4605 / 3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** cae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605/3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(4)</sup></b>	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD) <sup>(6)</sup>
Senador Edison Lobão (PMDB) <sup>(6)</sup>	5.
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO <sup>(5,8)</sup>
VAGO	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB ) <sup>(1)</sup></b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) <sup>(3,2)</sup>
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(3)</sup>	3.

**Notas:**

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixa de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33034608

**Fax:** 3303 3652

**E-mail:** cas@senado.gov.br



### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador José Maranhão (PMDB-PB) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(5)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Senadora Marta Suplicy (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(6)</sup>
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(6)</sup>	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (DEM) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

**Notas:**

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br

### 3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 61-3303-3972

**Fax:** 61-3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### 3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) <sup>(4)</sup>
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) <sup>(5)</sup>	8. Senadora Ana Amélia (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5.
Senador Dário Berger (PMDB) <sup>(3)</sup>	6.
	7.
	8.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
VAGO <sup>(6)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Rándolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

**Notas:**

\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Rándolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).



\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)**

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

#### 4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

**Finalidade:** Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 311-3498/4604/2

**Fax:** 311-3121/1319

#### 4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

**Finalidade:** Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

**(Requerimento 811, de 2001)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes



## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) <sup>(7)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(5)</sup>
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
VAGO	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) <sup>(6)</sup>
	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM ) <sup>(8)</sup></b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) <sup>(4)</sup>
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

### 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(4)</sup></b>	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador Telmário Mota (PDT) <sup>(3)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) <sup>(2)</sup>
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
VAGO <sup>(7)</sup>	3.
	4.
	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
	2.
	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(5)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDDB).

### 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

**Finalidade:** Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4251

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) <sup>(3)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(2)</sup>	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB) <sup>(4)</sup>	4. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(5,2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).

6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(6)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(6)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Ângela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Ciro Nogueira (PP) <sup>(5)</sup>	6. Senador Ivo Cassol (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
VAGO <sup>(7)</sup>	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(4)</sup>	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Blairo Maggi (PR) <sup>(3)</sup>	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) <sup>(1)</sup>
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(3)</sup>

**Notas:**

\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



**8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 32, de 2007)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(8)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO <sup>(1,10)</sup>
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
VAGO <sup>(11)</sup>	2. VAGO <sup>(7)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) <sup>(7)</sup>	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
VAGO <sup>(5)</sup>	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB) <sup>(6)</sup>	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(4)</sup>
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 15/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.3.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).  
8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).  
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).  
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).  
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br

### 9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

### 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

### 9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

**Notas:**

\*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

**Secretário(a):** Marcello Varella**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** cra@senado.gov.br

### 10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

**Finalidade:** REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Telefone(s):** 3311-3506/3321  
**Fax:** 3311-1017  
**E-mail:** scomcra@senado.gov.br



# 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PSD-DF) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Omar Aziz (PSD) <sup>(5)</sup>	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) <sup>(6)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(2)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(4)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

## Notas:

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 7/2015-CCT).

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA****Finalidade:** Discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática.**(Requerimento Da Comissão De Ciência, Tec., Inov., Com. E Informática 4, de 2007)****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF****Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Luiz Henrique (PMDB) <sup>(6,3)</sup>	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO <sup>(4)</sup>	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

\*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDDB).

\*\*\*\*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Luiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDDB).

**Secretário(a):** Waldir Bezerra Miranda**Telefone(s):** 61 33031095**E-mail:** csf@senado.leg.br

## COMPOSIÇÃO

### CONSELHOS e ÓRGÃOS

#### 1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 31/01/2015

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
VAGO		4.	VAGO
PT			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
PSDB			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
PTB			
VAGO		1.	VAGO
PP			
VAGO		1.	
PDT			
VAGO		1.	
PSB			
VAGO		1.	VAGO
DEM			
VAGO		1.	VAGO
PR			
VAGO		1.	VAGO
PSD			
VAGO		1.	VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO			

Atualização: 31/01/2015

**Notas:**

\*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.



**3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ***(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
	<b>PMDB</b>
	VAGO
	<b>PT</b>
	VAGO
	<b>PSDB</b>
	VAGO
	<b>PTB</b>
	VAGO
	<b>PP</b>
	VAGO
	<b>PDT</b>
	VAGO
	<b>PSB</b>
	VAGO
	<b>DEM</b>
	VAGO
	<b>PR</b>
	VAGO
	<b>PSD</b>
	VAGO
	<b>PCdoB</b>
	VAGO
	<b>PV</b>
	VAGO
	<b>PRB</b>
	VAGO
	<b>PSC</b>
	VAGO
	<b>PSOL</b>
	VAGO

**Atualização:** 12/03/2015

**4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS***(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

**PSC**

Senador Eduardo Amorim (SE)

**PMDB**

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

**Notas:**

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258**Fax:** 3303-5258**E-mail:** saop@senado.leg.br

**5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(1)</sup>**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Senador Eunício Oliveira (CE)
<b>PT</b>
Senador Delcídio do Amaral (MS)
<b>PSDB</b>
Senador Tasso Jereissati (CE)
<b>PSB</b>
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
<b>PDT</b>
Senador Acir Gurgacz (RO)
<b>PR</b>
Senador Blairo Maggi (MT)
<b>PSD</b>
Senador Otto Alencar (BA)
<b>DEM</b>
Senador José Agripino (RN)
<b>PP</b>
Senador Ciro Nogueira (PI)
<b>PTB</b>
Senador Douglas Cintra (PE)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSOL</b>
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)

**Atualização:** 19/03/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

**6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA**  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**1ª Designação:** 30/11/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

**3ª Designação:** 21/03/2012

**4ª Designação:** 11/03/2013

**5ª Designação:** 20/05/2014

**6ª Designação:** 04/03/2015

<b>MEMBROS</b>	
<b>PMDB</b>	
	Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
<b>PT</b>	
	Senador Paulo Paim (RS)
<b>PSDB</b>	
	Senador Flexa Ribeiro (PA)
<b>PSB</b>	
	Senadora Lídice da Mata (BA)
<b>PDT</b>	
	Senador Lasier Martins (RS)
<b>PR</b>	
	Senador Magno Malta (ES)
<b>PSD</b>	
	Senador Sérgio Petecão (AC)
<b>DEM</b>	
	Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PP</b>	
	Senador Gladson Cameli (AC)
<b>PTB</b>	
	Senador Fernando Collor (AL)
<b>PPS</b>	
	Senador José Medeiros (MT)
<b>PCdoB</b>	
	Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSOL</b>	
	Senador Randolfe Rodrigues (AP)
<b>PSC</b>	
	Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>	
	Senador Marcelo Crivella (RJ)

**Atualização:** 17/03/2015

**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.



**7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL***(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012 )***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PV</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO
<b>Representante da sociedade civil organizada</b>
VAGO
<b>Pesquisador com produção científica relevante</b>
VAGO
<b>Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente</b>
VAGO

**Atualização:** 31/01/2015

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL  
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PTB</b>
<b>PP</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PR</b>
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PV</b>
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO

Atualização: 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP  
**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3303-5255  
**Fax:** 3303-5260  
**E-mail:** saop@senado.leg.br

**9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO***(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS	
<b>PMDB</b>	
VAGO	
<b>PT</b>	
VAGO	
<b>PSDB</b>	
VAGO	
<b>PTB</b>	
<b>PP</b>	
<b>PDT</b>	
VAGO	
<b>PSB</b>	
VAGO	
<b>DEM</b>	
<b>PR</b>	
VAGO	
<b>PSD</b>	
VAGO	
<b>PCdoB</b>	
VAGO	
<b>PV</b>	
VAGO	
<b>PRB</b>	
VAGO	
<b>PSC</b>	
VAGO	
<b>PSOL</b>	
VAGO	
<b>SD</b>	
VAGO	

**Atualização:** 31/01/2015

**10) PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR

Atualização: 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

**11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER**  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** (61) 3303-5255

**Fax:** (61) 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br

**12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**  
(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

**Número de membros:** 17 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 26/03/2014

MEMBROS	
	<b>PMDB</b>
	VAGO
	<b>PT</b>
	VAGO
	<b>PSDB</b>
	VAGO
	<b>PTB</b>
	VAGO
	<b>PP</b>
	VAGO
	<b>PDT</b>
	VAGO
	<b>PSB</b>
	VAGO
	<b>DEM</b>
	VAGO
	<b>PR</b>
	VAGO
	<b>PSD</b>
	VAGO
	<b>PCdoB</b>
	VAGO
	<b>PV</b>
	VAGO
	<b>PRB</b>
	VAGO
	<b>PSC</b>
	VAGO
	<b>PSOL</b>
	VAGO
	<b>SD</b>
	VAGO
	<b>PROS</b>

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES MISTAS

#### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

**Finalidade:** Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

**Número de membros:** 10 Senadores e 30 Deputados

**PRESIDENTE:** Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

**1º VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**2ª VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**3º VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**Relator do PLDO:** VAGO

**Relator do PLOA:** VAGO

**Relator da Receita:** VAGO

#### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. VAGO
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT, PP )</b>	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Moraes - DEM/GO	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, PSOL )</b>	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
<b>PP</b>	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

**Câmara dos Deputados**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB</b>	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. VAGO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Sandes Júnior - PP/GO
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilton Totto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Valtenir Pereira - PROS/MT	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Rafael Motta - PROS/RN
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Weliton Prado - PT/MG
Jaime Martins - PSD/MG	9. Rômulo Gouveia - PSDB/PB
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
<b>PSDB, PSB, PPS, PV</b>	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecchi - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. William Woo - PPS/SP
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. VAGO

**Secretário:** Maedes Jordão S. Saldanha  
**Telefone(s):** 3216-6892  
**E-mail:** maedes.santana@camara.leg.br  
**Local:** Plenário 2 da Câmara dos Deputados

## Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Finalidade:** Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Sarney Filho (PV-MA)

**RELATOR:** Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

**Designação:** 19/03/2015

**Instalação:** 25/03/2015

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT, PP )</b>	
Jorge Viana - PT/AC <sup>(2)</sup>	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO <sup>(2)</sup>	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF <sup>(2)</sup>	3. Ivo Cassol - PP/RO <sup>(2)</sup>
Gladson Cameli - PP/AC <sup>(2)</sup>	4. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE <sup>(5)</sup>	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, PSOL )</b>	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO



**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB</b>	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Marcus Vicente - PP/ES	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC <sup>(6)</sup>
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PPS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM <sup>(3)</sup>
Jaime Martins - PSD/MG <sup>(3)</sup>	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
<b>PSDB, PSB, PPS, PV</b>	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
<b>PDT <sup>(1)</sup></b>	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE <sup>(7)</sup>

**Notas:**

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco do PDT.

**Secretário:** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 61 3303-3122

**E-mail:** mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Comissão Mista Representativa do Congresso  
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas  
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)**

**Finalidade:** A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

**Número de membros:** 10 Senadores e 10 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

## Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**Finalidade:** A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

**Número de membros:** 6 Senadores e 6 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
<b>Líder da Maioria</b> Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	<b>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria</b> Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<b>Líder da Minoria</b> Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	<b>Líder do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
<b>Deputado indicado pela Liderança da Maioria</b> Deputado Benito Gama (PMDB/BA) <sup>(2)</sup>	<b>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria</b> VAGO
<b>Deputado indicado pela Liderança da Minoria</b> Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) <sup>(1)</sup>	<b>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) <sup>(4)</sup>
<b>Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> Deputado Heráclito Fortes (DEM/PI) <sup>(3)</sup>	<b>Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senadora Marta Suplicy (PT/SP) <sup>(5)</sup>

### Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.

**Secretário:** Thiago Nascimento C. Silva

**Telefone(s):** 61 3303-3502

**E-mail:** cocm@senado.leg.br

## Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

**Finalidade:** A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

**Número de membros:** 2 Senadores e 4 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

## Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

**Finalidade:** Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

**Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

**Designação:** 05/03/2015

**Instalação:** 10/03/2015

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT, PP )</b>	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PT/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia - PSDB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, PSOL )</b>	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
<b>PP</b>	
Ana Amélia - RS	1. VAGO



## Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB</b>	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosângela Gomes - PRB/RJ
Jozí Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG <sup>(7)</sup>
Tia Eron - PRB/BA <sup>(11)</sup>	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ <sup>(2)</sup>	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO <sup>(3)</sup>	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR <sup>(7)</sup>	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI <sup>(8)</sup>	12. VAGO
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO <sup>(12)</sup>	2. VAGO <sup>(12)</sup>
Erika Kokay - PT/DF <sup>(4)</sup>	3. VAGO
Luizianne Lins - PT/CE <sup>(4)</sup>	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA <sup>(4)</sup>	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF <sup>(5)</sup>	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA <sup>(6)</sup>	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
<b>PSDB, PSB, PPS, PV</b>	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
Shéridan - PSDB/RR	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO <sup>(10)</sup>	6. VAGO
<b>PDT</b>	
Flávia Moraes - GO <sup>(9)</sup>	1. VAGO
<b>PSOL <sup>(1)</sup></b>	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

## Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Foneca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.



## COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

### ATN nº 1, de 2015 - CMCLF

**Finalidade:** Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

**Número de membros:** 7 Senadores e 7 Deputados

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**SENADO FEDERAL**

## CONSELHOS e ÓRGÃOS

### Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

#### COMPOSIÇÃO

**Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO

**1º VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**2º VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**Designação:** 07/04/2015

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
<b>PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB</b>	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Aldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. AGO
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. O Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Ginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Emídio Monai - PR/RR
Jaime Martins - PSD/MG	6.ômulo Gouveia - PSDB/PB
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas aes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. AGO <sup>(3)</sup>
<b>PSDB, PSB, PPS, PV</b>	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Mose odrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. ereza Cristina - PSB/MS <sup>(1)</sup>
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vi tinho Júnior - PSB/TO <sup>(1)</sup>
Rocha - PSDB/AC	4. AGO
Jose Stédile - PSB/RS <sup>(1)</sup>	5. AGO
Heráclito Fortes - DEM/PI <sup>(1)</sup>	6. AGO
<b>PDT</b>	
Damião Feliciano - PB	1. everton Rocha - MA
<b>PSOL</b>	
Jean Wyllys - RJ	1. AGO

**SENADO FEDERAL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo</b>	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO <sup>(2)</sup>
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ <sup>(2)</sup>	3. Gladson Cameli - PP/AC
<b>Bloco da Maioria</b>	
Luiz Henrique - PMDB/SC	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Oposição</b>	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia</b>	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força</b>	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

**Notas:**

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
 Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)  
 Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256  
 Fax: 3303-5260  
 saop@senado.leg.br

**Conselho da Ordem do Congresso Nacional**  
**(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)**  
**(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)**

**COMPOSIÇÃO**

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

<b>MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>
<b>Presidente</b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
<b>1º Vice-Presidente</b> Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
<b>2º Vice-Presidente</b> Deputado Giacombo (PR/PR)
<b>1º Secretário</b> Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
<b>2º Secretário</b> Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
<b>3º Secretário</b> Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
<b>4º Secretário</b> Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
<b>Líder da Maioria</b> VAGO
<b>Líder da Minoria</b> Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
<b>Presidente da Comissão de Constituição e de Cidadania</b> Deputado Arthur Lira (PP/AL)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>
<b>Presidente</b> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<b>1º Vice-Presidente</b> Senador Jorge Viana (PT/AC)
<b>2º Vice-Presidente</b> Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
<b>1º Secretário</b> Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
<b>2º Secretário</b> Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
<b>3º Secretário</b> Senador Gladson Cameli (PP/AC)
<b>4º Secretário</b> Senadora Angela Portela (PT/RR)
<b>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria</b> VAGO
<b>Líder do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
<b>Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</b> Senador José Maranhão (PMDB/PB)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
 Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)  
 Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256  
 Fax: 3303-5260  
 saop@senado.leg.br

**Conselho de Comunicação Social**

**Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991**  
**Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

**COMPOSIÇÃO**

**Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.**

**Eleição Geral: 05/06/2002**

**Eleição Geral: 22/12/2004**

**Eleição Geral: 17/07/2012**

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Representante das empresas de rádio (inciso I)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante das empresas de televisão (inciso II)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)</b>	VAGO	VAGO
<b>Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	VAGO	VAGO

**Atualização: 07/08/2014**





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Editoração e Publicações  
Coordenação de Edições Técnicas

# Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,  
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

**Conheça nossa livraria virtual, acesse:**  
**[www.senado.gov.br/livraria](http://www.senado.gov.br/livraria)**

Edição de hoje: 114 páginas  
(O.S. 11401/2015)

Secretaria de Editoração  
e Publicações – SEGRAF

SENADO  
FEDERAL

